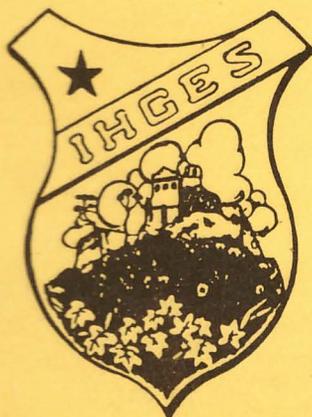


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1995

Nº 45

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

DIRETORIA - 1993/1996

Presidente:

Ormando de Moraes

1º Vice-Presidente

Miguel Depes Tallon

2º Vice-Presidente

Lêa Brigida de Alvarenga Rosa

3º Vice-Presidente

José Higino de Oliveira

4º Vice-Presidente

José Paulo de Souza Filho

Secretário Geral

José Garajau da Silva

Secretário Adjunto

Victor Biasutti

Tesoureiro Geral

João Bonino Moreira

Tesoureiro Adjunto

Paulo Stuck Moraes

Orador

José Garajau da Silva

Vice-Oradores

Ayilton Rocha Bermudes e Neida Lucia de Moraes

Encarregados da Revista

**Marien Calixte e
Miguel Depes Tallon**

Grandes Conselheiros com status de presidentes de honra

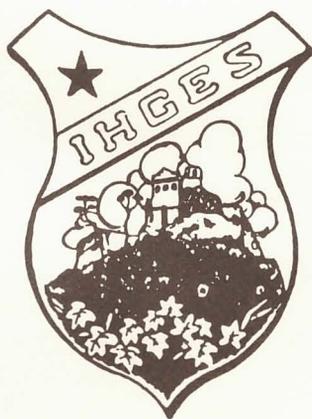
**Adelpho Poli Monjardim, Carlos Teixeira de Campos e
Renato José Costa Pacheco**

Este número de nossa Revista está sendo editado com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória, em virtude de convênio assinado entre as partes.

Distribuição gratuita às Escolas do Município de Vitória

Pedidos a Caixa Postal nº 1561 - Vitória - ES - 29.000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1995

Nº 45

Índice

Conferências 07

1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial - Início da Era
Atômica Mário Bonzano 09

Consuelo Salgueiro - Yvonne Amorim 21

A Cidade de Vitória - Maria Izabel Perini Muniz. 37

O Sagrado e o Profano nas festas do Brasil Colonial
Neida Lúcia Moraes 45

Estudos e Ensaios 49

O Índio na literatura do Espírito Santo - Francisco Aurélio
Ribeiro 51

Lombroso e sua teoria - Prof. J.B. de Freitas 69

In Memoriam - Zacarias Fernandes Moça - José Hygino de
Oliveira (Taneco) 73

Velho Ensino - Júlio de Oliveira Pinho 77

Não importa o ninho se o ovo é de águia - Irysson
da Silva. 81

Breves apontamentos para o estudo do Movimento Operário no Sul do Estado - Miguel Depes Tallon	89
Os "diários" de Dom Pedro - Renato Pacheco	93
Píuma em 1886.	97
Cabocla - um problema de Geografia Literária - Renato Pacheco	99
Transcrições	
Por favor, respeitem o velho senador - Rogério Medeiros.	101
Heitor de Paula Beiriz - Idalgizo Simão	103
Coronel Oscar Vieira de Rezende: O mineiro que revolucionou a política de Calçado no final do século passado Luiz Borges de Mendonça	105
Discursos de Posse.	109
Discurso de Posse / Antônio José Miguel Feu Rosa	111
Discurso de Posse / Carlos Nejar.	121
Relatório	125
Relatório da Diretoria	127
A Poesia é necessária.	133
Coração - José Paulino Alves Junior	137
Tocadora de Fruta - Maria Antonieta Tatagiba.	139

Conferências

1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial Início da Era Atômica

Mário Bonzano

No dia 1º de setembro de 1939, de acordo com o Plano Branco elaborado pelo Estado Maior Alemão, Hitler, pondo em prática sua política do "Aebensraum", ou seja, expansão do espaço vital, após a farsa de um suposto ataque polonês a um posto avançado alemão (estação de rádio), determinou que suas forças militares iniciassem a ocupação da Polônia, pondo fim ao chamado Corredor polonês, que separava a Prússia Oriental do resto da Alemanha.

Como a ocupação da Renânia, da Áustria, do território dos Sudetos, do resto da Checoslováquia não teve conseqüências militares, o ditador nazista julgou que mais esta aventura traria para seu país não só uma expansão territorial, mas imensas vantagens econômicas e políticas.

Prudentemente, entretanto, seu chanceler Von Ribentrop, no dia 24 de agosto assinara um pacto de não agressão com a União Soviética do urso branco Stalin. Tal pacto dava plena liberdade a Moscou de intervir na Finlândia e nos três estados bálticos, ou seja, Letônia, Lituânia e Estônia... Em compensação a Alemanha tinha liberdade de intervir no território polonês.

O diabo marxista tomava-se aliado do campeão da luta contra seu regime.

No dia 3 de setembro a Alemanha, que não acreditava na intervenção ocidental no conflito, como acontecera nas outras ocupações, viu-se perante um fato extremamente grave. Não tendo aceito o ultimatum que exigia a imediata suspensão das hostilidades com a conseqüente retirada da Polônia, a França e a Inglaterra, às 11 horas da manhã, declararam oficialmente que estavam em estado de guerra. Começava a Segunda

Guerra Mundial.

A França confiava em seu poderoso exército e em sua famosa linha defensiva chamada Maginot. A Inglaterra, por outro lado, confiava em sua enorme esquadra que dominava, ainda, os oceanos.

Foram necessários, todavia, setenta longos meses de luta, cujo preço foi de vinte e cinco milhões de vítimas humanas, uma destruição sistemática de cidades e aldeias, cujas conseqüências exigiram enormes sacrifícios para que o conflito chegasse ao fim.

A rápida conquista da Polônia assustou a recente aliada Rússia, que no dia 17 do mesmo mês resolveu ocupar grande parte da infeliz nação.

De setembro de 1939 a maio de 1945, a Europa, e particularmente a Alemanha, que deixou o mundo em suspense perante suas fulminantes vitórias "blitzkrieg" na primeira fase, passaram a sentir os horrores de um conflito onde não havia mais campos de batalha, nem linha de frente, como outrora.

Tudo se transformara em zona de luta, pois a aviação, que fizera enormes progressos, atingiu com seu poder de destruição os mais recônditos lugares, nada fugindo à sua ação impiedosa.

A guerra atingira quase toda a Europa estendendo-se também fora dela, tanto em terra como no mar.

E quando os aliados, no famoso Dia "D", em 6 de junho de 1944, desembarcaram no norte da França, derrubando a famosa Muralha do Atlântico, a lógica mandava que Hitler reconhecesse que a derrota era inevitável. Mas seu cego fanatismo, aliado à esperança de novos inventos bélicos, o levaram a continuar aquela guerra total.

Milhões de soldados pertencentes a diversas nacionalidades, bem equipados, contando com superioridade aérea impressionante, transformaram toda a Alemanha num imenso campo de morte e destruição.

As duas frentes vindas uma do leste, composta pelos antigos aliados - os russos - outra vinda do oeste, onde dominavam americanos, ingleses, canadenses e franceses, além de pequenas forças de países ocupados, aproximavam-se inexoravelmente da antiga capital Berlim, antiga porque dela só restavam ruínas.

O grande Reich que semeara morte e destruição em dezenas de países colhia os amargos frutos de uma política brutal e orgulhosa.

A Alemanha Nazista confiara em mil anos de grandezas e triunfos. Bastaram doze anos (desde o início do governo nazista ao fim da guerra), para ver que seu sonho não passara de uma quimera.

Às três da tarde de uma segunda-feira, no dia 30 de abril de 1945, há cinquenta anos, portanto, Hitler, após o 56º aniversário, doze anos e três

meses e um dia, desde que se tornara chanceler da Alemanha, criando seu famoso Terceiro Reich em um bunker de Berlim, ao som dos canhões russos punha fim à sua vida com um tiro na boca, não sem ter solicitado antes que o seu corpo fosse cremado para não cair nas mãos dos inimigos.

Himmler, o temível chefe das SS, esperava tornar-se sucessor, disputando o cargo com Goering, aquele que afirmara que avião algum violaria o céu da Alemanha. Nenhum dos dois, todavia, conseguiu seu intento.

Hitler ao tomar conhecimento da traição dos dois, nomeou como seu sucessor o grande almirante Doenitz, a quem caberia entrar em contato com os aliados, a fim de acertar os detalhes para pôr fim às hostilidades.

Quanto aos dois acima citados convém lembrar que Himmler, ao cair prisioneiro dos ingleses, conseguiu suicidar-se tomando veneno. Goering, após o processo de Nuremberg, onde foi condenado à forca, no dia da execução conseguiu também suicidar-se.

Tremendos problemas aguardavam o novo chefe do governo alemão.

O que interessava, acima de tudo, era pôr fim às hostilidades.

No dia 7 de maio, na cidade francesa de Reims, o general Jodl, representando Doenitz, assinava a ata de capitulação. Era a rendição condicional exigida pelos aliados. Além de Jodl, representavam a Alemanha o coronel Oxenius e o almirante Von Friedeburg. Os representantes dos aliados eram: general Bedell Smith, chefe do Estado Maior de Eisenhower, o general soviético Susloparof e o general francês François Savez.

No dia seguinte, 8 de maio, a cerimônia se repetiu no quartel general soviético de Berlim, estando presentes o general Zukov, o general Sapaatz dos Estados Unidos, o marechal inglês Tedder e o francês Lattre de Tassigny.

A partir de meia noite daquele dia terminava oficialmente a Segunda Guerra Mundial, voltando a alegria e satisfação entre todos os países vencedores.

Naqueles cinco anos, oito meses e sete dias, multidões de criaturas tinham sido imoladas pela loucura de um fanático, pela bestialidade de um regime que prometera à Alemanha mil anos de glórias, mas que deixara em seu lugar um país destruído, um povo desesperado, que acreditara na propalada superioridade racial, na gloriosa descendência de uma raça pura, a ariana, cuja insígnia - a cruz suástica - se tornara símbolo da Alemanha.

Cinquenta anos se passaram. Surge, agora, a pergunta: tanto sangue, tantos sacrifícios valeram a pena?

Aparentemente tal pergunta pode parecer desnecessária, mas na realidade bem que tem sua causa.

O nazismo não está morto. Passaram-se cinqüenta anos, mas este regime brutal não está sepultado nem num mausoléu, nem em sepultura rasa.

Tornou-se comum, hoje, ver jovens envergando outra vez os antigos uniformes, carregando bandeiras onde se destaca a terrível cruz gamada.

Sua violência, seus hinos e seu comportamento revivem o regime passado. São os denominados "skinheads", que já ultrapassaram as fronteiras germânicas.

Ultranacionalistas ligados à extrema direita, não aceitam partidos nos quais não confiam. Os carecas, como também são denominados, além de violentos, são racistas. Uns defendem a exclusão dos negros e judeus, e no Brasil também nordestinos, atingindo em nosso país os dez mil.

Julgam-se justiceiros, superiores aos demais, chegando alguns a manter contato com a repelente Ku-Klux-Klan, a terrível máfia americana.

Cabe à democracia isolar estes abutres, porque o mundo não poderia suportar mais a repetição de uma das fases mais hediondas de sua história.

A comemoração deste cinqüentenário merece de todas as nações democráticas o maior brilho e toda ênfase possível.

Milhares de combatentes que arriscaram sua vida na luta contra o nazifascismo se fizeram presentes para rever os antigos campos de batalha, onde reviveram seu glorioso passado.

Aos heróis que ainda vivem, nossa admiração e carinho; aos que tombaram, nossa eterna gratidão.

Mas, enquanto na Europa os canhões se calavam, no Pacífico a luta se tornava dia a dia mais violenta.

O Japão entrara no conflito, cometendo um dos mais covardes e traiçoeiros atos bélicos contra os Estados Unidos.

Aparentando resolver diplomaticamente suas divergências com este país, ao amanhecer do dia 7 de dezembro de 1941 sua esquadra lançou um poderoso ataque contra a base aéreo-naval de Pearl Harbour, sem qualquer prévia declaração de guerra.

Enquanto a aviação nipônica lançava a morte e destruição naquela fatídica manhã de domingo, o comandante Fushida mandava sua mensagem contida nestas três palavras: tora, tora, tora, o que ao pé da letra significa - tigre, mas seu código indicava o pleno êxito da missão, ou seja, a surpresa fora total e o resultado da missão completo.

Nos Estados Unidos este dia foi denominado "O dia da ignomínia".

As perdas americanas foram enormes: mais de dois mil mortos, 710 feridos, sete couraçados afundados, três caça-torpedeiros e três cruzadores destruídos, 70 aviões incendiados e 90 muito danificados. Tais

perdas não foram maiores graças à excessiva prudência do almirante japonês Naguno.

Vale lembrar que vozes se tinham levantado bem antes predizendo a possibilidade de tão traiçoeiro ataque.

Um oficial americano, bem antes do conflito, já escrevera que qualquer ataque japonês aos Estados Unidos dar-se-ia contra a base de Pearl Harbour.

Este oficial chamava-se Mac Arthur, que teria tanto destaque durante toda a guerra do Pacífico.

Em janeiro de 1941, o ministro da marinha americana Franz Knox já levantara tal hipótese. O mesmo dissera em seu relatório o coronel Farthing, chegando a afirmar que o ataque japonês viria do norte, usaria seis porta-aviões e seria efetuado ao amanhecer.

O império do Sol Nascente atrevera-se a atacar a mais poderosa nação do mundo, mas pagaria um preço muito alto pela sua ousadia.

O autor do plano militar, almirante Yamamoto, predissera, todavia, que se em seis meses não fosse alcançada a vitória, dificilmente o Japão ganharia a guerra.

Enquanto o povo japonês pelas ruas gritava seu tradicional "Banzai" e exclamava "Yoku Yatta, Yoku Yatta (é maravilhoso), Yamamoto, festejado por todos, não participava de todo aquele entusiasmo.

Na primeira fase da guerra, os triunfos militares japoneses se seguiam de tal maneira que as nações aliadas (americanos, ingleses e holandeses) quase se viram expulsos do Pacífico.

Além da China e Manchúria, que já eram em parte conquista japonesa, as Filipinas, a Malásia, a Indonésia e as ilhas Carolinas, Marianas e Marshase tornaram-se fáceis conquistas das forças nipônicas. A própria Austrália já estava ao alcance de sua aviação.

Mas o excessivo expansionismo e a longa distância da metrópole, em breve mostraram as grandes dificuldades em poder manter tais conquistas.

Por outro lado, apesar das grandes perdas sofridas, a princípio, os Estados Unidos se refizeram e começaram o revide.

A ilha de Guadalcanal foi a Verdum Japonesa. Partiu daí a grande revanche que levaria os americanos à vitória final.

A previsão de Yamamoto começava a se tornar realidade.

O grande potencial bélico unido à brilhante atuação dos marines começou a infligir sérias derrotas aos invasores.

Cortando o abastecimento e ocupando ilhas à retaguarda, aos poucos a aproximação do território metropolitano era um fato.

Em fevereiro de 1945, enfrentando a perigosa atuação dos Kamikazes, era ocupada a ilha de Iwo Jima. De abril a junho era conquistada a ilha de Okinawa. As perdas nesta última foram de grande vulto. Morreram 110 mil japoneses, que preferiram a morte a se entregar e 17 mil americanos, sendo ainda afundados 36 barcos e avariados 368.

Tal fato teria grande influência no futuro próximo, reforçando a idéia da necessidade de se lançar uma nova arma: a bomba atômica.

O fim da guerra na Europa, os terríveis bombardeios a que era submetido o território metropolitano, o isolamento de milhares de soldados espalhados nas terras conquistadas no início do conflito, levaram parte do governo japonês a pensar seriamente em terminar a guerra.

Tentativas foram feitas junto ao governo soviético para que mediasse o término das hostilidades, mas de nada valeram, visto que contrariavam o espírito expansionista dos mesmos. Aliás, foram os que mais aumentaram suas conquistas territoriais tanto na Europa como na Ásia.

No dia 17 de julho de 1945, reuniram-se em Potsdam, localidade próxima de Berlim, o Presidente Truman, que sucedera ao falecido Roosevelt, Stalin e Churchill, substituído no dia 28 do mesmo mês pelo novo primeiro ministro Clement Attle, para examinar a nova situação da Europa no após guerra.

Aproveitando-se da reunião, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a China figurando como co-signatária, e figurando ainda a Rússia como observadora, lançaram um ultimatum ao Japão, exigindo a sua rendição incondicional tal qual acontecera com a Alemanha no mês de maio. O prazo para a aceitação dado ao governo japonês terminaria no dia 2 de agosto.

O Conselho Supremo de Guerra e o gabinete japonês declararam inaceitáveis as condições, e não deram qualquer resposta, mesmo sabendo que o prazo terminaria no dia 2 de agosto.

Perante tal atitude vinda do governo nipônico, o Presidente Truman no dia 25 de julho tomou a resolução de usar a nova arma, que, aliás, já se encontrava na base ultra-secreta de Tinian, ilha pertencente ao grupo das Marianas.

Aquele Presidente tomara conhecimento de que a bomba atômica já era uma tremenda realidade no dia 17, durante a reunião de Potsdam, quando recebera o telegrama redigido nestes termos: "O menino nasceu bem"., o que significava que o Plano Manhattan atingira seu difícil objetivo.

Para se chegar a construir aquele terrível monstro foram necessário 5 anos de longos estudos e gastos dois bilhões de dólares, tendo participado do plano os melhores cientistas formados em física nuclear, oriundos de diversos países, como Fermi, que fugira da Itália, e Szilar, que abando-

nara o centro de física nuclear da Alemanha.

Finalmente, no dia 16 de julho, às 5 horas e dez minutos, no deserto do Novo México, na localidade denominada Alamo Gordo, perante os cientistas autores daquela façanha, após a contagem regressiva de 4 segundos, explodia a primeira bomba atômica.

Uma luz de diversas cores, uma claridade vista a grande distância, levou uma menina cega a gritar que vira uma luz; uma nuvem que atingira mil metros de altura e uma força de explosão calculada em 20 mil TNT deixaram os cientistas atônitos, mudos durante certo tempo.

Logo após o êxito da prova, o general Groves que chefiara todo o projeto Manhattan, teve de enfrentar pressões vindas tanto dos aterrORIZADOS cientistas como da própria ala militar.

O almirante Leahy não ocultou sua repugnância perante o temível evento. O general Arnold, comandante das forças aéreas, manifestou sérias reservas quanto ao seu emprego. O comandante supremo das forças aliadas Eisenhower, ao tomar conhecimento da bomba em Potsdam, onde se encontrava, externou esperança de que não fosse necessário servir-se dela contra o Japão. Não aceitava que coubesse aos Estados Unidos a triste glória de ser o primeiro país a usar uma arma tão exterminadora.

Mas, para a arma militar não havia qualquer problema de consciência, tendo em vista que num único bombardeio com bombas incendiárias matara de uma só vez 78 mil pessoas em Tóquio.

Logo depois da morte de Roosevelt, o secretário de defesa Stimson, mesmo não conhecendo ainda os efeitos da nova arma, sugeriu ao presidente Truman que nomeasse uma comissão temporária, denominada "Interim Comittee", composta de oito membros e assessorada por quatro conselheiros cientistas, a fim de deliberarem a respeito do controle da energia atômica e discutirem a possível utilização da nova arma contra o Japão.

Foram apresentadas diversas sugestões: a primeira previa uma demonstração perante observadores estrangeiros, o que poderia pressionar os japoneses à rendição; em seguida, sugeriu-se que fosse dada ciência aos mesmos da força aniquiladora do novo invento. Haveria, entretanto, o perigo da transferência de prisioneiros aliados exatamente para a zona do lançamento; outros, ainda, lembraram que havia o perigo de perder a vantagem da surpresa, correndo o risco de ver a missão interceptada por caças inimigos.

Todas as questões reduziam-se a uma só: podia-se esperar que o uso da bomba atômica pusesse fim ao conflito? A resposta parecia positiva.

Foi também formada outra comissão composta por cientistas que

tinham tomado parte na pesquisa, destacando-se Oppenheimer, Fermi e Compton.

A questão proposta era esta: haveria algum meio que levasse à capitulação japonesa, sem ter que invadir o território metropolitano, poupando, assim, muitas vítimas tanto americanas como japonesas?

A nova comissão chamada "Franck Comittee" opinou que, acima de qualquer necessidade militar, devia-se ter em conta a responsabilidade política e social. Assim sendo, sugeriu que, no máximo, fosse feita uma experiência numa zona desabitada. E, sendo necessário, seria lançada uma segunda, dando, todavia, ciência a representantes das Nações Unidas, bem como ao próprio Japão e ao governo americano.

A sugestão da nova comissão, porém, chegou tarde a Washington, desde que a primeira comissão já julgara oportuno o uso do novo invento.

Perante a negativa da rendição incondicional do governo japonês, no dia 3 de agosto Truman tomou a terrível decisão. A "little boy", como fora batizada a bomba, já tinha sido transferida pelo cruzador Indianápolis para a ilha de Tinian, onde chegara no dia 26 de julho.

Enquanto se davam tais fatos, Tibbets, comandante do esquadrão 509 já fazia treinamentos seguidos, voando com uma carga de 4.500 quilos, peso da bomba a ser lançada, percorrendo em média 2 mil quilômetros.

Outras tripulações que não podiam entrar na zona onde estavam os componentes do esquadrão 509, passaram a olhar com antipatia seus componentes.

Recebida a ordem, no dia 5 de agosto, domingo, feitas as rápidas orações, todos voltaram ao trabalho para preparar convenientemente o novo artefato, que media 4,25 de comprimento e 1,5 de diâmetro, e que deveria explodir a 565 metros de altura.

No dia 6 de agosto, a uma hora e trinta e sete minutos, levantavam vô três aviões meteorológicos, cuja missão era a de indicar qual dos alvos deveria ser atacado, pois tinham sido escolhidos três: Hiroshima, Rokura e Nagasaki. A cidade de Rioto fora excluída por ser histórica e religiosa.

Às duas horas e quarenta e cinco minutos, levantava vô o Enola Gay - assim fora chamada a fortaleza voadora que transportava em seu bojo a bomba. Outro levantou vô pouco depois na hipótese de substituir o Enola Gay.

Às quatro horas e cinquenta e cinco minutos, já sobre a ilha de Iwo Jima, o bombardeiro juntou-se aos que já o esperavam.

Ao atingir a costa japonesa, Tibbets recomendou aos tripulantes que tivessem cuidado com o que falavam, visto que tudo seria gravado e lhes comunicou a finalidade de sua missão, que seria lançar a primeira bomba

atômica da história.

Em virtude de Nagasaki e Kokura não oferecerem boas condições, o avião meteorológico "Straight Flush" sugeriu como alvo a cidade de Hiroshima.

Voando à altitude de 9.530 metros, após recomendar que todos usassem os óculos especiais que só deixavam passar a cor violeta, Tibbets se dirigiu sobre o alvo.

Eram oito horas e quinze minutos, quando se abriram as portas do avião que precipitou para o espaço o terrível petardo.

Tibbets chegou a contar até quarenta e três segundos, pensando que falhara, quando tudo se transformou numa imensa bola de fogo, cuja temperatura atingiu milhares de graus.

Hiroshima deixara de existir. Milhares de pessoas nada viram, ficando somente gravada nas paredes e no chão sua sombra.

Depois do calor veio uma onda explosiva, cuja violência correspondia a um vento de oitocentos quilômetros horários.

Emoções contraditórias agitavam o espírito da tripulação ao ver aquelas ruínas calcinadas. O capitão Robert Lewis, copiloto, só pôde externar: "Meu Deus, o que fizemos!"

Tibbets comunicou a Tinian que o êxito fora total.

O governo japonês tentou ocultar a verdade, mas o serviço de rádio-escuta captou claramente a mensagem de Truman que comunicava ao mundo a terrível verdade.

Os generais japoneses reunidos no dia 7 de agosto não quiseram aceitar a triste realidade.

O governo americano lançou sobre o Japão 16 milhões de folhetos, alertando o povo japonês sobre as conseqüências do que aconteceu e poderia ainda acontecer.

E, para apressar a rendição, foi antecipado para o dia 9 de agosto o lançamento da segunda bomba, sendo o alvo escolhido a cidade de Nagasaki.

Das duas cidades nada ficou senão destruição e cinzas, além de milhões de vítimas.

Em Hiroshima morreram 90 mil pessoas, 10 mil ficaram gravemente feridas. Em Nagasaki morreram 75 mil pessoas.

Ao lado da euforia da vitória, todavia, surgia uma questão que iria turvar a consciência de toda a humanidade: podia-se justificar a utilização da bomba atômica?

O presidente Truman aceitou a responsabilidade de sua decisão e a justificou com estas palavras: "Que ninguém se iluda! Eu considerava a

bomba como um arma e jamais duvidei que deveria ser usada".

Na realidade, Truman não tinha outra opção.

O general Groves que comandara o Projeto Manhattan observou que qualquer chefe político, se tivesse se negado a lançar a bomba seria crucificado, caso a invasão do Japão fosse paga com grande perda de vidas.

Já o almirante Leahy afirmou: o emprego dessa arma bárbara não trouxe qualquer utilidade. Os japoneses já estavam derrotados, dispostos a capitular, em consequência do bloqueio e bombardeios clássicos.

Afinal, quem tinha razão?

De qualquer maneira, se o aspecto moral desta decisão continua discutível, não o são seus efeitos no terreno militar.

No dia dez de agosto, o imperador Hirohito propôs ao Conselho Supremo a aceitação das condições impostas pelos aliados reunidos em Potsdam.

Apesar da oposição dos generais e do Estado Maior, alguns dos quais tentaram um golpe de estado, no dia 14 de agosto o governo japonês comunicou que aceitava a capitulação, servindo de intermediários os governos sueco e suíço.

No dia 15 o próprio imperador através do rádio comunicava o fim da guerra. Os últimos kamikases se lançaram ao mar com seus aviões, enquanto altos oficiais praticaram o haraquiri em frente ao palácio imperial.

Suspensas as hostilidades, no dia 2 de setembro, a bordo do couraçado Missouri, ancorado a 19 quilômetros da baía de Tóquio, às nove horas da manhã o ministro das relações exteriores japonês assinou a rendição incondicional. Ao fim da cerimônia, o comandante supremo Mac Arthur se dirigiu, através do rádio, aos Estados Unidos, dizendo: "Hoje os canhões estão silenciosos. Termina uma grande tragédia, conquistamos uma grande vitória. Dos céus já não chove a morte, nos mares só navegam barcos mercantes e os homens caminham direto ao sol e em toda parte. A sagrada missão foi concluída, e, ao comunicar este fato ao povo, falo pelos milhares de lábios silenciosos para sempre mudos nas selvas, nas praias, nos abismos profundos do Pacífico. Falo pelos valorosos milhões de soldados sem nome que vão a caminho de seu lares e de sua pátria, para aceitarem o repto do futuro que tanto ajudaram a salvar à beira do abismo. E assim, meus compatriotas, comunico-vos, hoje, que vossos filhos e filhas vos serviram bem e fielmente com o calmo e deliberado espírito de luta do soldado e marinheiro americano, espírito de luta baseado numa tradição das características históricas, contra o fanatismo de um inimigo apoiado apenas por ficções mitológicas. A força espiritual e a energia dos nossos

combatentes conduziram-nos à vitória. Eles vão a caminho de casa, tomai conta deles".

Em todas as frentes terminava a segunda guerra mundial. A pomba da paz voava novamente sobre todas as plagas da terra.

Em 1945, há cinquenta anos, portanto, a história iria dividir-se em duas grandes épocas: a anterior à era nuclear, e a outra, aquela em que vivemos: a era nuclear.

Cinquenta anos se passaram. A humanidade superou tremendas dificuldades.

Durante muitos anos a Europa se viu dividida por motivos ideológicos. Antigos aliados se tomaram inimigos: era a guerra fria que trouxe como consequência a divisão da Alemanha e de Berlim, além de boa parte da Europa.

Felizmente esta época já passou.

As democracias não podem esquecer que a luta sustentada na Europa contra o nazifascismo e no Japão contra o imperialismo militarista levou à vitória, pagando, porém, um preço muito elevado. Foi necessário que milhões de seres humanos derramassem seu sangue para que nós pudéssemos usufruir do mais inestimável presente: a democracia, democracia que é símbolo de liberdade tão bem cantada em versos pelo poeta da resistência francesa Paul Eluard.

Liberdade

Nos meus cadernos de escola,
Na minha carteira, nas árvores,
Sobre a areia e sobre a neve,
Escrevo teu nome.

Em todas as páginas lidas,
Em todas as páginas brancas,
Pedra, sangue, papel ou cinza,
Escrevo teu nome.

Nas selvas e no deserto,
Nos ninhos e nas giestas,
No eco da minha infância,
Escrevo teu nome.

Nas maravilhas das noites,
No alvo pão de cada dia,
Nas núpcias das estações,
Escrevo teu nome.

Nos campos e no horizonte,
E sobre as asas dos pássaros,
E no moinho das sombras,
Escrevo teu nome,

Em cada raio da aurora,
Sobre o mar e sobre os barcos,
Nas montanhas enlouquecidas.
Escrevo teu nome.

Na saúde que voltou,
No perigo que partiu,
Na esperança sem lembranças,
Escrevo teu nome.

E pelo poder de uma palavra
Recomeço minha vida
Nasci para conhecer-te,
Para dizer teu nome:

LIBERDADE

Paul Éluard

Consuelo Salgueiro

Yvonne Amorim

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a partir de sua fundação, em 12 de junho de 1916, estabeleceu em seu artigo primeiro, objetivos científico-literários com a promoção de estudos, investigações ou pesquisas, concernentes à história e geografia, especialmente ao que se refere ao Estado do Espírito Santo. Com isso, uma intensa programação de eventos culturais vem sendo realizada nesse longos setenta e quatro anos de atividades, onde se destacam assuntos de natureza científica ou literária, reuniões e conferências, sempre promovendo o progresso e o do engrandecimento deste Instituto e Espírito Santo.

Convidada por esta Casa de Domingos José Martins para proferir uma conferência sobre a personalidade e a arte de Consuelo Salgueiro, sinto-me honrada pela deferência. Como membro efetivo deste centro de cultura, vale registrar o empenho da atual Presidência, incluindo em seu programa a divulgação da gente capixaba que considero da maior importância e significação. O evento que hoje se realiza me dará oportunidade de analisar e homenagear uma grande mulher e uma das mais fortes personalidades, sua arte, sua vida, lutas, decepções e alegrias e, o mais emocionante, poder retratar Consuelo Salgueiro de dentro de uma convivência de longos anos.

Como definir a mulher Consuelo Salgueiro? No conceito de vários depoimentos assim disseram os que privaram de sua intimidade: "personalidade forte, evoluída e avançada anos luz para a sua época, corajosa, destemida, sensível, romântica, compreensiva mas enérgica quando necessário. Extremamente inteligente, conhecia pelo olhar, as pessoas. Excelente amiga e fiel à modernidade, não se chocava nem se surpreendia

com fatos ou comportamentos". Em Consuelo Salgueiro, duas qualidades mais vivas que espelhavam a sua alma: a integridade que chegava a ser comovente, hoje, de certa forma, desajustada para nossa época, e a preservação rígida de seu lado emocional que não lhe permitia expor a intimidade de seus sentimentos.

Consuelo Salgueiro enfrentou e venceu com muita coragem todas as barreiras que pudessem atropelar o seu longo caminho em busca de sua própria verdade. Acredito que tudo isso, a sua condição de ser, teve muito com o seu orgulho e o lado espanhol, descendente que era de pais espanhóis, Vicente Dominguez Salgueiro e Dona Antônia Brabo y Brabo. A história de Dona Antônia, mãe de Consuelo, tem muito a ver com a história da Espanha, no século XIX. Dona Antônia não veio para o Brasil como imigrante, mas a sua viagem teve lances trágicos e emocionantes. Casada em primeiras núpcias com um oficial do exército espanhol, residia em Gibraltar, onde servia seu marido, uma região de muitas lutas, brigas e conflitos de rua para os espanhóis que jamais aceitaram nem se conformaram com a ocupação de Gibraltar pela Inglaterra colonizadora. Numa dessas brigas, o primeiro tenente Henrique, marido de Dona Antônia, bateu-se em duelo e matou um inglês. E o governo espanhol, para solucionar o problema, porque não interessava ao rei criar um caso diplomático entre a Espanha e Inglaterra, ajudou e facilitou a sua fuga para a América do Sul. No exílio ele se fez acompanhar da família que reunia a mulher e duas filhas, Manuela e Annita. Naquele tempo em que navegar era preciso, as viagens eram muito longas de um continente para outro, num percurso de mais ou menos quarenta dias, da Europa para a América do Sul, com destino ao Brasil. Durante a viagem, o marido de Dona Antônia adoeceu e veio a falecer a bordo e, por ordem irrevogável do comandante do navio ela foi obrigada, com seu defunto marido, a desembarcar no primeiro porto, nesse caso em Vitória, no Espírito Santo. Dizia Dona Antônia, ao referir-se a essa acidentada viagem de emoções e sofrimentos, que recebeu em Vitória a compreensão e ajuda da Colônia espanhola, que cuidou do enterramento de seu esposo, assim como, durante algum tempo, lhe deu assistência material e conforto espiritual, pois a reserva de que dispunha para a sua manutenção e das filhas não daria para cobrir as despesas por muito tempo. Devido a esse contato permanente com os espanhóis ela depois veio a conhecer um outro espanhol, Vicente Dominguez Salgueiro, com quem se casaria. Vicente Salgueiro já residia há algum tempo no Espírito Santo, mais precisamente em Cachoeiro de Itapemirim, onde tinha negócios com firma de construção, mas era em Vitória, como grande boêmio, que costumava freqüentar as rodas alegres da cidade. Apresen-

tado à jovem viúva que era muito bonita, apaixonou-se à primeira vista, casaram-se em seguida e levou-a, com as filhas, para residirem em Cachoeiro de Itapemirim. E lá nasceram as duas filhas do casal - Consuelo e Helena. Posteriormente Manuela e Annita, que foram criadas por Vicente Salgueiro, casaram-se. Annita com o industrial Antônio Sobreiro, não teve filhos. Manuela teve os filhos Ormi, Lélia, Roberto e Amy Brabo Saletto, no primeiro casamento. Ciula e Cilma Brabo Alves, no segundo casamento.

Vicente Salgueiro, seu irmão Urbano e um amigo, José Landeiro, naturais de Tuy, na Galícia, norte da Espanha, vieram para o Brasil em 1877. Chegando ao Rio de Janeiro, tomaram o rumo de Cachoeiro de Itapemirim e lá fixaram residência. Vicente Dominguez Salgueiro era um jovem de vinte anos de idade.

O cineasta Sanin Cherques, amigo da família, conheceu Dona Antônia na casa de Consuelo Salgueiro, no Cosme Velho. Era uma senhora extremamente austera, que sempre se vestia de preto. Também um outro amigo da família, o pintor Fernando Barreto, não só a conheceu como pintou o seu retrato, em traço crayon, talvez um de seus mais lindos trabalhos. Era surpreendente observar Dona Antônia, com toda aquela seriedade, vinda de uma religiosidade que só a severidade do matriarcado espanhol explica, ao contrário da filha, sempre muito atenciosa com ela, mas inteiramente liberal chegando de Vitória, da província, que não era o Rio da década de 30. Como explica Maurício Salgueiro "a austeridade e severidade da minha avó vêm do nome. Não se esqueçam que ela se chamava Antônia Brabo y Brabo Salgueiro". A velhinha era calada, muito silenciosa, mas tirânica, completou Sanin.

Consuelo Salgueiro saiu de Cachoeiro de Itapemirim para morar em Vitória aos oito anos de idade, quando seus pais transferiram a residência para a capital. Em Vitória, deu continuidade aos seus estudos, formou-se pela Escola Normal Pedro II, foi professora do Grupo Escolar Gomes Cardin e fez curso de pintura, desenvolvendo o seu interesse pelas artes, inclusive no desenho artístico. Também em Vitória, iniciou o jornalismo, escrevendo artigos e desenhando ilustrações para a revista "Vida Capixaba", integrando-se à intelectualidade da terra, ainda muito incompreendida e marginalizada naquele tempo. Foi nessa ocasião que se fez amiga da poetisa Haidé Nicolussi, amizade que se fortaleceu no Rio de Janeiro, quando foram residir na Cidade Maravilhosa.

Em Vitória, conheceu o advogado Ivo Felisberto de Souza, com quem se casou e teve dois filhos, João Vicente e Maurício. O casamento para Consuelo foi um impressionante desencontro de idéias. Esclarece o seu filho Maurício que, à medida que a sua mãe sentia vontade de conhecer o

mundo e as pessoas, de extravasar os seus ideais em busca de novos caminhos e da afirmação de sua personalidade, o seu pai, fiel ao conservadorismo e ao machismo do homem brasileiro, defendia o conceito mulher/casa/cozinha/serzir meias, enfim, a cobrança diária que destrói qualquer relação e que oferecia para a mulher casada o mundo do lar, marido, filhos, ou seja, unicamente da família. O casamento resistiu a três anos de incompreensões mas eles nunca chegaram a se desquitarem ou divorciar, mantendo, devido aos filhos, um relacionamento muito amistoso. Com isso, ela voltou às suas atividades de trabalho, ao curso de desenho e pintura e começou a dar aulas de português e de artes em geral, julgando que teria alunos suficientes, porque já era conhecida como professora de elevada cultura. Entretanto, isso não aconteceu, tornando-se bem precária a sua residência em Vitória, apesar do desejo de aqui continuar com os dois filhos. Sensível e inteligente, concluiu que jamais as mães da sociedade capixaba, muito conservadoras ainda, iriam matricular as suas filhas num curso cuja professora era separada do marido. Já foi muito difícil em outros tempos para um mulher separada ou desquitada, permanecer nas cidades do interior, até mesmo nas capitais. A sociedade marginalizava as mães e os filhos. Consciente do problema, Consuelo Salgueiro optou em residir em um centro irradiador como o Rio de Janeiro, a cidade mais avançada na época e para lá se transferiu com os filhos. No Rio de Janeiro, trabalhou arduamente e lutou por sua sobrevivência, conseguindo remover as dificuldades iniciais, retomando as aulas de pintura e desenho e dando aulas de português e artes em vários colégios do Rio de Janeiro, como o Mallet Soares, Melo e Souza e outros.

Tempos depois, foi nomeada para o serviço público federal, no cargo de redatora, no Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação, onde militou até aos 70 anos. O Instituto Nacional do Livro, um órgão importante na vida literária do Brasil, reunia em seu quadro de talentos, entre outros: José Renato dos Santos Pereira, diretor do órgão e Dr. Otávio Alvarenga, Coordenador da Enciclopédia. No setor de redação, além de Consuelo Salgueiro, os professores José Galante de Souza (diretor), Antônio Gomes, Ronaldo Menegaz, Vitor Cardoso, Antônio Simões e Salvador Monteiro responsável pelo setor de Artes Gráficas. O professor Carlos Cavalcanti como crítico de artes era assessorado por Conceição Drumond, Gilda Costa Pinto, professor Antônio Geraldo Pinto e a pintora Conceição Pinheiro. O INL ao tempo de Consuelo Salgueiro, teve mais dois diretores, o General Umberto Peregrino e a escritora Maria Alice Barroso. O Rio de Janeiro, de fato, abriu as suas fronteiras culturais recebendo Consuelo Salgueiro, abrindo-lhe oportunidades. E isso foi possível e con-

quistado com a inteligência e a cultura de Consuelo, sempre interessada em novos caminhos para atingir os objetivos e a tudo que se propôs realizar. O mais importante nessa mulher corajosa e independente foi a sua energia, sua fonte de querer saber e a sua constância no aprimoramento das artes e de sua criatividade artística. As pessoas que com ela conviveram são unânimes em ressaltar a sua qualidade de ser solidária, não apenas com os amigos, mas contra qualquer injustiça. Em pouco tempo, essa mulher de mente aberta e universalista passou a conviver com a intelectualidade do Rio de Janeiro. Por sua grande capacidade de se identificar com as pessoas, essa intelectualidade passou à frequência assídua em sua casa no Cosme Velho, incluindo-se literatos e artistas que, por sua condição orgânica, sofriam restrições das pessoas. Nos dias atuais, essa restrição, uma espécie de barreira intransponível, vai sendo derrubada e a própria velha senhora Inglaterra que antes os penalizava, aboliu arcaicos conceitos sociais, aceitando a sua convivência. Diz Maurício Salgueiro, "eles iam lá pra casa quando se sentiam em depressão, para se lamentar nos ombros de mãe e dela recebiam apoio e respeito. A mãe era o próprio muro de lamentações".

Consuelo Salgueiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 12 de fevereiro de 1906, e como todo cachoeirense era apaixonada por sua terra natal. Sem paixões exageradas ela gostava de alimentar o seu lado místico. E para se ter idéia da dimensão desse misticismo, certa vez ela foi a uma cartomante que prenunciou a sua morte aos 76 anos. E ela acreditou nisso com tal passividade que o Maurício não entendia nem aceitava. "Mãe, não vai acontecer nada", e de fato não aconteceu. E, quando ela completou 77 anos ele cobrou: - "77, cadê a cartomante?" Consuelo somente faleceu depois de completar 81 anos, em 22 de fevereiro de 1987. Outra ocasião, eu interpelei-a: "querida, por que você fuma tanto, isso é prejudicial a sua saúde e, ainda mais, você tem enfizema". Ela de pronto replicou: - "Não adianta Yvonne, deixa eu fumar, eu gosto tanto. A cartomante destinou a minha morte aos 76 anos. Eu estou beirando os 73, não adianta, eu vou morrer mesmo". O cigarro foi o seu grande companheiro até a morte. Apesar de proibida do vício por ordem médica, ela nunca obedeceu e a todos ela driblava, que era o lado de sua cumplicidade com as coisas. Então, reunidos na sala, na maior conversa, ela olhava para um lado e para o outro, saía de mansinho e ia tirar escondido as suas fumaçadas. Quando mais tarde gravemente enferma, por uma doença irreversível, ela nunca abandonou o inseparável amigo - o cigarro. E nunca respeitou as recomendações médicas. Consuelo queria viver os seus prazeres.

Sanin Chermes, em seu depoimento sobre a incrível personalidade

de Consuelo Salgueiro, também se refere especialmente sobre a sua fase mística, uma espécie de refúgio depois da morte de João Vicente em Paris, França, ocorrida em 1981. O golpe foi muito grande e ela jamais se conformou. E dizia sempre que não valia mais a pena viver. Depois ela foi ao encontro de novos caminhos religiosos e foi nesse momento que o lado místico se revelou mais forte. Consuelo foi uma cristã, apaixonada pela figura de Jesus Cristo, mas pouco assídua aos ofícios religiosos, considerando-se livre pensadora, e por força do sofrimento e da saudade enorme que tinha de João Vicente, ela procurou outros canais, mostrando uma enorme curiosidade. Já bem idosa, ela descobriu que Maurício e Sanin Cherques tinham um amigo comum, o Joaquim de Oliveira, que residia em Uberaba, a terra de Chico Xavier. E insistiu que a levassem a conhecer o famoso médium, por quem nutria uma grande admiração. Diz Maurício que sua mãe era uma apaixonada pelo Além, não importando qual o caminho, acreditava ela, que através de Chico Xavier, pudesse levar a um grande "papo" com o espírito de seu filho. Essa viagem a Uberaba nunca aconteceu, a conselho médico, devido ao seu preocupante estado de debilidade. Ela já estava morrendo, aos poucos, com saudades de João Vicente. Nos últimos anos de vida, dedicou-se aos estudos de Rosa Cruz, o seu último refúgio, sempre insistindo no lado místico em busca de outras verdades, que o seu ceticismo não permitiu. E adotou o preto e branco até a morte.

Sanin Cherques, quando se refere ao grande carinho e admiração por Consuelo Salgueiro, faz um retrocesso no tempo, para falar da casa do Cosme Velho, um pequeno apartamento com varanda, onde residiam Consuelo e os filhos. - "Era uma casa acolhedora, onde um grupo de jovens, saindo da adolescência, se reunia para estudar com João Vicente e Maurício. As reuniões eram noturnas, com muito debate, discussões, muito cigarro. A gente atravessava a noite, tomando remedinho para não dormir, cafezinho, de vez em quando rolava um vinho ou uma caninha. E Dona Consuelo chegava, dava uma olhada, uma vagueada e saía. Sempre discreta e sem fazer nenhum tipo de censura. Eu tive a felicidade e o privilégio de participar dessa fase de fim de ginásio e científico, convivendo com várias tendências, aqueles que seriam médicos, advogados ou jornalistas, outros que seriam engenheiros ou artistas, tudo com muita receptividade. Fora os "pingentes" que eram da família e sempre estavam por lá, como Guilherme e Sandra Diekens, Nara Saletto e Raul Guy, que devorava toda a comida sem dar "colher de chá" para ninguém. A Dona Consuelo fazia um comentário - "ele é muito voraz", mas nisso não ia nenhuma crítica, tudo era dito com generosidade e uma surpresa alegre. Ela sempre soube dialogar com os jovens e os adolescentes e eu me recordo que era assim

uma conversa muito viva e saudável. Com o passar do tempo, não para mim que sou conservador, mas para os outros ela virou Consuelo e o dona foi inteiramente abolido. Para o Albino Pinheiro e o meu irmão Sérgio, quando nos encontrávamos na rua, era a mesma pergunta: "E a Consuelo, como vai?" Com ela a ampulheta não funcionou, parou na metade do caminho, quer dizer nós envelhecemos, mas ela não perdeu, assim, o vigor daquela mãe que adotou a todos como filhos, uma pessoa que sempre foi, mas com energia e bom humor. Naquela época, Dona Consuelo gostava muito de rir de uma boa piada, adorava uma mesinha de jogo e jogar buraco. No jogo dos feijõezinhos, ninguém conseguia ganhar dela. Depois vieram os tempos de universidade e o grupo foi seguir novos caminhos, mas eu nunca mais me afastei deles, com um relacionamento mais diário, inclusive, fui hóspede de Dona Consuelo durante algum tempo. Eu ficava lá com todas as minhas extravagâncias, às vezes acordando às 5 horas, outras chegando à meia-noite ou 1 hora e ela, sempre, com aquela cortesia que talvez a minha mãe não tivesse. Nessa época, eu estava começando a fazer cinema, chegava lá para as dez ou onze da noite, muitas vezes levando o ator principal. Na verdade, eu estava deslumbrado com o cinema e não tinha desconfiômetro para entender certas coisas. Muitas vezes a Dona Consuelo já estava recolhida, mas assim que eu chegava ela vinha para a sala com aquela gentileza que lhe era peculiar, com elogios para o ator e sem dizer nada que pudesse ser constrangedor ou decepcionante. Esses episódios marcam a sua personalidade com lances fascinantes, como a expedição científica que João Vicente, Maurício e Sérgio Rolim resolveram realizar em Gurupi, no interior do Maranhão. Tudo registrado no Conselho Nacional de Pesquisas. Eles levaram anos economizando, compraram armas e munições e uma câmera de filmar. Interessados em cinema, pensavam em produzir um documentário desta viagem em busca de ouro, sem Charles Chaplin. E Dona Consuelo acompanhando aquela movimentação no "fale baixo", para o Dr. Ivo, que sempre estava por perto, não descobrir. No dia do embarque, Dona Consuelo, dando a maior força e o rádio-telegrafista do navio, seu velho amigo de infância e capixaba. Mas o Dr. Ivo acabou descobrindo tudo e ficou enraivecido. "É uma loucura, dizia, esses meninos vão contrair malária ou outras doenças," ameaçando interditar a viagem. "Vou denunciar que essa expedição vai ser integrada por caçadores clandestinos e mercenários", enfim, ele estava disposto a impedir a viagem, usando qualquer artifício. Na verdade, eles levavam munição que daria para matar todos os Yanomamis da Selva Amazônica. A viagem, no início, era de um grupo numeroso, que foi desistindo com o passar do tempo, um a um, ficando reduzido a João Vicente, Maurício e o

Sérgio Rolim. Eles não entendiam de selva e o máximo que conheciam eram as matas nos arredores de Cachoeiro de Itapemirim. E o que fez Dona Consuelo? Ela se fez cúmplice dessa expedição, dando o maior apoio a essa aventura desvairada. E embarcou o Maurício e o Sérgio Rolim no tal navio, com muitas recomendações ao amigo capixaba, enquanto o João iria de avião para embarque no porto de Vitória. Era um desses navios tipo Ita ou galé que vão parando no caminho marítimo em vários portos. - "Vão vocês, ela dizia, sem o João Vicente, para o Ivo não desconfiar. E se a polícia bater por lá não vai poder apreender a munição". Ela, com João Vicente, se mandaram para o Santos Dumont e tomaram um avião de carreira Rio-Vitória, carregando sessenta quilos de balas numa valise que ficou pesada como chumbo. E o João que não dispunha de dinheiro para o excesso de bagagem, ficou revezando a valise com Dona Consuelo, com todo cuidado para não levantar suspeitas, pois ali, em termos de peso, viajava um outro passageiro. Naturalmente que ela entendia que os filhos estavam na idade das experiências e não bloqueou esse sonho, essa fantasia. Eles embarcaram nessa aventura, incentivados por Martim Napoleão, hóspede da casa, que chegou para o Maurício e João Vicente, desenrolou uma planta e disse: "Eu tenho aqui um mapa, uma planta que dá todas as dicas para localizar uma mina de ouro, lá em Gurupi, no Maranhão". E eles, eufóricos, começaram a juntar tostões, numa verdadeira economia de guerra. Ela, então, depois que embarcou os filhos desabafou apreensiva: - "O Martim Napoleão é um irresponsável. Como é que ele bota na cabeça desses dois uma aventura dessas?" Decorridos muitos dias, deixaram de chegar notícias. Foi aí que ela se apavorou e só se tranquilizou, apesar das desgraças no texto do telegrama que dava conta da malária de João Vicente, dos vinte quilos de peso a menos de Maurício, que a bagagem tinha desaparecido e que a câmera de filmar fora levada pela correnteza do rio; enfim, pensou, eles estavam vivos e respirou aliviada. Providenciou, então, as passagens, porque eles estavam completamente sem dinheiro até para comer e, por milagre, conseguiram convencer ao telegrafista de passar o telegrama fiado. Esta foi a Dona Consuelo que conheci e sempre admirei, que não gostava de cercear os filhos, os amigos e as pessoas. Foi ainda seu aluno de pintura e apesar de minha falta de talento, ela sempre me incentivou".

As reuniões na casa do Cosme Velho continuaram ainda por muitos anos, sempre movimentadas por diferentes grupos, tendências, manifestações artísticas. Quando os filhos ficaram homens, começou a fase dos namoricos e novos amigos ali se reuniam, como Vilma Guimarães Rosa, Zany Roxo, Agnes Guimarães Rosa e outros que foram se agregando.

Depois, alguns se casaram, outros se separaram e nessa sucessão de gente que entrava e saía, havia sempre renovação de valores e tudo muito envolvido com as artes. Depois, foi a vez de um grupo de poetas e declamadores portugueses que ali se integrou, com noites maravilhosas de tertúlias que reuniam Villaret, Martinho Severo, Rabelo de Almeida e muitos outros. Martinho Severo, declamador, professor de canto e imitação de voz, era um fidalgo português que sabia como ninguém a arte de dizer poesia. Nessas famosas tertúlias declamavam os poemas de mais de cinquenta autores da poesia contemporânea portuguesa, destacando-se Fernando Pessoa, Sá Carneiro, Miguel Torga, Florbela Espanca e José Régio, o célebre autor do poema "Cântico Negro", presença obrigatória em cada Sarau. Os assuntos abordados sempre colocavam em pauta as fases da poesia, da literatura, renovação do clássico para o moderno e as artes em geral, com pessoas que ocupavam cadeiras cativas, outros na arquibancada ou na geral, que se renovavam. E sempre pintava na área uma presença nova. Nessa época, o Vivaldo Costa Lima passou a ser assíduo nesses encontros de cultura. Ele foi, na Bahia, o responsável pela conscientização da importância do Pelourinho e sua restauração e dirigia, na época, o Museu de Artes Africanas em Salvador.

Consuelo Salgueiro teve uma efetiva convivência com os críticos e artistas plásticos, no Rio de Janeiro. Era um grupo de notáveis integrado por Calmon Barreto que pintou o seu retrato, Bandeira de Mello, Mario Lauritz, Júlio Vieira, Angelo Proença Rosa, Carlos Cavalcanti e muitos outros. O seu conhecimento com o professor Carlos Cavalcanti deu-se no Museu Nacional de Belas Artes, onde ele dava um curso muito amplo sobre História da Arte a que ela compareceu com muita assiduidade. Maurício, recém-saído da Escola Nacional de Belas Artes, era assistente de ensino e estava iniciando a sua carreira com as primeiras exposições. E duas dessas exposições, uma na Galeria Vila Rica e outra no Museu de Arte Moderna, tiveram o texto e a apresentação pelo professor Carlos Cavalcanti. João Vicente, recém-chegado da Espanha, onde especializou-se em Direito Internacional e História da Arte, preparava-se para ingressar na área da crítica e ensino da História da Arte. Posteriormente, ele casou-se com Francisca Briggs Ribeiro e foi nomeado professor de História da Arte nas Universidades do Espírito Santo, Estado do Rio e no Centro de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Em função desse relacionamento com as artes, Consuelo e os filhos passaram a uma convivência muito fraterna com Carlos Cavalcanti, comparecendo com assiduidade às reuniões de sextas-feiras da família, e eles, por sua vez, passaram a freqüentar as reuniões no Cosme Velho. Além disso, surgiu uma grande

afinidade profissional entre Consuelo e Carlos Cavalcanti e no final de 72, ela já estava trabalhando como sua assessora na coordenação e edição do Dicionário de Artes Plásticas, publicado pelo Instituto Nacional do Livro.

Consuelo Salgueiro surpreendia pelo espírito evoluído e entendia ser necessário amar para crescer. E o amor teve muita importância em sua vida. Amou aos filhos, aos amigos e a tudo relacionado com a vida e família, cultivando o senso que não admitia falhas ou fraquezas. Sabia perdoar, sem esquecer mágoas, os desencantos com que a escola do mundo testa e nos aproxima do ato de ser tolerante. Alerta aos que lhe ofereciam a oportunidade de conhecer, fez de sua modéstia a forma de viver, sempre em busca da perfeição que vem da sabedoria. Mas a grande chave de sua vida, o elo de toda essa resistência estava na sua forma mais justa e leal - o amor.

Zany Roxo, a filha que Consuelo não teve, porque Deus lhe deu somente filhos homens, era uma criança agitada, de concentração difícil e que precisava estudar. Celina Roxo Echmann, sua mãe, não sabia como resolver o problema e foi aconselhar-se com a sua grande amiga Consuelo Salgueiro. Elas se conheceram em Vitória, quando o marido Frederico Echmann, engenheiro, veio construir algumas obras aqui na Ilha. Com aquele espírito de solidariedade que era uma de suas características, Consuelo prontificou-se em orientar a educação de Zany e, como para ela ser professora era um estado de graça, assumiu a sua educação. Zany, que jamais frequentou a escola, fez curso de português, matemática, história, geografia, francês, etc. preparando-se no nível primário e ginásial.

Para Consuelo, entretanto, a sua maior realização pessoal foi o sucesso profissional dos filhos e sua atividade como professora de artes. Estudou Belas Artes com Maurício, História da Arte e advocacia com João Vicente. Dedicada e excelente filha, foi mestra maior dos filhos e seus amigos. Como foi importante para ela o sucesso de Zany e Sanin, os filhos dentre muitos que ela adotou. Em seus desabaços ela dizia-se "arrepentida de não ter vivido com maior intensidade a sua própria vida". Deixou-se envolver pelo turbilhão do dia-a-dia, para dar o melhor para os filhos. - "Passei a vida inteira contando tostões e agora estou velha, com dinheiro e não sei o que fazer". Certa vez a Zany perguntou: - "O que você define na vida, uma pessoa como linha do meio?" Ela respondeu: "Eu sou a linha do meio". "Como explica isso, tia Consuelo?" E ela respondeu: - "Eu nunca me deixei levar pela emoção dos impulsos, embora eu fosse toda emoção. Talvez pela educação de época recebida, os preconceitos, verdadeiros grilos, que nos levam a respeitar e obedecer todas as regras sociais" - "Você se arrepende?" "Muito. Se eu soubesse de todas as verdades, jamais eu

seria linha do meio, mesmo na pintura, que foi a linha do meio final". E concluiu: "Jamais deixei extravasar as minhas fantasias, sufocando sonhos e emoções. Eu não tive coragem de ser você". A personalidade de Consuelo Salgueiro tem muito da tristeza, do sofrimento espanhol, é importante que se fixe isso, talvez por ter negado a si mesma o direito de ser feliz como mulher. Perguntei ao Maurício Salgueiro se foi a sua mãe que o fez optar pela escultura como profissão. - "Não, ela não acreditava, eu estava me preparando, ela não acreditava. Eu cursava o primeiro ano de engenharia, não por ela, mas pela estrutura social de época, porque a Engenharia seria uma profissão de resultado prático, mais viável, mais seguro, mais certo. O meu interesse por arte vem desde criança e sempre estive ligado em arte. Mas se não tivesse esse clima em casa, talvez não tivesse desenvolvido um sentimento mais sério e definido. A gente convivia diariamente em casa com um clima de cultura e arte muito grande e isso ajudou muito. As reuniões com intelectuais e artistas plásticos, tudo isso colaborou, mas era a minha formação porque, praticamente, só cursei o primeiro ano de engenharia, enquanto sempre tive muita ligação com a arte. Isso também aconteceu com João Vicente que se formou em Direito, chegou a Vice-presidente do Sindicato de Classe e, paralelamente, cursou museologia, nessa coisa diária de identificação com artes. Cursei ainda dois anos de museologia, mas estava interferindo no curso da Escola de Belas Artes, onde fiz escultura, e eu tive forçosamente de optar. O curso de Belas Artes versava, para meu interesse, com coisas muito próximas de meu ideário, enquanto a museologia interferia e me obrigava a ausência em muitas atividades do curso de escultura. E o pior, tinha de aturar um bando de incompetentes que eram os professores de museologia e o curso era tão ruim que me irritava. Resolvi, então, abandoná-lo no 2º ano". Para o filho Maurício Salgueiro, indiscutivelmente, Consuelo foi pai e mãe e a sua maior incentivadora. E nunca, diz ele, decidiu fazer alguma coisa sem o estímulo dela, desde a alucinada viagem a Gurupí, no Maranhão, tão bem colocada no depoimento de Sanin, um episódio que envolveu risco de vida que ela apoiou para não cercear a iniciativa dos filhos. "Nunca, em momento algum ela tentou cortar tudo que eu quisesse fazer", foi taxativo. O escultor Maurício Salgueiro, durante o curso de escultura na Escola Nacional de Belas Artes, conquistou todos os prêmios: 1º prêmio no 2º ano de escultura no Salão Nacional de Belas Artes e medalha de prata no Salão Municipal do Rio de Janeiro. No 3º ano da escola, conquistou a medalha de bronze no Salão Nacional de Belas Artes. A partir daí ele começou a marcar presença em todas as exposições de escultura promovidas pelo Salão Nacional. No 4º ano de escola, arrebatou a medalha de prata e no ano

seguinte, a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes. Finalmente, dois anos depois, conquistou no Salão Nacional o mais importante e valioso que é o "Prêmio Viagem ao Estrangeiro", com a escultura da bailarina Sandra Diekens. E o mais significativo foi a conquista no mesmo Salão Nacional do "Prêmio Viagem" e o "Prêmio de Aquisição", isto é, dois prêmios importantes. O "Prêmio de Aquisição" é adquirido pelo Salão com verba própria e dividida entre os melhores trabalhos apresentados. Perguntei ao escultor Maurício Salgueiro como ele recebeu, qual a sua emoção em ser premiado duas vezes no mesmo Salão Nacional de Belas Artes. - "Eu enviei dois trabalhos, a escultura de Sandra Diekens que me deu o "Prêmio Viagem" e uma cabeça em gesso do pintor Ângelo Proença Rosa. Isso porque, dificilmente, eu ganharia o "Prêmio Viagem" por norma ainda hoje adotada pela Comissão julgadora, de não premiar o artista que concorresse somente com um trabalho, porque ficaria difícil avaliar o conjunto. Na verdade, a minha meta era o "Prêmio Viagem" e para fazer o conjunto enviei esses dois trabalhos. Eu não esperava a premiação dos dois e foi uma feliz surpresa para mim." Todos os seus trabalhos premiados fazem parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Maurício permaneceu 2 anos na Europa para estudos, com residência em Madrid e se fez acompanhar nessa viagem por Consuelo Salgueiro. Consuelo adorava viajar e mais tarde voltou à Europa para um longo passeio na Alemanha com temporada em Colônia, em visita aos sobrinhos Guilherme e Sandra Diekens que ali residem há muitos anos. Em viagem aos Estados Unidos, passou temporada em Los Angeles, hóspede de Zany Roxo, que ela amava como filha e a esta altura estava casada com um produtor de cinema, o americano Burt Astor.

2ª Parte

Consuelo Salgueiro, na Ótica da Pintura

Bardi em seu conceito na Pequena História da Arte, diz que a pintura é arte mais idealizante, enquanto a escultura é a consideração e a realização de um volume indefinido, no espaço indefinido. "Se a pintura é arte mais idealizante ela é, também, a contemplação do engano, espaço representado com a ficção da perspectiva, atmosfera, fisionomia, fatos, jogos, movimento, sentimento, pinceladas, colocados numa imagem onde o desenho e a cor evocam um mundo irreal". E prosseguindo na sua obra

contemporânea de que "a pintura é um amável convite à divagação e faz com que nos comportemos justamente como quando damos asas à fantasia, como fuga da realidade que nos rodeia. Para ele, no entanto, é ponto pacífico que a pintura é uma afeiçoada àqueles que fogem do verdadeiro objetivo, para atingir no inesgotável ditame da fantasia, o universo das imagens e das suas combinações".

Na verdade, a partir da Idade Média até os dias de hoje, e ao longo da evolução das várias técnicas de pintura, cada artista tem o seu segredo, a sua magia que é a preferência do tema, não se sentindo plenamente satisfeito com o comum, mas de uma forma que seja pessoal. E é conceito firmado que a arte à nossa época, como nenhuma outra, provou o vinho da liberdade, e cada artista procura um caminho inédito, uma faceta inexplorada e autêntica, não aceitando a imitação que desvaloriza e a escravidão da personalidade.

A pintura de Consuelo Salgueiro tem muito a ver com esses conceitos e suas diversas fases, embora ela seja sempre fiel à figuração. Durante os anos que pintou ela fez alguns intervalos e retomadas da pintura. O escultor Maurício Salgueiro divide a obra deixada por sua mãe, em três fases: a fase inicial em Vitória, onde ela fez muitos contatos e recebeu orientações de outros artistas. Ele não considera essa primeira fase, acadêmica, mas a inicial, na qual ela se dedicou a motivos de influência externa, com uma interrupção após o casamento. Como toda mulher brasileira dessa época, ainda mais em cidade do interior, o casamento interferiu e ela teve que fazer um intervalo forçado.

Depois ela retornou aos pincéis, quando foi residir no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, final da década de 30 a 40, ela fez um longo curso de técnica de pintura e cores, com a grande professora Georgina de Albuquerque. Essa segunda fase, ele prefere qualificar de acadêmica porque esteve muito presa à natureza. Mas de temas dela próprios. "Foi uma fase em que ela cresceu muito, criando uma palheta nova, inteiramente renovada que de repente passou na sua pintura". Depois, novo intervalo, talvez pela preocupação em dar maior assistência à educação dos filhos. Isso, naturalmente, a obrigou a um outro tipo de dedicação, muito importante em sua vida como responsável e mãe extremosa que foi.

Finalmente, ela retoma a pintura numa terceira fase, deixando os rigores do desenho e totalmente as regras acadêmicas e da perspectiva linear, mais livre, com uma figura, mais solta. Ela retornou com trabalhos como o "Cais do Porto" e outros de temas diferentes. Foi uma fase muito bonita. E dentro desse novo conceito de pintura conservou-se até o fim da vida. Mas sempre presa ao figurativismo. Ela nunca saiu da figuração.

O acervo de Consuelo Salgueiro é de cerca de cinquenta quadros. Ela não gostava de se repetir e sempre buscou, dentro da pintura, renovar-se. A pintora premiada Conceição Pinheiro, fala de seu relacionamento e convívio artístico com Consuelo Salgueiro, desde 1962, quando foi trabalhar no Instituto Nacional do Livro. Consuelo levou-a a freqüentar a Sociedade Brasileira de Belas Artes, onde participaram de várias coletivas de pintores brasileiros e conquistaram alguns prêmios, participando de várias mostras promovidas pelo MEC. Além disso, exposições em cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro. A pintora Conceição Pinheiro diz ter recebido de Consuelo o maior incentivo na sua primeira exposição no Clube dos Decoradores. Juntas visitaram Nova York no ano de 1970 e percorreram todos os grandes Museus, como o Brocklyn Museu onde conheceram a obra de Picasso. Elas trabalhavam e pintavam juntas, como discutiam técnica de pintura e quando fez o seu último trabalho que foi o retrato do neto, discutiram muito sobre expressão e as pinceladas. - "Ela sempre aceitou a minha opinião. E a lembrança maior - o seu otimismo, a persistência e a grande euforia quando conquistou a primeira medalha de ouro no Salão da Academia Brasileira de Letras com o "Largo do Boticário", um tema que ela abordou em três ângulos diferentes e em outras ocasiões". Consuelo Salgueiro era muito criativa a chegou a fabricar jóias com uma individual na galeria Vila Rica. Diversificando a sua arte e dando corda a sua criatividade, ainda encontrava tempo para fazer tricô, croché e as mais lindas e artísticas almofadas de retalhos.

Outros artistas respeitados completam o número de pintores, intelectuais e críticos de arte com quem ela conviveu: Fernando Barreto, Clarivaldo Valadares, Silva Leite, Augusto Rodrigues, Van Jafa, Walmir Ayala, Levino Fauzeres e Gastão Formenti que era cantor, artista plástico, pintor consagrado e responsável, com Osvaldo Teixeira, pelos mais lindos e famosos vitreaux do Rio de Janeiro. Gastão Formenti era assíduo às reuniões no Cosme Velho.

Com Levino Fauzeres, o criador da famosa Colméia de Pintores, tão badalada pela imprensa carioca, ela participou, na década de 60, das aulas realizadas ao ar livre, nos locais mais bucólicos do Rio de Janeiro, integrando um enorme grupo de artistas plásticos que se identificavam com a escola de Levino.

Consuelo era muito estudiosa, na sua busca permanente de sabedoria. Ela sempre buscou. Por isso assistiu a muitas palestras, conferências e fez uma série de cursos de artes em geral. Mas curioso é que, durante muito tempo, ela escondeu para os amigos a sua pintura. Ela dizia que não pintava por profissão, mas por lazer. E só muito mais tarde, eles tomaram

conhecimento de suas telas. Acredito que a sua missão materna transpôs, muitas vezes, a sua revelação na pintura, embora ela nunca a tenha abandonado completamente. Zany Roxo, João Carlos Cavalcanti, Fernando Barreto e muitos que viveram em sua intimidade são unânimes em dizer que somente bem mais tarde eles vieram a saber que além de participar ativamente do movimento artístico no Rio de Janeiro, Consuelo também pintava os seus quadros. Acredito que a sua maior preocupação sempre foi ajudar os filhos a crescerem em suas profissões e se afirmarem na vida artística a que se propunham, Maurício na escultura e João Vicente como professor de História da Arte. Certa vez o Maurício a convite do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, foi dar um curso de escultura e ela não perdeu uma aula, prestigiando e assessorando o curso. Com João Vicente era a mesma coisa, - sempre se dividindo para atender aos dois - ela colaborava na datilografia e nos seus projetos de pesquisa, como também datilografou o livro que João Vicente pretendia publicar sobre a História da Arte, projeto que ficou inacabado com a sua morte. Consuelo era apaixonada pela pesquisa histórica, escreveu alguns trabalhos e gostava muito de invenções científicas. Além disso, deixou inacabado um livro sobre a história do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Consuelo Salgueiro se assemelhava em perseverança à maravilhosa personagem da obra de Máximo Gorki "A Mãe". Tal como ela, soube perseguir os caminhos, uma, em busca da liberdade do filho nas prisões russas e, a outra, em busca da realização dos filhos.

A grande emoção na sua velhice foi o nascimento em 10 de abril de 1979 do único neto, filho de Maurício e Vera Severiano Ribeiro de Saules que recebeu na pia batismal um nome pomposo: - Maurício de Saules Salgueiro Felisberto de Souza. O seu nascimento para ela foi uma luz no final de existência e lhe deu muita alegria. Ela pintou três quadros para ele, dois com temas ingênuos e traço muito solto, com crianças brincando, soltando papagaios, muito verde, florzinhas, palhaços, João teimoso e passarinhos e o terceiro, que foi o seu último trabalho, o retrato de Mauricinho. Nele ela deixou transbordar muita luminosidade, muito amor e toda a ternura de avó, ao contrário da 2a. fase que foi mais de "Naturezas Mortas", onde os tons deixam debruçar uma alma conflitada e a severidade que foi a vida para ela.

Mesmo escondendo a sua pintura alguns anos Consuelo Salgueiro conquistou várias Menções Honrosas, Medalha de Bronze, Medalha de Prata e duas Medalhas de Ouro nos diversos Salões do Rio de Janeiro, em exposições coletivas. Aqui um pouco de sua vida, sua pintura, seus méritos, conquistas, sua humildade e sobriedade como grande cultora que foi do

belo, na sua maior essência que é o mundo amplo, da alma do artista e das artes em geral.

A cidade de Vitória

Maria Izabel Perini Muniz *

Exmos Senhores integrantes da mesa. Senhoras, Senhores.

Falar sobre a cidade sem uma apresentação de slides ou fotos deixa a desejar, mas todos conhecem bem Vitória atual. Esperamos que possam conhecê-la também em algumas das transformações históricas dos seus espaços.

Buscamos traçar, em algumas linhas, um quadro da evolução urbana da cidade, desde a criação da vila, até princípios do século atual, quando uma série de remodelações urbanas transformaram a arquitetura da cidade colonial.

Vitória, 442 ou 443 anos? São tantas as polêmicas e tanto ainda por pesquisar, estudar, rever e reler sobre a trajetória histórica desta cidade que ainda esconde muitos feitos e fatos nas suas ruas, nas suas praças e nos seus monumentos.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda: "a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem".

Certamente discordamos de parte desta afirmação, pois somos de parecer que todas as ações referentes à arquitetura, desde a escolha do sítio até a organização e construção de uma cidade ou mesmo qualquer outra obra é sempre produto mental e se relaciona diretamente com o pensamento da época - para a arquitetura e o urbanismo a época é mais importante do que a data.

* Arquiteta, professora e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Porém, concordamos que a cidade construída pelos portugueses não chega a contradizer o quadro da natureza, se enlaça na linha da paisagem, ainda na tradição das cidades medievais, embora o século XVI já abarcasse o pensamento humanista e o traçado das cidades renascentistas obedecesse a outra ordem, na Europa.

Vitória não foge à regra. Situada entre o mar e as montanhas da ilha de Santo Antônio, se adapta à topografia local como uma típica cidade colonial portuguesa, de costas para o mar; ocupando o dorso de uma colina pouco elevada, se desenvolveu apoiada às curvas de nível do seu sítio urbano numa hierarquia de espaços própria dos valores da época, determinados pela localização das principais construções religiosas.

A vila fundada às custas do primeiro donatário da Capitania, pois a Coroa procurava deixar aos donatários as principais tarefas de urbanização, outorgando-lhes o poder de criação de vilas, teve o traçado básico do seu núcleo urbano condicionado aos interesses das Ordens Religiosas que aqui se instalaram. Era de interesse da Coroa, preocupada com a manutenção de todo um sistema colonial, que se mantivessem presentes as instituições, e entre elas, de extrema importância, estava o papel da Igreja.

Quando Vasco Fernandes Coutinho transferiu a sede da Capitania, já deveria existir na ilha uma humilde povoação de lavradores, além da casa de Duarte Lemos e da Capela de Santa Luzia.

A nova vila nasceu em torno dessas edificações. No topo da colina foram situados o Colégio dos jesuítas e as primeiras igrejas. Não muito longe da primeira capela se situou mais tarde a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, onde hoje se localiza a Catedral Metropolitana. Formando o terceiro vértice de um triângulo a Igreja de São Tiago: fazendo parte do Colégio dos jesuítas, teria sido o terceiro edifício religioso da vila.

Mais tarde, pouco mais adiante em terrenos também elevados, os conventos de São Francisco e do Carmo, sendo que as melhores residências também se situaram na parte alta da cidade. Nas partes baixas, próximas ao mar, se localizaram o comércio, alguns fortes e armazéns para servir ao cais.

Implantadas de modo a obedecerem uma determinada distância entre si, as primeiras igrejas: de Santa Luzia, a Matriz e a de São Tiago, foram construídas no alto da primeira elevação da ilha. Ocupando a beira dos declives e voltadas para dentro da área plana, no alto da colina, de costas para o mar, essas construções delimitaram um espaço formado por um triângulo de linhas imaginárias, cujos vértices se localizavam nas fachadas frontais de cada uma dessas três igrejas que, como se dialogas-

sem entre si, estabeleceram os limites e a valorização dos espaços abertos diante delas, onde se efetuavam as principais atividades religiosas, cívicas e recreativas da vila.

Dentro do perímetro determinado pelas primeiras construções religiosas se localizaram, durante o século XVI, a igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, onde se situa atualmente o edifício da Assembléia, Palácio Domingos Martins, a Casa de Câmara e Cadeia, onde atualmente se localiza o Palácio da Justiça, tendo o pelourinho à sua frente, além de, evidentemente, as melhores residências da vila.

O núcleo da vila foi determinado por estas construções religiosas e civis e pelos espaços irregulares, espécies de largos ou praças que se abriam diante delas e eram ligadas entre si por ruas estreitas determinadas por fileiras de casas construídas no alinhamento irregular e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas.

Esse núcleo determinava o espaço nobre na vila, que se ligava à área próxima ao mar, à área de comércio e aos cais através de ladeiras mal calçadas e enlameadas.

No período compreendido entre o final do século XVI até final do século XVII, os conventos de São Francisco e do Carmo, por suas finalidades mais rurais do que urbanas, se implantaram nas encostas das elevações mais centrais da ilha e, até princípios do século XIX, a cidade não chegava a ocupar as suas vizinhanças, tanto que Saint-Hilaire, em 1818, observou terem sido eles edificadas fora ou quase fora da cidade.

Durante os três primeiros séculos de colonização, o perímetro e o desenvolvimento da vila de Vitória foram limitados ao espaço determinado pela implantação das suas igrejas, do Colégio dos Jesuítas e dos Conventos de São Francisco e do Carmo, e pelo mar.

Em fins do século XVII até a primeira metade do XVIII, maior importância foi dada à defesa da ilha, tendo sido concluído o Forte de Nossa Senhora do Carmo, reedificado o Forte São João, que se encontrava em ruínas, e construído o Forte de São Francisco Xavier situado em posição estratégica para proteger a entrada da barra de Vitória. Além das fortificações de Santo Inácio (ou São Maurício), situado na marinha da vila, dentro da cerca dos jesuítas, e o de São Tiago (ou São Diogo) situado aproximadamente na ladeira atrás da Catedral.

Por esta época, toda a Colônia luso-americana vivia a euforia da descoberta do ouro, no território que passaria a se denominar Minas Gerais. As lavras mais ricas estavam localizadas dentro dos limites traçados na carta de doação à Capitania de Vasco Fernandes Coutinho; porém impossibilitados de tomar posse, povoar e impor autoridade até os limites do

Tratado de Tordesilhas, sucessivamente os donatários do Espírito Santo viram, com o tempo, modificado o direito que fora estabelecido pelo traçado primitivo da Capitania.

O litoral do Espírito Santo passou a ter uma importância estratégica para a defesa das minas e esta importância pode ser medida pela custosa construção de fortificações e pelo aumento da guarnição militar na sua sede. Tanto que o Espírito Santo passa a pertencer à Coroa e se torna uma verdadeira barreira protetora das zonas de mineração, ficando o seu território contido nos acanhados limites da faixa litorânea.

Na segunda metade do século XVIII, outras igrejas foram construídas na vila de Vitória, demonstrando a tradição religiosa da sua população. Foram elas: a Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída por devoção e promessa de Dionísio Frade e sua esposa, junto à praia na confluência do Reguinho com o mar; a igreja de Nossa Senhora do Rosário construída por uma irmandade de negros e a de São Gonçalo construída, possivelmente, pela comunidade ligada aos jesuítas, que persistiu após a expulsão dos mesmos. Estas iniciativas mostram a forte ligação entre a igreja e a sociedade da época.

Essas três igrejas da segunda metade do século XVIII, determinaram uma nova configuração de espaços na vila. Em contraposição às igrejas construídas anteriormente, elas se voltaram para o mar e valorizaram o espaço aberto ao infinito. A capela de Nossa Senhora da Conceição ficava situada na prainha, próxima e voltada para o mar, a receber os viajantes que ali chegavam, onde hoje é a Praça Costa Pereira. A igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada no alto, em local distante do núcleo da vila, também dá as costas para o centro da ilha e se volta para o mar. A igreja de São Gonçalo, embora situada bem próxima ao núcleo da vila, também lhe dá as costas e se abre para o espaço que na época era mar. É interessante verificar que esta nova concepção de espaço se dá contemporaneamente à expulsão dos jesuítas do Brasil.

No início do século XIX, a vila de Vitória não apresentava modificações no seu traçado original nem na configuração espacial desenvolvida nos três primeiros séculos. Os viajantes que visitaram Vitória por esse tempo a viram como um lugar limpo e bonito, com bons edifícios no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, com ruas calçadas, porém mal com pouca largura não apresentando qualquer regularidade. O Colégio dos Jesuítas já ocupado como Palácio do Governador, os vários fortes protegendo a entrada da vila, as igrejas e os conventos compunham, com as casas de um ou dois andares, algumas com vidraças e varandas trabalhadas na Europa, a paisagem urbana da vila de Vitória.

O espaço urbano da vila ocupava uma parte pequena da ilha, localizada em torno do seu núcleo principal e barrada pelo mar. O restante estava dividido em fazendas, entre elas a do Carmo, propriedade doada aos monges do Convento de mesmo nome que, segundo Saint-Hilaire, era muito mal administrada, a de Santo Antônio, a do Rumão e a de Jucuta-coara, cuja sede, construída em fins do século XVIII, está preservada sendo atualmente utilizada como Museu - o Solar Monjardim.

Alguns esforços, no sentido de melhorar as condições de vida dos habitantes e de ampliar os recursos da vila, foram feitos no governo de Francisco Alberto Rubim, entre outros, com o projeto e a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de reparos nas fontes de água potável e outras obras de caráter urbano, como aterros e calçadas.

A localização do hospital da Santa Casa de Misericórdia, sobre um morro que se eleva à pequena distância do núcleo urbano, na época, segundo Saint-Hilaire, seria impossível escolher posição mais favorável, pois os ventos de nordeste afastariam da cidade as emanações nocivas. A escolha do terreno para a construção da Santa Casa determinou a ampliação do espaço urbano da vila, incorporando a Cidade de Palha, atual Vila Rubim, e promovendo a expansão física do espaço urbano até o Campinho, mais tarde Vila Moscoso.

Os acontecimentos políticos ocorridos no início do século passado, no Brasil, não chegaram a ter conseqüências imediatas na Província. Somente em 1820, doze anos após a abertura dos portos às nações amigas, instalou-se a Alfândega de Vitória, que passou a funcionar no Fortim do Carmo. No ano seguinte à Independência do Brasil, a vila de Vitória foi elevada à categoria de cidade pela Lei de 17 de Março de 1823, porém o novo predicamento não trouxe melhorias para sua economia pública que já andava mal.

O espaço da cidade, na parte baixa, foi se ampliando por diversos e constantes aterros feitos sobre o mar, algumas vezes necessários também por motivos sanitários, pois o lixo e os dejetos humanos eram jogados na maré e nos terrenos baldios. Com esses aterros foram criadas novas ruas, entre elas a Rua do Comércio que ligava o Porto dos Padres ao pé do morro da Santa Casa, a Rua Primeiro de Março e a Rua da Alfândega.

Em 1851, um visitante inglês descreve Vitória como uma cidade que possui belos edifícios, notadamente o Palácio do Governo, mas que na maior parte os prédios eram pequenos e sujos, algumas ruas eram imundas parecendo a cidade estar em decadência.

Por ocasião da estada de D. Pedro II em Vitória, em 1860, hospedado no Palácio dos Governadores, antigo Colégio dos Jesuítas, o Imperador

visitou a cavalo os principais edifícios de interesse da cidade. O trajeto não era grande e, segundo escreveu Levy Rocha, Sua Majestade poderia ter feito uma caminhada não fossem as ruas ladeirosas, escorregadias e lamacentas pelas chuvas da manhã. Nesta visita, D. Pedro esteve no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no Convento de São Francisco, no Convento do Carmo, nas demais igrejas e edifícios de importância, descrevendo-os todos. Sobre os fortes da cidade citou apenas o de São João, que já lhe parecia condenado, pela história, à inatividade. Nele observou com atenção as grossas correntes que em outros tempos eram empregadas para fechar o Porto, prendendo-se no Forte uma das pontas e a outra nos argolões que ainda se encontravam cravados na Pedra do Pão-de-Açúcar, atual Penedo.

Os demais fortes, de São Diogo e de Santo Ignácio já teriam desaparecido, o do Carmo havia sido reutilizado como Alfândega. A igreja de Nossa Senhora da Conceição foi demolida alguns anos mais tarde para dar lugar à construção do Teatro Melpômene, inaugurado em 1896 e também demolido em 1928, seguindo esta nossa tradição de construir em cima e não ao lado.

Na segunda metade do século XIX as atividades políticas se desenvolveram e o espírito cívico substituiu, em parte, o religioso. Testemunhos desta mudança são os primeiros jornais editados na cidade e a construção de diversos edifícios para funções públicas: a Capitania dos Portos, (instalada em 1856), o Telégrafo (em 1874), a Biblioteca Pública (em 1855), o Mercado Municipal (em 1871) e a Escola Normal (em 1879).

No desenho feito por André Carloni, em 1967, titulado "Planta Geral da Cidade de Vitória em 189", verificamos as modificações no espaço urbano ocorridas durante o século passado, especialmente na segunda metade: pela ampliação da área da cidade por aterros, pela localização da Santa Casa, pelo desaparecimento dos Fortes no perímetro da cidade e pela construção dos novos edifícios públicos.

A iluminação pública que foi inaugurada em finais da década de 30 do século passado, com 40 lampiões a azeite de peixe, distribuídos principalmente pelas esquinas e edifícios públicos, evoluiu para a iluminação a querosene em meados da década de 60, para a iluminação a gás cerca de dez anos depois e, por falta de matéria prima para o gasômetro, retrocede à iluminação a querosene até princípios do século atual, quando foi inaugurada a energia elétrica na cidade.

Em contrapartida a estas iniciativas governamentais, a cidade ficou abandonada à própria sorte no que diz respeito à limpeza e higiene pública e a obras de infraestrutura sanitária, como esgotos e água encanada.

Com a decadência e a posterior abolição do trabalho escravo, os serviços urbanos que se apoiavam, como tantos outros nesta mão-de-obra, entram em colapso e a cidade passa a ser descrita como cidade suja, sem esgotos; os dejetos humanos eram depositados em tonéis de madeira e despejados à noite nos terrenos baldios ou na maré, os quintais eram cobertos de imundícies, moscas, mosquitos, ratos, lixo por todas as ruas, matagal nos terrenos baldios. A fama de cidade suja deslustrou por muitos anos o nome da capital.

Em consequência do precário estado sanitário da cidade, na segunda metade do século passado, epidemias de febre amarela, de peste bubônica, paludismo, disenteria e varíola assolaram os seus habitantes. Tanto que em 1876, foi enviado a Vitória o Inspetor de Saúde Pública, Dr. Manoel Goulart de Souza, que sugeriu em seu relatório uma série de medidas protetoras que se traduzem em melhorias urbanas, tais como: impedir o despejo de lixo no cais; fazer o calçamento de ruas evitando pântanos artificiais; fechamento de cemitérios no centro da cidade; proibir chiqueiros nos quintais de casas particulares; limpeza das praças públicas e o aterro do mangal do Campinho, que viria a ser o Parque Moscoso (porém mais de 30 anos depois). As sugestões do Sanitarista ficaram apenas no seu relatório durante muitos anos, algumas até hoje.

Com o advento da República, a autonomia dos Estados possibilitou certa auto-determinação política e administrativa, juntando a isso o crescimento da economia com a expansão da lavoura cafeeira e a alta nos preços do produto; vimos em Vitória o desenvolvimento do comércio com a instalação de várias casas comerciais, muitas delas estrangeiras.

No governo de Jerônimo Monteiro, na primeira década deste século, as necessidades de melhoria da vida urbana encontraram eco na elite dirigente do Estado. Porém, no contexto do pensamento da época, quando as noções de progresso eram superficiais e discutíveis, iniciou-se uma série de obras na cidade.

A população viu com otimismo as transformações que se operavam mudando o espaço em que viviam, melhorando em alguns aspectos, mas também descaracterizando e condenando à destruição muitos marcos da história da cidade com desnecessárias remodelações urbanas e arquitetônicas.

É Mário Aristides Freire quem nos descreve com saudade da modesta capital provinciana algumas das modificações que ocorreram na primeira década deste século:

"Com os mais grandiosos sonhos e esperanças de "caloiro", deixei Vitória no começo do século e vim viver, deslumbrado, sob o encantamento

da "belle époque", o Rio das demolições para o discutido "eixo" de sua Avenida Central, cidade que o Prefeito Passos aformoseava, e Oswaldo Cruz saneava.

Voltei "bacharel formado, como toda gente", quando a modesta capital provinciana, onde nasci, experimentava o influxo do dinamismo de Jerônimo Monteiro. Já não havia as serenatas das noites em que a lua dava folga aos mortiços lampiões nas ruas, e morriam os últimos ecos das lutas de irmandades de idêntico Santo, festejado em dois templos diferentes, cada um com sua banda de música... Já não faziam vibrar as modestas corridas de canoas, no dia de Santa Catarina; e os circos, que periodicamente agitavam os ginásios de meu tempo, escasseavam, porque as praças começavam a ser ajardinadas ou arruadas e recebiam modernas construções.

Ainda esperei à varanda o "aguadeiro" com a água do Rio Marinho, pois reservadas para beber a da Fonte Grande e a da Capixaba... Assisti, encanada, a água jorrar diante da descrença dessa Praça Oito... Faziam-se planos, contando com a próxima ligação férrea, a Minas; e se cogitava de levar os trilhos da Sul do Espírito Santo à antiga Capital Federal. "Vitória civilizava-se" - repetiam os passageiros dos primeiros bondes elétricos, quando a rica produção do interior ainda chegava até Vitória em primitivas canoas..."

Com este texto de Mário Aristides Freire concluímos a nossa palestra. Muito obrigada.

O Sagrado e o Profano nas festas do Brasil Colonial

Neida Lúcia Moraes *

Escrevendo em 1980, Michel Vovelle definiu a festa como "maravilhoso campo de observação para o historiador: momento de verdade" em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões".

Festa cívica, festa popular: duas temáticas que passaram a frequentar os textos historiográficos voltados quer para as encenações do Poder, quer para as manifestações coletivas da massa anônima - manifestações antigas, subordinadas à lógica do tempo cíclico. E, com relação à festa popular dimensionada na longa duração, o **carnaval** parece ter ocupado o lugar máximo de destaque entre os estudiosos da festa. O mesmo Vovelle viu no carnaval "o veículo tradicional da festa subversiva na longa duração", lugar onde se encontravam a herança histórica e o tempo curto da "mensagem teatral contestatória," "estrutura fulgurante da inversão e da contestação, tão antiga quanto as liturgias oficiais de que ela é o oposto".

No entanto, o carnaval, em si mesmo, não constitui o real objeto de nosso interesse no presente trabalho, voltado para festas que não mantêm com ele nenhuma relação, quer genealógica, quer estética.

Durante todo o século XVIII se observou no Brasil a junção do sagrado e do profano não só nas celebrações de caráter religioso, mas também nas festas públicas organizadas pelas autoridades civis.

Com a descoberta do ouro e dos diamantes, a Capitania das Minas Gerais, em especial, tornou-se palco de numerosas festividades religiosas que primaram pela riqueza e pela opulência. O pretexto para o evento era religioso, mas o lado profano estava constantemente presente.

* *Romancista e historiadora*

Há um livro muito interessante na Biblioteca Nacional de Lisboa, cujo título é "Triunfo Eucarístico", de Simão Ferreira Machado. Ele descreve as festas realizadas por ocasião da trasladação do Santíssimo Sacramento da igreja de Nossa Senhora do Rosário para a de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, no ano de 1734. O anúncio da festa foi feito por um "bando". Muitas danças e máscaras que se apresentavam durante o dia, enquanto à noite se ouvia música sacra. Estes espetáculos sucessivos duraram semanas até 24 de maio, dia em que efetivamente se fez a trasladação do Santíssimo.

O lado profano da festa foi ainda enriquecido com figuras a cavalo representando os quatro ventos. Negros mascarados fizeram soar as charamelas. A figura alegórica do bairro de Ouro Preto, onde estava situada a nova igreja, aparecia em grande painel. Tudo isso procedia o desfile religioso comandado pelas várias irmandades.

No Brasil colonial o calendário religioso oferecia inúmeras oportunidades para festejos públicos e, além desses dias santos, cada irmandade festejava o seu patrono com festas mais ou menos suntuosas conforme os cofres estivessem mais ou menos cheios. Cada cidade ou vila possuía igualmente o seu padroeiro. Por exemplo, o do Rio de Janeiro era São Sebastião (ainda é) e três noites antes da festa já a cidade era toda iluminada com grande júbilo da população.

O número de festejos anuais variava sobretudo com as festas cívicas que não obedeciam a um calendário regular. Dependiam estas dos membros da Família Real, dos batismos e casamentos nela celebrados, dos eventos políticos a comemorar.

Por ocasião do Natal e Ano Novo as festividades se sucediam. Os locais eram, muitas vezes, enfeitados com sóis e estrelas de papel dourado e alguns negros cobriam os rostos com máscaras, enquanto outros "estavam horrivelmente lambuzados de vermelho, branco, amarelo e outras cores", como conta um cronista, Luis Gonçalves dos Santos: "Em lugar de músicos, havia um círculo de negros sentados na chão em um canto e batiam com as mãos sobre uma pele de boi esticada sobre um toco de árvore. Era um tambor. Ao som desse instrumento os negros e negras dançavam e outros cantavam, ou melhor, emitiam alguns gritos africanos. A imagem de Nossa Senhora pendia em uma das paredes".

A população negra podia voltar assim às suas origens, criar elos entre a comunidade. Em geral os senhores não se opunham a esses divertimentos pois consideravam-nos como uma evasão merecida dos penosos trabalhos a que estavam sujeitos os escravos durante todo o ano.

O pretexto religioso, de uma celebração própria da cultura dos

brancos, era assim aproveitado para uma expressão da cultura africana.

Já por ocasião da Festa de Reis as serenatas eram uma expressão da cultura branca, própria para expressar o amor ou a amizade.

Outro aspecto a ser enfatizado diz respeito à objetivação de poderes das autoridades coloniais frente à população. Vivendo intensamente seus papéis sociais, devidamente paramentados e ritualizados, o Governador da Capitania, o Bispo da cidade, os administradores e militares de maior patente definiam seus respectivos status - ou posições sociais - garantindo a execução de seus próprios ofícios na ação colonizadora. Não sem razão o evento se realizava de forma aparatosa, com toda a pompa e toda a morosidade.

Como o mais divino dos homens, o monarca absoluto possuía autoridade sobre todos, desde que suas ações fossem perfeitas e eficazes. Neste sentido, o vigor e a fertilidade do governante estariam associados ao bem-estar de seu povo e de sua terra, na permanência da ordem e da paz. O Rei não deve morrer, para que a sociedade seja mantida como ela é; a história nos mostra o quanto foram caóticas as guerras de sucessão em algumas sociedades. Como ofício máximo, o papel do Rei não deve estar ausente, colocando em risco toda uma ordem já estabelecida.

Somente o Rei divinizado estaria acima de tudo e de todos, de qualquer desordem ou tensão interna. Apenas o mito do monarca poderia atuar como mantenedor da ordem colonial, da ordem dos monopólios e da obediência, mas também dos rituais, cerimônias e festas que possibilitavam permanecer vivo, ligado e eficaz o tecido social formado por colonizadores, colonos e colonizados.

Não por acaso louvava-se o Governador, o Bispo e outras figuras de projeção na cidade; eram eles os maiores objetivadores do poder real, divino e absoluto, sustentáculo moral - mesmo que distante - da colonização e de suas autoridades frente à população, possibilitando estar presente e atuante **o Rei no teatro da cidade colonial**.

Lembro-me de Shakespeare, talvez o primeiro dos grandes dramaturgos dos Tempos Modernos: **"E que têm os Reis que os demais não têm, exceto o cerimonial?"**

Estudos e Ensaaios

O Índio na literatura do Espírito Santo

Francisco Aurélio Ribeiro

**Coma, coma, enquanto há pão;
Beba, beba, enquanto há água;
Um dia virá quando o pó escurecerá o ar,
Quando uma praga debilitará o solo,
Quando uma nuvem surgirá,
Quando uma montanha se erguerá,
Quando um homem forte apoderar-se-á da cidade,
Quando a ruína cairá sobre todas as coisas,
Quando a tenra folha será destruída,
Quando os olhos se fecharão na morte;
Quando aparecerão três sinais numa árvore,
Pai, filho e neto pendurados mortos na mesma árvore;
Quando a bandeira da batalha será içada,
E o povo se espalhará por dentro das florestas.
(Canção maia do Livro de Chilam Balam)**

Há cerca de quinhentos anos, o brancos chegaram à América, trazendo na sua esteira civilizatória a ganância pelo ouro e pela prata, disseminando a miséria, as doenças, provocando o genocídio e sepultando a possibilidade de um desenvolvimento autônomo de milhares de pessoas, culturas e línguas.

O germe europeu de nossos ancestrais foi crescendo e multiplicando-se, de geração em geração no ventre das mulheres índias e das negras trazidas como escravas da África. Darcy Ribeiro estima em 5

milhões de índios, no Brasil, na época da chegada dos portugueses, enquanto a população de Portugal não passava de 1.500.000. (1)

Segundo os historiadores, no atual Estado do Espírito Santo, habitavam os seguintes grupos indígenas: Tupiniquins (e outros), Temiminós e Goitacases, no litoral; Botocudos, nas matas do Norte; Aimorés e Uatus, às margens do Rio Doce; Puris e Tamoios, na região sul do Estado. A mesma fonte revela que os indígenas do Espírito Santo falavam tupi, gê ou macrogê. (2)

Mário Freire assim relata o encontro entre invasores e nativos: **Árduas deviam ter sido as lutas com os indígenas, lembradas pelo primeiro donatário, nos raros documentos conhecidos da época; (...) Num ponto sempre agitado por aimorés, goitacases e tamoios, tribo dos tupinambás, difícil seria, naquele tempo, viver em paz.**

Transmigrações anteriores à dos Tupis teriam trazido do sul, até esta parte do litoral, alguns indígenas cuja inicial "gua" (mau) atestava-lhes as disposições, dessa forma teriam surgido os goitacases; e, vindos pelo sertão, os guaimorés ou gaimurés, como pronunciavam os antigos. Desafeitos à navegação, os últimos preferiram as matas do interior, onde se viram comprimidos pelos tupiniquins, quando estes, hábeis na caça e na pesca, buscaram o Cricaré. Os últimos eram vulgarmente denominados botocudos; e os aimorés também conhecidos como coroados.

Destacaram-se depois os puris, na região do Castelo, e registram nossas crônicas alusões aos tomiminós (sic).

A enumeração permite imaginar o que devia ter sido no Espírito Santo, a luta dos primeiros colonos aventureiros. (3)

Maria Stella de Novaes assim se refere àqueles primeiros tempos: Os goitacás, porém, que viviam na costa do mar, no campo e, segundo Fernão Cardim, não queriam viver nas matas, estranharam o recesso da floresta e, tomados pela saudade do seu habitat saturado pela magia das ondas, regressaram cautelosamente à praia. Mboab! ... exclamaram, atraídos pelos agrados e acenos do estrangeiro e exemplo do trabalho organizado. E mais à frente:

O cativo e o extermínio de índio, a imposição do vestuário, à moda européia, em clima tropical, e outras normas coercivas e absurdas que, posteriormente, chegaram até à proibição de falar-se a língua tupi, atestaram, às gerações seguintes, o atraso, a visão estreita dos colonizadores.

Quanto não se perdeu, no Espírito Santo (talvez, no Brasil

inteiro...), do artesanato, da bromatologia, da terapêutica, da religião, do próprio conhecimento da língua tupi e outras fontes de estudos indianistas, hoje, prezadas e investigadas pelos sociólogos, políglotas, folcloristas, antropólogos, etc!... (4)

Apesar das diferentes posições dos dois historiadores, ambos se identificam pela visão colonialista da questão indígena. O primeiro adota o ponto-de-vista do branco conquistador; a segunda, lamenta a perda do índio como "objeto científico" de análise.

O certo é que a primeira reação indígena contra os portugueses foi de espanto e fuga; a segunda, foi de volta e reconciliação; pelos maus tratos recebidos, reagiram violentamente, dificultando o máximo possível a dominação. Saint-Hilaire, 300 anos depois, assim o relata: **Os portugueses conseguiram, inicialmente, muitas vitórias sobre os apavorados indígenas; fundaram, perto da Baía do Espírito Santo, a cidade que se chama Vila Velha; construíram um forte e plantaram cana-de-açúcar.**

Esta situação favorável não foi, porém, duradoura. Exasperados pelas crueldades dos portugueses, que, segundo a expressão de um dos seus historiadores, se revelaram mais bárbaras que os próprios bárbaros, os índios destruíram as plantações de seus inimigos, queimaram-lhes as casas e massacraram todos quantos lhes caíam nas mãos. (5)

Na luta contra os indígenas, no Espírito Santo, morreram os dois únicos nobres vindos com Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário do Espírito Santo, em 1535: D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco. Também Estácio de Sá, filho de Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, morreu na guerra contra os índios, na capitania do Espírito Santo, em 1558, no rio Cricaré.

Não se pode precisar o número de índios existentes no Espírito Santo, na época da chegada dos portugueses, mas era muito grande, visto que toda a região era habitada por eles, pela abundância de matas, rios, caças e pesca. Foram os jesuítas os verdadeiros conquistadores desses povos, com sua persuasão, tendo chegado ao Espírito Santo, em 1549, quando o Pe. Afonso Brás afirma ser esta "a melhor e a mais fértil Capitania de todo o Brasil", e o seu donatário a chamava "meu vilão farto". (6)

Vilão Farto é o nome, também, da narrativa romanceada em que Renato Pacheco pretendeu recontar a vida de Vasco Fernandes Coutinho, o infeliz primeiro donatário da capitania do Espírito Santo. Assim descreve o romancista o primeiro encontro de portugueses e índios, no Espírito Santo: (7)

"Nas praias do litoral viam homens de cor parda, de bons

corpos, nus como quando foram paridos. Alguns portavam arcos pretos compridos e lançavam sobre a Glória flechas pontuadas, que não causaram, nos tripulantes, lesão alguma". (...) (p.27)

"Depois de passarem pelo Mucuri, limite legítimo de sua Capitania, tentaram subir o Rio Cricaré, mas o bravios nativos e o mar baixo que encontraram, com perigo de se perderem, impediram-nos de ali passar". (...) (p.28)

"23 de maio de 1535". (...)

Mais uma vez, os nativos, em terra, lançavam-lhe flechas, mostrando que não queriam amizade com os recém-vindos.

"À ordem de Dom Vasco, duas peças de artilharia vomitaram fogo e ferro, surpresa e correria, na prainha!" (...) (p.28 e 29)

"Os nativos, ante o poderio dos portugueses, fugiram para as ilhas encravadas nos manguezais, onde conseguiram farta e fácil alimentação". (p.29)

Os primeiros navegadores que chegaram à América foram amigavelmente recebidos pelos povos aborígenes. Suas lendas diziam que, um dia, deuses desceriam do céu, ou da terra sem males, onde o sol nasce. Não seriam aqueles estranhos de pele branca os anunciados deuses?

A cordialidade que se nota nos relatos de Colombo, Vespúcio, Pigafeta, Caminha, em relação ao primeiro encontro de culturas diversas, já não existe mais em 1535. Em poucas décadas, o bom selvagem se transforma em ser "bestial".

"O branco, destruidor apocalíptico, com suas armas de fogo, dizimava o gentio, numa verdadeira chacina genocida. O índio tentava reagir mas a superioridade das armas dos brancos era notória." (...) (p.31)

"O mundo, no mito do índio, está prestes a acabar." (p.31)

O vilão farto era, no século XVI, um ponto de encontro das mais variadas tribos indígenas, impressionando os portugueses com seus cantos e danças, com sua nudez, com sua valentia na guerra.

Eram os tupinaês, da Vila Velha, até a Capitania de Pero Goes, os tupiniquins, ao norte, os Aimorês, tapuias vindos do longínquo oeste amazônico, ora nos sertões do Rio Doce, e os puri, no extremo sudoeste, além de muitos outros grupos culturais de fala tupi, em busca de bons territórios de caça e pesca. Moravam em malocas os índios; alguns índios se aproximavam da vila dos "Mboab", ficavam maravilhados com as novidades, faziam pequenos furtos e, muitos lá se fixaram como semi-escravos, pau para toda a obra, ensinando aos brancos como viver no ambiente novo, pescarias, preparo de algodão

nativo, pescar, tirar palmitos das abundantes palmeiras, a sobreviver.

E logo se iniciou um intenso escambo de mercadorias: anzóis, facas, espelhos, tesouras, guizos, cintos, cartas de baralho, em troca de boa e fresca carne de caça, raízes de inhame, milho. Um rei de ouro, do baralho cigano, com sua lourice, valia seis abacaxis apetitosos.

E o escambo do sexo, nas praias, o mar por testemunha: os portugueses vão topar com as formosas índias despidas, bem moças, com seus cabelos compridos muito pretos, que se banham alegre e inocentemente. Dão-lhes famintos beijos, iniciando-as num agrado desconhecido e delicioso. Elas choram e logo riem, e com esquivanças de corpo, de quem não quer ir mas vai, acabam voltando aos braços dos colonos. (p.32)

Pode-se observar a visão preconceituosa, machista, colonialista do branco, na descrição imaginária feita por Renato Pacheco da "conquista das índias". Na verdade, as nativas foram violentadas pelo invasor. Não se entregaram a ele com a volúpia, a aceitação passiva descrita pelo ficcionista historiador. Tudo isso não passa de uma "invenção" e deturpação da verdadeira história da conquista das Américas.

Vasco Fernandes Coutinho escreveu para Dona Ana Vaz:

Sem rei, nem limites de Reino, vivem os índios em constantes correrias, em busca de terras de caça e pesca. Cavoucam o chão com bastões, usam machados de pedra, caçam com arcos e flechas, e pescam com redes e armadilhas. Estão cortando pau brasil para nós, quando não estão em suas capixabas, pequenas roças de algodão, milho e uma raiz daqui muito apreciada, a mandioca. Dormem em redes tecidas de algodão, estendidas no ar. Comem sentados no solo: raízes, frutas, peixes, carne de caça, ostras e mais frutos do mar. Obedecem a caciques e pagés, pois crêem que se não obedecerem serão transformados em urubus, uma espécie de corvo ou abutre.

Usam, no mar e rios, uns barcos feitos de troncos, canoas com remos semelhante pás de fornos de padaria. Seus anzóis são de chifre, seus arpões são de osso, em razão do que apreciam muito os nossos de ferro e aço.

São de cor parda, leonada, tendendo para o vermelho, e usam cabelos curtos e espessos, sem barba. Depilam-se. Têm gentil disposição e bela estatura. Fora algumas lutas iniciais, estamos nos dando bem.

Usam jaquetas, chapéus e barretes, tecidos de penas de ave, principalmente papagaios. Alguns homens adornam os lábios. Andam nus como nasceram.

Tenho tido dificuldade com alguns colonos, pois os índios lhes oferecem as filhas como escravas.

Nas lutas eles são bravos, qual mouros, mas, a ferro e fogo, nós os estamos amansando. (p.32-33)

A obra de Renato Pacheco reconstrói, ficcionalmente, os primeiros momentos de Vasco Fernandes Coutinho, no Espírito Santo; mais do que vencedor dos índios, nosso infeliz donatário foi vencido por eles, e seus hábitos. No entanto, os melhores relatos sobre os índios que viviam no Espírito Santo, na época da colonização, foram dados pelos jesuítas, sendo Pe. José de Anchieta (1534-1579), o principal deles.

Anchieta chegou ao Brasil em 1553, juntamente com o Pe. Manuel de Nóbrega. Dedicou-se à catequese dos indígenas, para o que aprendeu a sua língua (o tupi), que fixou em uma gramática. Escreveu poesias, peças de teatro didático-religiosas, em que registrou, em muitas delas, cenários e costumes dos indígenas capixabas, das primeiras devoções no Espírito Santo ou das primeiras vilas construídas pelos portugueses. Dentre os seus poemas mais conhecidos estão: "De São Maurício" (1º padroeiro da Vila de Vitória, onde se veneravam relíquias suas); "Ao P. Costa" (dedicado ao superior da casa do Espírito Santo); "Quando, no Espírito Santo, se recebeu uma relíquia das onze mil virgens", em que se refere à Vila de Vitória: "Da senhora da Vitória, "Vitória" sou nomeada". Evidentemente, Vitória dos brancos / portugueses contra os índios); "Ao P. Bartolomeu Simões Pereira", amigo particular de Anchieta e que procurou refúgio no Espírito Santo. Seus poemas e teatro, escritos em tupi, no entanto, é que melhor retratam os índios, a tentativa de convertê-los e sua situação diante dos brancos. Alguns exemplos, em tradução para o português de M. de L. de Paula Martins: (8)

Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba.

**- Vem, Virgem Maria,
mãe de Deus, visitar esta aldeia
e expulsar dela o demônio.
Oxalá, por teu amor,
ela se santifique.**

Afasta as enfermidades
- febres, disenterias,
as corruções e a tosse -
para que seus habitantes
creiam em Deus, teu filho. (p.580)

- Vivemos como selvagens,
somos filhos da floresta.
Viemos saudar-te,
renunciamos aos vícios (p.582)

- Deixei a floresta
em tua honra.
Ama-me muito,
livra-me todo mal (p.583)

- Venho do Rio Parati,
para ver a mãe de Deus,
tendo-me pintado todo
em sinal de alegria. (p.591)

Minha gente, antigamente,
seguia usos primitivos.
Os pobres, depois, procuraram-na,
anunciando-lhe Deus (p.593)

Atravessando o grande rio
eu vim: queria ver-te.
Vem, nossa protetora!
Oxalá possa conhecer-te
o meu pai Tupinambá! (p.593)

Uma verdadeira "lavagem cerebral" é o que se pode constatar nos versos acima. Os índios eram tidos como selvagens, convivendo com o demônio, antes da chegada dos jesuítas, cheios de vícios. Por isso, tinham de ser convertidos à devoção dos brancos, para se salvar.

Na aldeia de Guaraparim,

Diabo 1:

Ai! Tenho andado, de balde,
à procura de um povo.
Irra! Sempre me faz sair
da taba o sacerdote,
expulsando-me para bem longe.

Antigamente, estes aldeões
viviam sob meu domínio.
Ameaçando-me Nossa Senhora,
todas as minhas presas
escaparam de minha mão. (p.614)

Diabo 2:

- Aqui estou. Tu me chamaste?
Confia em mim.
Quando, em meu grande fogo,
Chegam as tuas ordens,
eu sempre alvoroço esta aldeia.

Perturbo os corações das velhas,
irritando-as, fazendo-as brigarem.
Por isso, as malvadas se engalfinham,
o fogo crepitante as toma
e acomete os índios. (p.615)

Longa praça, melhor rua direita,
casas mui asseadas, bonitinhas,
gente mansa, leal, não contrafeita,
com seu belo rapásio e mulatinhas,
com quem louco amor tanto suspeita,
nas formas e olhar engraçadinhos:
Eis aqui os esmaltes do lugar,
que uma coisa é ver, outra gozar.

Índia, a grande mó dos habitantes,
se estende por suas possessões,
antigas famílias são restantes,
cheia de credices e visões;
eclipses da lua tão constantes
põem aflitas aquelas multidões
bradando: - Vovó, está dormindo,

sem ver que o mundo está caindo? (11)

Outras vezes, determinada pessoa é chamada de índio, por desprezo, humilhação e desejo de rebaixá-lo socialmente. É o que se vê no seguinte poema de Graciano Neves (1868-1922):

Um tal Tupinambá, seboso vate
que o português impávido estrophia,
faz sonetos a seis mil réis por dia
e "chimpa" em cada verso um disparate.

(...)

Uma espessa coroa de campim
merecia na frente este pateta
e uma "albarda" este bardo tão chinfirim. (12)

E assim canta o poeta Celso Bonfim (1917-) em "Madrugada nas ruas de Vitória":

**Eu sou da Vitória.
Venci Goitacás.
Lutei a valer...**

(...)

**Eu fui bom soldado,
valente, queimado,
do Forte Maurício.
Sofri um suplício
danado da vida
no Forte São João...**

(...)

**Eu fui capelão
em mil setecentos
e setenta
da capela de Nossa Senhora do Rosário.**

(...)

**Fui caramuru,
venci peroá.
Quem saiu ganhando
do conflito?
- Foi São Benedito.**

(...)

**Eu vi, no Queimado
a morte dos negros.
No cais da cidade
vivei a D. Pedro,
Teresa Cristina.**

(...)

**Um dia serei
um forte guindaste
erguendo café... (13)**

Em seu poema, fica evidente a identificação ideológica com o invasor, o branco, o colonizador, o detentor do poder (econômico, político ou religioso). Por isso, a afirmação categórica: "Eu sou da Vitória. Venci Goitacás". (p.33) Isso se deve, provavelmente, ao que afirma Brookshaw sobre o índio, no Brasil: "...o primeiro símbolo humano de uma identidade nativa foi o habitante original, o índio. No Brasil, o índio foi uma figura muito mais abstrata do que na maioria dos países de língua espanhola, dado o fato que na época da independência os únicos índios que restavam viviam

bem afastados do núcleo de habitação dos brancos, e, portanto fora da estrutura social da nação. (14)

Dentre a pouca literatura publicada no Espírito Santo, que faz referência ao indígena, uma obra se destaca, **Romanceiro de Amuia**, de Kátia Bento, de 1980. (15) Amuia, em tupi, é avó, e a obra é dedicada à "inocência dessa amuia, a seus descendentes e aos índios brasileiros, vítimas de outros Capitães-do-Mato ao longo de quase cinco séculos de violência".

Darcy Ribeiro, em sua busca da "formação e o sentido do Brasil", afirma que "Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados". Isto porque, "Para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que gente, só os recomendava à escravidão". (16)

Quatro grupos indígenas habitavam o Espírito Santo, na época do descobrimento: Tupi-Guarani; Mashacali, Patashó e Macali; Gê (Botocudo) e Puri-Coroado. Este vivia no sul do Estado, no vale do Itapemirim, na região montanhosa de Castelo e na Serra do Caparaó. Alguns de seus remanescentes ainda existem em Conceição do Castelo e Lúna, sem qualquer identidade indígena. (17)

Kátia Bento é natural de Castelo, terra de origem dos Puris, de quem é descendente, como eu. Segundo ela, na "Nota da Autora", "**O Romanceiro de Amuia** vinha sendo ensaiado inconscientemente desde quando passei a desenvolver em vários trabalhos a minha paixão pelo Reino Vegetal (...) verifiquei que AMUIA era a Raiz buscada" (p.06) Em sua busca da origem, da raiz, Kátia Bento associa três figuras de seu imaginário: Adão, Anchieta e Amuia. Essa trilogia, para ela, são "portadores de perfeição absoluta, em Inocência e Graça", carregando "Valores ideais do ser humano puro, em estado de paraíso" (p.06-07)

Na busca de sua origem, Kátia Bento encontra AMUIA, "menina puri, depois minha bisavó, que vivia e brincava em meio à floresta mineira, na segunda metade do século XIX" (p.07). Recorrendo à memória dos familiares velhos, recolhe informações do passado dessa ancestral indígena que, na verdade, é a matriz do povo brasileiro. Quando o branco português veio para o Brasil, não trouxe suas mulheres. Foram as índias e, mais tarde, as negras africanas, com quem se relacionaram as mães primeiras desta grande nação mestiça, o Brasil. Kátia Bento homenageia todas elas, na figura de sua amuia, escolhendo, para isso, a forma poética medieval do romanceiro. Este, constitui-se de poemas ou canções populares, em redondilhas maiores ou menores.

O primeiro poema, ou cantiga, é "Era uma vez esta foto colada na memória". Nele evoca a menina puri, em sua inocência original e em idílio com a natureza, a partir da imagem de uma jovem puri, retratada por Debret:

**Índia puri pé descalço
torrão de chão no seu passo,
a noite fez seu cabelo
breu liso que esvoaça.**

(...)

**Puri em paz no instante
perfeitamente intocado -
no veio, vau incessante
do tempo em gota passando. (p.15)**

No "Primeiro canto nativo" (p.16-17), o eu-lírico da poesia tenta recapturar o cenário da criança indígena, já antevendo os perigos futuros:

**Me dá, dá só um pedaço
desse momento encantado
antes que a água doce
caia em sanguínea emboscada. (p.16)**

Em "Outro canto nativo - como jaculatória, água batendo na pedra, refrão", o eu-lírico está seduzido pela imagem que elabora em seu imaginário:"

**Te quero tocar os dedos
dar-me de abraços e beijos
entre teu corpo de fruta"
(...) **MERGULHEMOS**
nesse nosso rio manso
nesse pedaço de instante
puri - de paz e poema. (p.18-19)**

As imagens de "água", "mata", "terra", todas ligadas à idéia de fertilidade, maternidade, são as mais presentes nos poemas desse **Romanceiro de amuia**.

É, ainda, a imagem da fotografia que desperta o imaginário da poeta em "Gravado na paisagem mágica do tempo algo que o poema fotografa" (p.20-21). Nele, a autora dialoga com o passado, incorporando sua imagem à da outra.

**Alguém que teria
sua alma tapuia
(Então me segreda
:-Vou ser sua amuia!). (p.21)**

A mesma identificação se repete em "Instantâneo" (p.22):

**- herança de avó e neta -
índia puri e poeta.**

Há um "Corte no retrato" (p.23) e "Do rasgo do retrato a imaginação tenta recompor um outro fragmento" (p.25). A imagem da avó, que se perde, momentaneamente, associa-se à de Nossa Senhora, Tupanci, na linguagem indígena:

**Grito e choro e corro
:AMUIA!
- soa meu grito tapuia.**

**E Tupanci me carrega
da cena aberta na mata.
Por mais que o grito se escorra
a mão de Nossa Senhora
bem segura à minha mão
me conta que "ela não ouve
nem me vê". Mas inda trago
no meu o seu coração. (p.25-26)**

Em "Tomada de cena da dimensão do poema segundo o que foi e vem sendo contado e recontado" (p.28 e 29), surge o "Capitão do mato", com o chicote na mão, à cata de índios, para escravizar. Quando menino, eu ouvi de minha avó que a sua avó fora "pega a laço". Não entendia bem o que ela dizia. Kátia Bento reconstrói, através da poesia, a violência dessa cena em "Selva selvageria sevícia - surge o vilão deste fato, o vil capitão-do-mato":

**Ferida de toda ira
mão braba do Capitão.
Tocada de todo açoite
chicote do Capitão. (p.31)**

É um dos mitos nacionais a candura dos portugueses que teriam imposto sua civilização com menos violência que outros colonizadores. Na verdade, toda colonização é violenta, e a posse e a propriedade dos colonizados, na história da humanidade, é sempre feita pela força e pela violência. Em "Biografia do Bruto - Bento Barbudo, Capitão-do-Mato", Kátia Bento descreve seu antepassado, esse Bento, "mulato servil", "vil diabo/ anhangá e caipora" (p.32-33). Depois, recria a cena em que "O capitão-do-mato laça, violenta e amarra a cunhatã colocando-a em sua primeira cela sobre o cavalo - e um pouco do que ela vai rezando pelo caminho" (p.37-38).

Em "Cunhantã chunhamucu cunhã - subitamente" (p.39), o Bento Barbudo "fez fêmea a menina". Se depois casou-se com ela, fazendo-a sua esposa, mãe, bisavó, "nada lava seu ato de covardia", diz a autora. Esse nunca seria "amuia" (avô).

Em seu *Romanceiro*, a autora traz a memória de sua bisavó até si mesma. As imagens se colocam, num duplo de maternal criação:

**gerou-se meu ser puri.
E tal naia tapuia
neste luar RENASCI.** (p.41)

Kátia Bento conclui seu *Romanceiro* fazendo um "juramento sobre o brasão do sangue" que jamais lhe será tirada a menina puri colada à sua imagem (p.43-44) e em nome do Santo de seu nome (Bento) e do Capitão-do-Mato, seu antepassado, que violentou sua bisavó em sua inocência original, reza seu "canto de penitência" (p.45) e entoia um "Bendito" em louvor e memória de sua Amuia, "flor de mata em minha veia" (p.47)

Kátia Bento, em **Romanceiro de Amuia**, faz uma das mais belas obras contemporâneas sobre a memória do(s) povo(s) indígena(s) e do seu sangue que corre nas veias dos brasileiros. Obra de leitura indispensável pelo sentimento, pela beleza lírica, pela correção de posicionamento em relação às poucas obras existentes, da memória dos nossos antepassados indígenas, quase sempre arraigadas de preconceitos e ideologias colonialistas, ou de idealizações românticas dissociadas da realidade.

A obra de Kátia Bento faz-nos reviver toda a história do massacre de milhares de seres humanos, em nome da religião, da cobiça material, da superioridade étnica, da força das armas. É hora de revisarmos a história e de recordarmos o que nos ensina Brandão: **Algumas vozes das florestas, dos desertos, faz muitos anos, têm nos dito coisas muito simples. Estivemos ocupados demais em conquistar para aprender a compreender. O tempo é chegado. Saibamos ouvi-los, povos da terra,**

filhos das florestas. Eles nos fazem o melhor convite: sermos segundo os nossos termos e apenas mudando o essencial em nossos modos de vida e sistemas de pensamento, não mais "senhores do mundo", mas "irmãos do universo". (18)

Em seu Romancinho, o autor faz a menção de sua paixão até si mesmo. As anáforas se colocam, num nível de material cético, depois se meu ser aqui, E tal não faz aqui, neste luar RENASCI (p. 47)

Em seu Romancinho, o autor faz a menção de sua paixão até si mesmo. As anáforas se colocam, num nível de material cético, depois se meu ser aqui, E tal não faz aqui, neste luar RENASCI (p. 47)

Em seu Romancinho, o autor faz a menção de sua paixão até si mesmo. As anáforas se colocam, num nível de material cético, depois se meu ser aqui, E tal não faz aqui, neste luar RENASCI (p. 47)

Em seu Romancinho, o autor faz a menção de sua paixão até si mesmo. As anáforas se colocam, num nível de material cético, depois se meu ser aqui, E tal não faz aqui, neste luar RENASCI (p. 47)

Em seu Romancinho, o autor faz a menção de sua paixão até si mesmo. As anáforas se colocam, num nível de material cético, depois se meu ser aqui, E tal não faz aqui, neste luar RENASCI (p. 47)

Notas Bibliográficas

- 1 - RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- 2 - MORAES, Neida L. **Atlas Escolar do Espírito Santo**. Rio de Janeiro. MEC/FAE, 1986, p.18-19.
- 3 - FREIRE, Mário A. **A Capitania do Espírito Santo**. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães - mores (1535-1822). Vitória: Vida Capichaba, 1945, p.11-12.
- 4 - NOVAES, Maria S. de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, s/d, p. 16 a 18.
- 5 - SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974, p.07
- 6 - Apud. FREIRE, Mário A. **Op. cit.**, p.20
- 7 - PACHECO, Renato. **Vilão Farto**. Vitória: Cultural-ES, 1991.
- 8 - ANCHIETA, José de. **Poesias**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia EDUSP, 1989.
- 9 - SAINT-HILAIRE, A. de. **Op. cit.**, p.09 e 10.

- 10 - Informações do **Documento Estado**, p.08, publicado em **A GAZETA**, 27/07/1992.
- 11 - ELTON, Elmo. **Poetas do Espírito Santo**. Vitória: FCAA/PMV, 1992 p.22-23.
- 12 - ELTON, Elmo. **Op. cit.**, p.31.
- 13 - BONFIM, Celso e outros. **Sinfonia das ruas de Vitória**. Vitória: Tip. Minerva, 1943, p.31-47.
- 14 - BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.19.
- 15 - BENTO, Kátia. **Romanceiro de Amuia**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.
- 16 - RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. p.53.
- 17 - **Documento Estado**. A GAZETA. Vitória, 27/07/1992, p.08.
- 18 - BRANDÃO, Carlos R. "Somos as águas puras". O pensamento aborígene sobre o mundo e seu destino. In: **Somos as águas puras**. São Paulo: Papyrus, 1994, p.41.

Lombroso e sua teoria

Prof. J. B. de Freitas *

Ao folhear uma obra do acervo do Instituto dos Advogados do Espírito Santo, com o sugestivo título de "Dicionário de Filosofia do Direito", deparei-me de chofre com o nome de Lombroso. - Cesare Lombroso, o criador da polemizada teoria lombrosiana.

Médico, antropólogo e criminalista, Lombroso ganhou fama mundial com sua principal obra "L'Uomo Delinquente", publicada no final do século dezenove. O referido dicionário, bem compilado pelo Dr. Paulo Jorge de Lima, Juiz do Trabalho, acrescenta uma resumida biobibliografia de Lombroso, comentando sua teoria até hoje discutida. O estudo do Dr. Cesare Lombroso pretende provar a existência do criminoso nato, através dos chamados caracteres sóticos craniométricos, anatômicos e fisiológicos dos criminosos.

Já conhecendo superficialmente a obra de Lombroso e sua conseqüente introdução nos meios científicos do cognominado tipo lombrosiano, não pude privar-me de procurar novos subsídios na resumida ilustração do livro em tela e sua temática decorrente. Como em vezes anteriores, mergulhei em profundas locubrações a respeito da controvertida teoria, que suscitou discussões quase idênticas à da tese da origem das espécies, de Charles Darwin, que foi ferrenhamente combatida pelos sectários dos conceitos religiosos, da ciência ortodoxa, e, máxime da igreja católica, o que também veio de se repetir com as sugestões científicas de Lombroso, de cujo embasamento serviu-se Hitler, Adolph, para pôr em prática o extermínio sémita durante a segunda guerra mundial.

* *Professor, jornalista, cronista e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.*

Minhas dúvidas sobre a teoria lombrosiana, admoesto, devem advir de minhas limitações analíticas sobre tão complexa tese. Aliás, com os novos enfoques contestatórios da Cosmologia Filosófica, à tese de Darwin, preceituados por Regis Jolivet e muitos outros e com as hodiernas descobertas científicas do DNA e sua indiscutível responsabilidade étnica, a teoria em epígrafe obviamente ganhou novos seguidores. Todavia, eu, como muitos outros e de maneira humilde, sigo acatando a velha teoria de Darwin em muitos dos seus aspectos.

Pari passu, não tem pois o subscritor desta singela crônica, o intuito de contestar, polemizar ou sequer entender no todo a teoria de Lombroso. - Longe de mim tal pretensão. - Todavia, recuo no tempo, para tentar justificar o pretexto de minhas dúvidas concernentemente aos tipos lombrosianos. Há aproximadamente uns cinco séculos antes de Lombroso, viveu na Itália um outro emérito jurista, com escola respeitadíssima, à época, de nome Bártolo Longo, que além disto, foi também padre e posteriormente santo. Naturalmente, as vistas da Santa Madre Igreja voltaram-se sobre Lombroso (que desfrutava da amizade e apoio do rei Carlos IV), também devido a sua vida reclusa, abnegada, e sobretudo dedicada à ciência e à caridade. Caridade, que se diga de passagem, não era apenas isso. - Bártolo empenhava-se em profundo estudo a respeito da mesma investigação de Lombroso. - Observem: isso ainda em meados do século quatorze! Bártolo criou e educou durante sua vida, 520 crianças, todas filhos de criminosos, e nenhuma destas tornou-se delinqüente! O estudo em apreço, quiçá mais profundo que o de Lombroso, devido a sua metodologia empírica, vem corroborar de forma insofismável que o ser humano, a espécie em si, é absolutamente produto do meio, conceitos hoje, repito, negados pela Cosmologia. Conforme o naturalista holandês DE VRIES "a evolução não se completa, como pensaram Lamarck e Darwin, por pequenas variações contínuas, mas por mutações bruscas e de grande amplitude, desencadeadas pelo jogo de influências fortuitas."

Lombroso também procedeu a um estudo entre 383 cadáveres humanos, inspirando-se nos conceitos dos representantes da antropologia criminal, e seguindo os preceitos de Darwin, e, coerentemente com meu raciocínio, veio de encontrar no crânio do facinora milanês Vilela, a foceta occipital média, que era a característica do homem primitivo. O homem primitivo, sabe-se, nada tinha de criminoso, e assemelhava-se mais a um animal irracional, esse que luta, fere ou mata, tão somente em defesa de sua subsistência e conseqüente perpetuação de espécie.

Conforme Bártolo, se se propiciar ao ser humano condições sociais condignas, as influências hereditárias negativas serão sobejamente sobre-

pujadas. Conceito, acrescenta-se, concordante com a teoria de Darwin sobre a evolução das espécies -, "o indivíduo ou qualquer forma de vida ou espécie, cresce e evolui de conformidade com as influências do seu habitat natural, com predominância dos mais fortes."

Entretanto, se se observar os caracteres faciais, os zigomas dos astecas, incas, quichuas, aymarás, etc., observar-se-ão conformações cranianas e faciais, surpreendentemente congêneres aos dos chamados tipos lombrosianos. Convido ainda aos leitores para procederem a uma retrospectiva mental a respeito da caixa craniana dos nossos ancestrais remotíssimos: os *Austrelopithecus*, os *Pitecantropus Eretus*, os *Plesianthropus* (o pré-hominídeo sul-africano), onde coincidentemente encontrar-se-á figuras humanóides congêneres aos tipos classificados como lombrosianos.

No ar, a interrogação.

Será que realmente existe o criminoso nato?

In Memoriam Zacarias Fernandes Moça

José Hygino de Oliveira (Taneco)

Quinze anos são passados desde a data de 24 de março de 1980. Já faz quinze anos de sua partida não para o Além-mar, pois de lá ele veio ainda jovem, cheio de vida e esperança, mas sim para o eterno. Sempre vemos o homem por sua personalidade, dinamismo, firmeza de caráter. Reunir estes três predicados, bem poucos. Não fazemos parte da casta dos engrossadores, não nos interessando, portanto, cor ou credo, mas sim o que o cidadão representa dentro da comunidade. Assim procedemos por simples reconhecimento ao seu trabalho honesto que prima por um respeito mútuo, pela compreensão da vida, que não deve ser vivida em si, mas em qualidade, embora a esperança e a responsabilidade já parecem tesouros esquecidos.

Felizmente, em nossa terra - não me tomem por um homem dogmático e cheio de excessiva suficiência - temos um punhado desses valores, e fazemos questão de tê-los integrando nossas relações, como já outros no passado, hoje envoltos no céu impenetrável da saudade. Um deles, no momento, é motivo de nossa relembração.

Ele nasceu a 16 de fevereiro de 1912, em Póvoa de Varzim, um pacato distrito de Portugal, estação balneária e porto de pesca, produzindo vinhos, trigo e cereais. Filho de modesto pescador, que na beira de um mar calmo e de um céu sempre novo, tecia suas redes. Não sendo favorecido pela fortuna em seu nascimento e no ambiente em que viveu seus 17 anos, idade em que o adolescente se faz homem, em que as ambições se fixam e as perspectivas se desenham. Não que a vida, tão cheia de significação, tão rica, tão abundante, tão variada, perdesse o sabor e o sentido, mas porque queria estudar no grande livro do mundo e empregar todas as forças

do seu espírito na escolha dos caminhos que devia seguir. Chegando o instante de deixar a terra natal, as sagradas emoções talvez não lhe fizessem dizer o que sentia:

"Amigo, vou partir,
Dizei-me boa viagem,
O céu rosado cora,
Porque nasce a aurora."

Em nossa terra edificou uma nova Pátria, esboçou um lar e neste lar uma prole fez surgir. Modelo exemplar de marido, pai e amigo, esse homem soube ser cristão e fazer do trabalho a maior razão de sua vida. Pelos seus atos fraternos, tornou-se um gigante em nosso comércio, deixando um legado de honradez para seus filhos que ainda hoje seguem seus passos. Seu estabelecimento comercial, fundado há sessenta e cinco anos, continua sob a orientação dos seus entes queridos, mantenedores da tradição de seu genitor. Nós outros que privamos de sua amizade, guardamos em nossa lembrança o homem que soube dignificar a vida e seus semelhantes. **Zacarias Fernandes Moça**, homem de passos firmes e grandes ideais, foi em nossa Ilha uma das raras Bandeiras lasteadas em nome dos valores morais. Pelo muito que fez e pelo legado deixado, queremos em este breve comentário que ora estendemos aos senhores, reverenciar com seriedade e apreço esta nobre família edificada por nosso amigo. Portanto, é desejo nosso que o Grande Arquiteto do Universo o guarde em Paz. E nesta saudade, se eternizam as saudades de um sereno Mestre que foi profundo exemplo de humildade e perseverança. Outros existirão, assim como ele, mas poucos terão a mesma essência e decência... Oremos... Pois quinze anos são passados deste seu silêncio e despedida, e em nosso nome e de sua memória sentenciemos nosso respeito. Ele é parte de nossa História...

Francisco Schwarz a última viagem: 19 de Janeiro de 1995

O companheiro nos deixa, e continuamos não entendendo a Vida, em relação à Morte, e esta em relação aquela. Quando somos chamados à realidade, extasiamo-nos e nada podemos fazer.

Foi o que aconteceu. Mais uma vez, queiramos ou não, temos que

nos conformar com mais esta perda.

O reconhecimento não é somente meu, em face do que pudemos ouvir e assistir, durante os momentos em que velávamos o seu corpo, à espera da despedida.

Francisco Schwarz nos deixa.

Apagou-se o colorido dos seus pincéis. O solfejo das paisagens e o sussurro da Natureza não mais falaram suas telas.

Santa Leopoldina perde seu filho e os matizes bregeiros dos seus escritos.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo registra mais esta perda. É menos um sustentáculo com quem podíamos contar em nossos trabalhos e reuniões.

É a notícia. Menos um amigo em nossa agenda, e assim sentimos o afastamento, mas não a certeza de que nos aproximamos da realidade. A estrada passa a ter um só caminho, onde passamos a caminhar para um horizonte mais próximo do fim...

Lamentamos sua partida, mas, diante do sofrimento em que vivia nos últimos dias, sua família saberá suportar, resignadamente, esta perda irreparável. Deus, que é misericordioso, houve por bem fazer cessar as dores que o vinham martirizando.

Queremos com estas palavras, que fazemos de coração, em reconhecimento àquele que, em vida, não precisava fazer mais, porque já havia feito tudo, deixar aqui nosso sentimento a seus filhos, netos, genro, nora e extremosa companheira.

Ao meu velho amigo Schwarz, minha saudade.

*José Hygino de Oliveira
Taneco*

22/01/95

Velho Ensino

Júlio de Oliveira Pinho *

A propósito de um artigo publicado em "A Gazeta" de 07/11/94, intitulado "Burros somos nós", senti incontida vontade de, a propósito, dar também meu testemunho que a seguir descrevo.

Na minha infância e adolescência, em Portugal, nunca tive a sorte de freqüentar a "escola risonha e franca". Havia sim austero respeito.

No primário, ainda naquele tempo, entre as décadas de 20 e 30, se usava a palmatória e a vara de bambu como instrumentos de ensino; aliás os mesmos métodos usava o padre para ensinar a catequese, mas sem o uso da palmatória. Servia-se tão somente de puxões de orelhas e de uma vara de bambu para espantar os maus espíritos da cabeça das crianças que não assimilavam convenientemente a doutrina que, por certo, havia de as levar ao paraíso.

Mais tarde, ainda na década de 30, as coisas mudaram quando freqüentei o então Liceu Eça de Queiroz, na pacata vila da póvoa de Varzim.

Havia sim muito respeito e disciplina, mas nada de agressões físicas nem sequer ameaças: aluno rebelde recebia nota de mau comportamento e o relapso, que não estudava, tinha notas baixas que, se não atingissem a média mínima, no fim do ano letivo ficava reprovado e se encerrava o assunto.

Como ainda recorro com respeito e veneração a compostura e capacidade profissional da maioria dos professores desse tão distante (no espaço e no tempo) liceu de província, na época de plena ditadura salazarista!"

* Engenheiro Agrônomo

O comportamento moral e ético nos serviam e, para mim servem até hoje, de modelo a seguir. Curioso que há poucos anos conversando com um colega desses tempos e depois professor na Universidade do Porto, se referiu com veneração a alguns desses velhos professores, dizendo que o seu próprio caráter fora inspirado naqueles mestres exemplares.

Quanto à capacidade profissional de alguns deles, a minha sincera admiração! O professor de português e latim dava toda a atenção à gramática e apresentava interpretações semânticas que atraíam a atenção dos alunos; conseguia, pela maneira de expor os assuntos, cultivar o nosso interesse pela boa literatura e pela interpretação dos textos clássicos.

Até hoje gosto dessa literatura.

O professor de matemática, bastante ríspido, antes de tudo nos ensinava a raciocinar para então aprendermos os conceitos fundamentais da matemática. Demonstração de teoremas precisava ser discutida e entendida e as fórmulas devidamente interpretadas.

O professor de história, com ideologia de esquerda, pela interpretação de fatos históricos e através de raciocínio coerente e indutivo nos levava à formação de conceitos que deveriam integrar o nosso comportamento futuro. Modelo meu tem sido aquele velho mestre que numa época ditatorial, em que todos deviam endeusar o "salvador da pátria" esse digno professor era considerado ovelha negra pelos serviços do mandante supremo.

Muito tempo passado, depois de uma vida de infortúnios e atribuições entrei na faculdade, meu maior sonho. Seis anos depois, com boa aplicação, me formei munido de sólida formação profissional que me havia de dar sustentação pelo resto da minha vida.

Aí havia de fato respeito mútuo e embora a doutrina oficial fosse a do "estado novo corporativo", cada aluno tinha a sua própria ideologia que não podia pregar aos quatro ventos.

Também os professores eram quase todos de alto nível e apenas para ilustrar citarei alguns exemplos.

Um velho e competentíssimo professor de uma matéria eminentemente técnica (Hidráulica Agrícola), senhor de uma vasta bagagem de conhecimentos gerais, traduziu as Geórgicas de Virgílio interpretando o espírito do autor e pondo em evidência a sua capacidade como sábio mestre em agricultura romana.

Na minha infância ainda vivi, na agricultura, a natureza sóbria, sadia e quase primitiva descrita por Virgílio. Aspectos curiosos do modo de cultivar e da vida do campo ainda senti e vivi nessa minha distante juventude. Daí por que, já no Brasil, à noite, mitigava a saudade lendo

alguns trechos da referida tradução das Geórgicas; recostado na cama e acompanhando Virgílio, voltava ao tempo e lugar da minha felicidade e adormecia acalentado por essas doces recordações.

Esse trabalho mereceu o elogio em público feito pelo homem que não dava confiança a ninguém - o poderoso Salazar.

Um outro ilustre professor daquela universidade, que publicou valiosos trabalhos sobre economia agrária, mais tarde foi vítima da sua ideologia política e forçado a entregar a cátedra para outro professor que convivia com a doutrina do "Estado Novo".

Verdadeiro economista e sociólogo, mantinha nas aulas um ambiente francamente cativante. Todos os alunos o tratavam com natural respeito e admiração.

Logo que cheguei ao Brasil tive a oportunidade de o encontrar, à noite, em um hotel do Rio de Janeiro. Ele estava a serviço da FAO. Foi uma das noites mais proveitosas da minha vida. Em poucas horas ele me mostrou o panorama brasileiro e o comportamento do imigrante português nesse contexto. Também foi dizendo que a preparação de imigrantes de outras nacionalidades não era melhor. Contou algumas anedotas de portugueses, que eu ignorava e me espantaram, e por fim me disse que não ficasse envergonhado por que elas retratavam o comportamento do nosso imigrante: despreparado e ignorante mas trabalhador e honesto. Esta era a figura do português explorada com chiste e humor em certas anedotas, se bem que muitas outras tão mal engendradas nem deviam ser contadas porque revelavam completa falta de imaginação e oportunidade, parecendo até terem sido inventadas por alguém mais ignorante e grosseiro que o próprio português. Me disse também que este pobre e despreparado patricio, emigrado das courelas de Trás-os-Montes, Beiras ou Minho nunca vinha para o Brasil para cuidar da agricultura... não, porque não tendo conseguido sobreviver nessa atividade, dali saiu com a pior impressão dessa atividade econômica e daí por que, chegado ao Brasil, vai para as grandes capitais sob a tutela de patricios e aceita fazer os piores serviços com coragem e vontade desde que não o mandem para a agricultura. Me falou também da índole e comportamento do brasileiro, suas virtudes e defeitos; do ambiente que eu iria encontrar, dos dissabores e dificuldades que certamente havia de passar; mas que no final das contas a minha troca seria compensada, atendendo ao vasto campo de trabalho e à hospitalidade dos brasileiros.

Abordou também o problema da língua nos dois países, dizendo que, no final das contas "cá e lá más fadas há": o português julga-se no direito de impor sua forma de falar porque ele fez a língua, enquanto que o

brasileiro zomba e ridiculariza o sotaque português porque a maioria da população de língua portuguesa está aqui; mas que afinal, no seu modo de ver, se deveria era preservar "a pátria da língua portuguesa".

Assim era o nível de boa parte dos professores que me prepararam para a vida em tempos tão difíceis, o que não deve ter acontecido infelizmente, com o autor de "Burros somos nós", mencionada no início.

Logo que concluí o meu curso resolvi emigrar e quis a minha boa estrela que viesse ter ao Brasil, onde fui recebido de braços abertos e, até hoje, tratado com respeito e carinho.

Mas esta é outra história que o sentimento de gratidão me manda contar algum dia.

Domingos Martins - 10/11/94

"Não importa o ninho se o ovo é de águaia"

Irysson da Silva

Esta assertiva, de aparência aleatória, tem uma significação profunda e reveladora.

Ela alberga o âmago duma realidade vivencial que não se pode nem se deve omitir.

Retrocedendo no tempo, ela me traz à mente o relato daquela singular história da gansa que chocara seus ovos, sendo acrescido à ninhada, um ovo de cisne.

Os ovos da gansa, no tempo certo, produziram vários, belos e assanhados gansinhos.

O ovo do cisne remanesceu por mais alguns dias, desafiando a paciência maternal da gansa, pressurosa por acompanhar seus irrequietos rebentos, ao lago vizinho.

Esta, vezes muitas, lobbrou o desejo de abandonar o ninho. Venceu, contudo, o acendrado amor materno que a constrangeu a permanecer no ninho por mais algum tempo.

Dias depois, quebrada a casca do solitário ovo, que tanta expectativa lhe causara, dele saiu uma criatura que em nada se parecia com seus filhotes, bem maior do que os outros e com uma cor parda, não de boa aparência.

Obviamente, a gansa pensou logo: este não é meu filho. Como ele é feio!

Admitiu, até, abandoná-lo.

Um tanto quanto sensibilizada, disse, de si para si: vou atirá-lo n'água! Se ele vier a nadar com os outros, tudo bem, isto é sinal de que é gente nossa. Caso ele não consiga nadar, por certo, morrerá afogado.

Uma surpresa, entretando, estava-lhe reservada.

Aquele exótica criatura, aquele estranho personagem, sabia nadar melhor que todos os outros.

Como sói acontecer em casos semelhantes, o pequeno cisne não gozava de muita simpatia da parte de seus companheiros, visto que estes o invejavam pelo fator de nadar melhor.

Sendo feio, atraiu os ódios de todas as aves que, enciumadas, o odiavam e perseguiram cruelmente.

Desta forma, malquisto de todos, espancado e expulso em toda parte, procurou refúgio em um lugar estranho, onde existia um lago de águas límpidas e cristalinas.

Solitário, forasteiro e estenuado, uma grande surpresa o aguardava, quando, pousando sobre o lago, contemplou, no espelho cristalino das águas, a alvacente e imponente figura de um soberbo e belíssimo cisne.

Vê-se, pois, com clareza meridiana, que, em realidade, não importa o ninho se o ovo é de qualidade.

Dentro do espírito cristão democrático que nos envolve, não há dúvidas, todo jovem, independente de ser filho da nobreza de sangue azul, nascido na maior pobreza e rodeado das mais adversas circunstâncias, tem o privilégio e a oportunidade de lutar, estudando e trabalhando, até alcançar uma posição de poder prestar um grande serviço aos seus semelhantes.

Entretanto, há muitos jovens, por estes Brasis afora, que não chegaram a descobrir sua natureza superior, como o cisne.

Quantos jovens perambulam por este mundo de Deus, como navios em bússola, à matroca, verdadeiros naufragos de suas inciências e imprevisões.

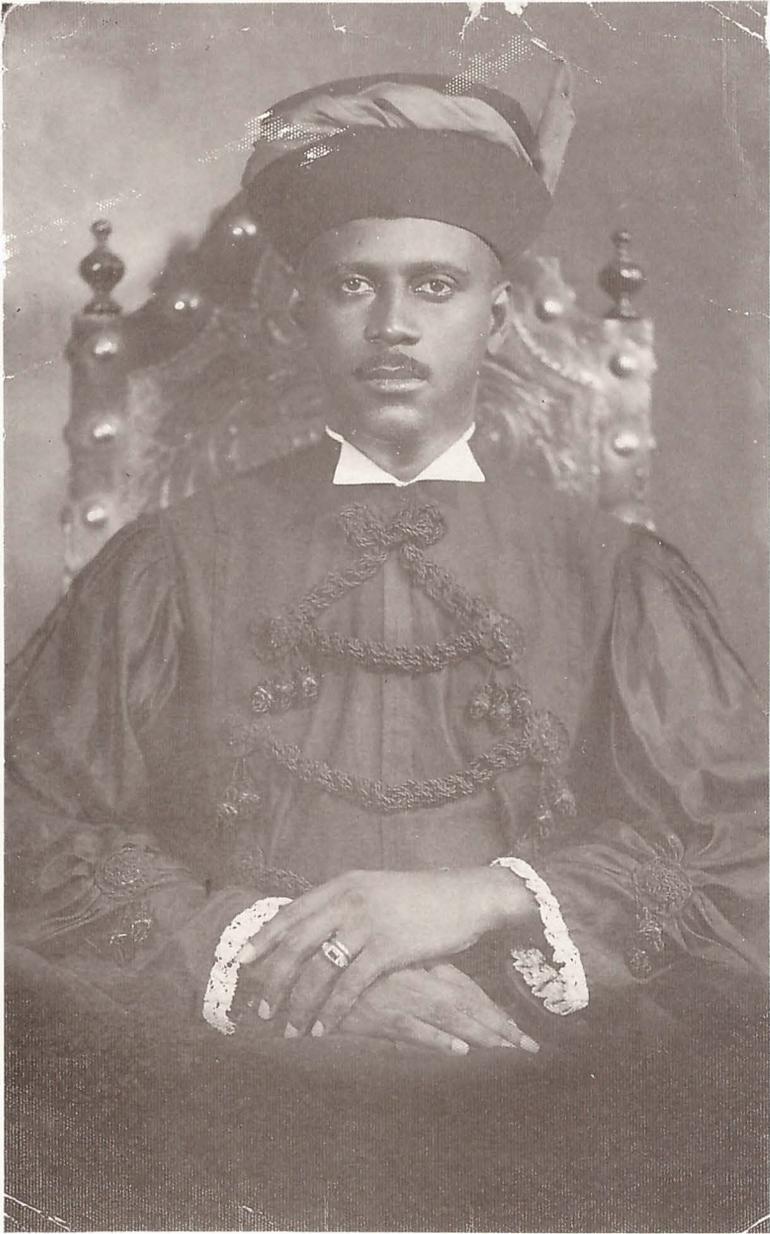
Bom seria que tais jovens se apercebessem de suas esplêndidas e ricas oportunidades e possibilidades, voando condoreiramente, aos píncaros sobranceiros dos pensamento e do ideal; entretanto, levam uma vida em tudo semelhante à dos patos, a rastejarem no lamaçal.

Não foi este o comportamento do jovem Adalton Santos, campista de nascimento e Castelense de criação, adoção e coração.

Arrostando as circunstâncias adversas dum malfadado racismo vigente (ele era de cor negra), suportando os desfavores duma pobreza constrangedora e cruel (seu pai era um humilde braçal e sua mãe, modesta lavadeira) - cedo teve que se defrontar com as cruentas realidades, agruras e vicissitudes que a vida, vezes muitas, nos reserva.

Ajudar nas despesas da família era um dever sagrado.

Assim, optou pelas atividades de "pintor". Melhor dizendo, caiador de paredes.



Uma luz resplende, entretanto, no final do túnel.

Uma plêiade de abnegados idealistas, entre outros, Menezes Pimentel (juiz), Carlos Campos (promotor), Manoel Pires Martins (prefeito), num rasgo de idealismo, fazem nascer o Ginásio Municipal de Castelo.

Surge aí a verdadeira "Porta da Esperança" para o adolescente Adalton Santos, carinhosamente batizado por seus pais, Manoel Romão e Maria Quintina, por Babá.

Membro da Igreja Batista de Castelo, o jovem em análise valeu-se de seu Pastor, José Francisco de Paula, coordenador de disciplina do recém-criado Ginásio, conquistando a função de zelador do prédio daquela casa de ensino.

Esmerou-se, quanto pôde, na ordem e no asseio daquele templo de educação.

Passou, desde logo, a merecer a admiração, o respeito e a confiança de seus diretores: Dr. Menezes e Dr. Carlos Campos.

Funcionava, àquela época, apenas o Curso de Admissão ao Ginásio daquele educandário.

Em manhã bela, risonha e cheia de luz e de esperança, numa das salas do Ginásio, estava o professor Donato Fauce, em aula de matemática.

Do lado de fora da classe, pelo corredor, através da porta entreaberta e às escondidas, o jovem Adalton acompanhava, resabiado e atentamente, as explicações daquele professor.

Não sabia ele que, no outro extremo do corredor, como de praxe, saboreando uma proveitosa leitura, jazia, imóvel, à sombra dum biombo, o atento diretor técnico da casa, a enérgica, competente e humana figura do Dr. Francisco de Menezes Pimentel Junior, juiz de Direito da Comarca.

Este, exímio observador, acompanhava, com interesse, os gestos e as atitudes daquele tímido jovem que, às furtadelas, acompanhava e hauria os conceitos matemáticos da exposição do professor Donato.

Observado o necessário, com sua voz firme e metálica, Dr. Menezes quebrou o silêncio vigente:

"Ó, rapaz! Que está fazendo aí?"

"Venha cá!"

Desnecessário é dizer-se que Adalton estremeceu em suas bases.

Após devidamente interrogado e esclarecidas suas intenções de estudar, recebeu ele a seguinte orientação daquele diretor e mestre, cearense de boa cepa:

"Meu filho, levante-se mais cedo, cada dia, tome o seu banho e assista as aulas com atenção".

Ordens dadas, ordens executadas. Os dias se passaram céleres. Não tardou muito e os exames de admissão foram fixados e proclamados.

O jovem Adalton fez logo e, com sofreguidão, a sua inscrição.

Certamente, os seus esforços e a sua aplicação aos livros se multiplicaram.

Efetivados os exames e publicados os resultados, à testa de classificação geral, estava o nome: **Adalton Santos**.

Uma retumbante vitória a mais daquele jovem humilde e tímido que, porém, almejava crescer na vida.

Professores e alunos, amigos e a gente castelense, entre surpresa e feliz, comemoravam, comovidamente, a brilhante vitória do jovem que começava a se despontar nas lides culturais.

O curso ginásial bem como o Colegial constituíram-se em renovadas oportunidades para que o jovem Adalton, gradativamente, ascendesse a estágios mais altos em sua vida cultural.

Sem vaidades, mas com honradez e competência, no quinto ano do antigo curso ginásial, Adalton já lecionava Francês para todas as séries do Ginásio, até à quarta série.

Com a professora Maria Madalena Pimentel, diariamente aprimorava seus conhecimentos da língua de Victor Hugo, vindo a falá-la com fluência e servindo de intérprete, com eficiência, quando da visita a Castelo duma equipe de cientistas canadenses, em busca, estes, de jazidas de urânio.

Com respeito à língua Inglesa, além de seus esforços pessoais, em muito lhe valeu a eficiente maestria do brilhante professor. Dr. Deusdedit Baptista, educador de primeira linha.

Tornou-se, desta forma, aquele ex-pintor, um conceituado e primoroso trilingüe, esteio e coluna do magistério castelense, no então Ginásio Municipal de Castelo, hoje, Escola de 1º e 2º Graus e Escola Normal "João Bley".

Estimulado pelos expressivos triunfos anteriores, alçou vôos mais altaneiros.

Por meio de brilhante vestibular, adentrou, gloriosamente, os umbrais da antiga Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo, onde, com dedicação e competência, viu-se diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Se tanto não bastasse, estabeleceu novos alvos e novos rumos para

"Meu filho, levante-se mais cedo, cada dia, tome o seu banho e assista as aulas com atenção".

Ordens dadas, ordens executadas. Os dias se passaram céleres. Não tardou muito e os exames de admissão foram fixados e proclamados.

O jovem Adalton fez logo e, com sofreguidão, a sua inscrição. Certamente, os seus esforços e a sua aplicação aos livros se multiplicaram.

Efetivados os exames e publicados os resultados, à testa de classificação geral, estava o nome: **Adalton Santos**.

Uma retumbante vitória a mais daquele jovem humilde e tímido que, porém, almejava crescer na vida.

Professores e alunos, amigos e a gente castelense, entre surpresa e feliz, comemoravam, comovidamente, a brilhante vitória do jovem que começava a se despontar nas lides culturais.

O curso ginásial bem como o Colegial constituíram-se em renovadas oportunidades para que o jovem Adalton, gradativamente, ascendesse a estágios mais altos em sua vida cultural.

Sem vaidades, mas com honradez e competência, no quinto ano do antigo curso ginásial, Adalton já lecionava Francês para todas as séries do Ginásio, até à quarta série.

Com a professora Maria Madalena Pimentel, diariamente aprimorava seus conhecimentos da língua de Victor Hugo, vindo a falá-la com fluência e servindo de intérprete, com eficiência, quando da visita a Castelo duma equipe de cientistas canadenses, em busca, estes, de jazidas de urânio.

Com respeito à língua Inglesa, além de seus esforços pessoais, em muito lhe valeu a eficiente maestria do brilhante professor. Dr. Deusdedit Baptista, educador de primeira linha.

Tornou-se, desta forma, aquele ex-pintor, um conceituado e primoroso trilingüe, esteio e coluna do magistério castelense, no então Ginásio Municipal de Castelo, hoje, Escola de 1º e 2º Graus e Escola Normal "João Bley".

Estimulado pelos expressivos triunfos anteriores, alçou vôos mais altaneiros.

Por meio de brilhante vestibular, adentrou, gloriosamente, os umbrais da antiga Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo, onde, com dedicação e competência, viu-se diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Se tanto não bastasse, estabeleceu novos alvos e novos rumos para

sua vida.

A judicatura era-lhe um fascínio irresistível.

Era-lhe, então, a sua próxima meta. Novo e pesado desafio à sua frente.

Encarou-o com destemor e, de novo, vê seus sonhos realizados e seus esforços coroados de êxito.

Bem se diz que "Deus ajuda a quem trabalha".

Aprovado que fora, ei-lo, agora, nas púgnas judiciais, mercê duma batalha gigantesca e cruenta, porém, vitoriosa.

Em Castelo, sua terra adotiva, em Nova Venécia, Vila Velha, Vitória e outras, sua tarefa de julgador foi aureolada pelas justiça, presteza e competência.

Esparzindo justiça, o agora Dr. Adalton Santos honrou e dignificou o Poder Judiciário em nosso Estado.

Mesmo açoitado pelos contratempos da vida, contudo, a largos haustos, sorvia as alegrias que esta mesma vida lhe prodigalizava.

Futebol e natação eram seus esportes preferenciais.

No coral da Igreja Batista de Castelo, como tenor ou baixo, sua participação era indispensável.

Veze muitas, solava com geral agrado de seus ocasionais ouvintes.

Sem que fosse um pantagruelista, contudo, era de alentado apetite.

Minimizar ou menosprezar o Flamengo era ferir-lhe o coração de rubro negro convicto.

Sua vasta cultura fê-lo granjear a alcunha de "Noite Ilustrada", coisas do amigo Antenor Guimarães.

Suas repetidas visitas à residência do Diretor, participando de aulas de francês, o aproximaram da jovem Domícia Daniel de Lima, eficiente secretária da família Menezes Pimentel.

São agora dois corações abrasados pelo fogo ardente de um amor puro e duradouro.

Namoro, noivado e casamento foram o caminho que ambos percorreram até a consumação do consórcio.

O fruto deste amor rendeu-lhes oito filhos, todos sadios, inteligentes e perfeitamente integrados à sociedade, participantes que são do bem-estar e do progresso da Pátria que os viu nascer.

Cedo, no limiar de sua vida de lutas, aprendeu à saciedade, que os grandes ideais de nossa existência demandam coragem, esforço, sacrifício e persistência.

Os seguintes e lapidares versos do General Mário Barreto França eram-lhe um autêntico norte, um seguro final em sua laboriosa caminhada

e em seus labores.

"Quanto mais longe se apresenta a glória,
Tanto mais força faz para alcançá-la,
Porque o prazer mais profundo da vitória
Está, precisamente, em conquistá-la."

"Se teu ideal for alto como os Andes,
E inescalável se tornar na vida,
Não retrocedas, porque as coisas grandes
Não pertencem ao ideal de quem duvida."

Palmilhando, resolutamente, as sendas da verdadeira sabedoria e do dever, um dia, o bravo e humilde jovem Adalton atingiu, com brilhantismo e honradez, os píncaros da glória, legando, aos pósteros, um magnífico exemplo de brio e de idealismo de vida.

As limitações impostas pelas restrições financeiras, lar humilde, racismo e tantos outros fatores não foram barreiras obstaculadoras de seu condoreirismo idealístico.

Superou-os todos com sobranceira e sobriedade.

Daí nossa reiteração: **"Não importa o ninho se o ovo é de águia"**.

Breves apontamentos para o estudo do Movimento Operário no Sul do Estado

Miguel Depes Tallon

Ao contrário do que se poderia supor, o primeiro grande centro operário do Espírito Santo não se localizou na capital, mas, sim em Cachoeiro de Itapemirim, por força do Plano de Governo do Presidente Jerônimo Monteiro. Sim, porquanto pretendesse Jerônimo Monteiro modernizar Vitória, fazia parte de seu programa de governo a instalação de um pólo industrial, no sul, tendo Cachoeiro de Itapemirim como centro (1).

Assim, em 1912, foram projetadas diversas fábricas para Cachoeiro, entre as quais uma de cimento, uma de óleo e uma de tecidos. Efetivamente, só as de cimento e de tecidos funcionaram. Com tais fábricas, com um setor gráfico (jornais), relativamente desenvolvido para a época, e com um expressivo contingente de ferroviários, Cachoeiros pôde viver, ainda que de forma incipiente, uma certa atividade operária.

Sabe-se que a primeira forma de organização do operariado brasileiro foi a do **auxílio-mútuo** (2). Também em Cachoeiro foi essa a primeira forma associativa que a classe trabalhadora constituiu, fundando, em 1907, o **Centro Operário e de Proteção Mútua** (3).

Com a primeira grande (em termos estaduais) concentração operária do Estado, é perfeitamente compreensível que estourasse em Cachoeiro a primeira greve do Estado, deflagrada pelos trabalhadores da construção da linha férrea (4).

Renato Pacheco, em notável trabalho sobre Cachoeiro registra, também, ter sido dessa cidade o primeiro sindicato do Estado, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário**, cuja carta do Departamento Nacional do Trabalho é a de nº 14.768, do 3º grupo, tendo sido concedida em 1941 (5). Ainda segundo Renato Pacheco, em

1956, quando Cachoeiro de Itapemirim era o maior centro industrial do Espírito Santo, respondendo por 21% (vinte e um por cento) de toda a produção estadual, já funcionavam os sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool (em fase de organização). Os dos Empregados do Comércio e o dos Bancários só possuíam delegacias, vez que tinham suas sedes em Vitória (6). Também o Sindicato dos Ferroviários, que viria a construir uma verdadeira legenda, nos anos sessenta, ainda só contava com uma delegacia, já que sua sede era no Rio de Janeiro.

Ao longo de sua história, os operários cachoeirenses viveram os surtos de desenvolvimento e as crises, pelas quais passou a classe trabalhadora brasileira. A exceção talvez tenha sido a ausência da influência anarco-sindicalista, em razão do desenvolvimento relativamente tardio do movimento operário em Cachoeiro, com relação ao do resto do país. Mesmo assim, os trabalhadores de Cachoeiro sofreram intensa influência marxista, através de militantes do Partido Comunista Brasileiro. Como no restante do país, Cachoeiro também viveu a resistência operária ao emergente integralismo, merecendo registro os incidentes que se processaram por ocasião de uma frustrada tentativa de desembarque dos integralistas, na Estação Ferroviária da Leopoldina, contando, inclusive, com a presença de Plínio Salgado.

A exemplo do que se processou em todo o país, o período de 1930 a 1945, em Cachoeiro, é marcado pelo surgimento e proliferação do **peleguismo**. Apenas com a redemocratização de 1945, o movimento operário iria recuperar a sua autonomia, para, finalmente, gerar, nos anos sessenta uma notável atividade sindical, quando emergiriam inúmeras lideranças classistas, entre as quais as de Antônio Luciano Fuzér e Demistóclides Baptista, o "Batistinha". Só que nesse momento o eixo do movimento operário no Estado já havia se deslocado para Vitória.

Notas Bibliográficas

- 1 - **PACHECO**, Renato. "**Cachoeiro de Itapemirim: ensaio de sociologia urbana**", in "**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**", Vitória: IHGES, nº 18, 1958, p.34.
- 2 - **CARONE**, Edgard. "**Classes sociais e movimento operário**", São Paulo: Ática, 1989, p. 33-4.
- 3 - **BRAGA**, Newton. "**Histórias de Cachoeiro**", Vitória: Secretaria do Estado da Educação, FCAA/UFES, 1986, p.87.
- 4 - **OLIVEIRA**, José Teixeira de. "**História do Estado do Espírito Santo**", 2ª ed. ampl. e atual., Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 420. Veja-se, também, a edição de 21.XI.1908. de "**O Cachoeirano**".
- 5 - **PACHECO**, op. cit., p.59.
- 6 - **Ibidem**, p.60.

Os "diários" de Dom Pedro

Renato Pacheco

O Dom Pedro desta crônica não é o primeiro imperador do Brasil, e quarto deste nome em Portugal, e sim o Bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, prelado com assento episcopal no Corte do Brasil (Rio de Janeiro) e que honrou o Espírito Santo duas vezes, em 1880 e 1886, com sua visita pastoral, pois a Província, eclesiasticamente, pertencia à do Rio de Janeiro.

De tudo que fez e viu deixou anotações precisas, em cinco cadernos de capa dura, letra miúda, e, em alguns passos quase ilegível. Foram redescobertos, em 1963, pelo Pe. Franz Victor Rudio, quando a Cúria Diocesana ia mudar-se do belo Palácio ao lado da Catedral (que demolido deu origem a mais um edifício sem história) para a atual sede, nos fundos do Convento de São Francisco.

Deles tirei cópias, e os devolvi ao arquivo da Cúria. São documentos dos mais relevantes para o conhecimento do Espírito Santo, no final do 2º Reinado.

Quem era Dom Pedro

Dom Pedro Maria de Lacerda nasceu no dia 31 de janeiro de 1830, na freguesia de Nossa Senhora da Candelária, cidade do Rio de Janeiro, filho legítimo do Capitão tenente João Maria Pereira de Lacerda e D. Camila de Souza Lacerda.

Sagrou-se sacerdote lazarista no velho Seminário de Mariana (fundado em 1750) aos 22 anos, no qual foi professor de filosofia racional e

moral, e depois Cônego à Sé. Em 1º de fevereiro de 1868 foi nomeado Bispo do Rio de Janeiro, onde exerceu intensa atividade.

Curioso observar que para ser nomeado Sacerdote, como de praxe na época, em que vigorava o Regalismo, ou seja, a União da Igreja com o Estado, firmou documento declarando que era "cristão velho, limpo e de sangue limpo, e não era judeu, cristão novo, mouro, e nem tinha raça de outra infecta nação, das reprovadas contra a Santa Fé Católica.

Versou em suas Pastorais e Circulares os mais importantes assuntos da época: em 1871 protesta contra a invasão de Roma, em 1873 volta seus olhos para a Maçonaria, em 1877 lamenta o Carnaval, em 1879 fala na "Rerum Novarum", em 1884 protesta contra o tratamento dado aos bens das ordens religiosas.

A propósito da Maçonaria, devemos recordar que foi o Sr. Bispo que deflagrou o processo da chamada "Questão Religiosa", quando repreendeu o Padre José Luiz de Almeida Martins, porque falara, em 3 de março de 1872, numa festa maçônica, comemorativa da promulgação da Lei do Ventre Livre e em homenagem ao José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco.

Em 1877 foi proposto para Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, mas não aceitou o novo cargo.

Foi ele o último Bispo Capelão Mor, cargo extinto com a proclamação da República, que separou a Igreja do Estado, e, em Roma, tomou parte do Concílio Vaticano I.

Sua grande importância para nosso Estado está nos Diários, e de que divulgamos a passagem por Piúma, em 1886 e um facsimile.

Para saber mais

Arquivo da Cúria de Vitória - "Diários manuscritos de Dom Pedro Maria de Lacerda".

Arquivo Nacional - Caixa 514 fls. 132 e caixa 900, doc. 75.

Santos, Antônio Alves Ferreira dos - **A Archidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro**. Rio, Leuzinger, 1914, p. 16/17.

Piúma em 1886

Do "Diário" de D. Pedro Maria de Lacerda

Sexta Feira, 26 de abril de 1886

Freguezia de N. S. da Assunção da Vila de Benevente

Vigário encomendado:- Pe. André Bértolo Y Miguer (espanhol)

.....Mais adiante vimos uma das 3 ilhas de Piúma, e depois a segunda e logo a terceira, como em rumo, uma atrás da outra, que víamos bem separadas à medida que andávamos, o que a princípio não distinguíamos. Já de longe avistávamos a frente da Capela de Piúma, mas devíamos entrar no Rio Piúma. Mas, onde a barra? Víamos uma casa grande e escura e com visos de abandonada, e que parecia um pequeno fortim, perto do canto da praia. Pois aí estava a barra. À medida que andávamos se via bem a boca do rio, que é largo e fundo na barra. Dizem que é formado pelo Iconha e **Itapoama**, ao sul (não Itabapoana, sim Itapoama). Entramos (eram 11 horas e 50 minutos) e tratamos de atracar no trapiche. Desde algum tempo ouvia-se o estourar de ronqueiras de fonguetes do ar, e repiques de sino! e víamos o povo vir vindo vagorosamente para a barca. Gritos e mais gritos do Sr. Alexandrino para o vapor encostar. Descemos enfim e fomos cumprimentados por toda aquela gente, muitos dos quais me beijaram a mão. Fomos longe para a Capela na qual estava a tremular a bandeira Brasileira, no meio, e a Inglesa na torre do lado da Epístola e outra n'outra torre que não sei qual fosse. Pelas ruas havia alguma bandeiras e coqueiros. Acompanhado de povo, que parecia alegre de me ver, entramos na Capela que não é grande. É de arquitetura nenhuma, mas estava limpa e com o trono aceso. Fizemos oração e os Padres cantaram o Ave Maria Stella e eu a oração Concedo

misericórdia. Vi na sacristia os ornamentos novíssimos de cores separadas e missal novo. Fomos depois levados pelo Sr. Major Virgílio (que viera conosco da Barra) para uma sala ao lado de uma venda e ali nos deram café, cerveja. Era dia de jejum, nada havia-se tomado senão café na Barra, antes de sair e em Piúma nada de comer! assim acertamos em fazer ali nossa consoada com biscoitos. Aqui moram dois irmãos do finado Pe. Pires Martins e a convite de um deles fui visitar a mãe que não podia vir onde eu estava: levei comigo o Thomaz. É uma velhinha bem velhinha e moxibenta e os olhos lacrimejantes, desdentada, mas viva e alegre. Coitada, muito sentida de haver perdido seu filho. Nasceu na Vila Velha do Espírito Santo, perto de Vitória, e lembra-se bem do Sr. Bispo D. José Caetano, que a crismou talvez em 1812 (penso...). Conversei por algum tempo com ela e como tratavam de fazer um pequeno conserto no nosso vaporzinho demorei-me mais. Enfim voltei para a nossa sala e ainda esperei bastante. O Pe. G... foi ver um cemitério que ele e seu companheiro edificaram quando aqui estiveram em missão em 1875. É cercado de pedra que foi tirada do outro lado do rio. Nesta sala apareceu-me o velho inglês Thomaz Dutton de aspecto sisudo e simpático e muito cortês. Disse ser conhecido e amigo do ótimo católico finado Diogo Andrew, meu amigo, que ele mesmo classificou ser um santo, e amigo do finado Sr. Noris, católico fervoroso de Niterói, antigo relojoeiro da Corte e amigo do Dr. Guilherme M..., Presidente da Legião da Coroa, para dar esmolas ao Papa. Entretanto pelo que ouvi dizer ele é protestante. É o dono do trapiche onde desembarcamos. Disse ele ter algumas sesmarias de terras que comprou por aí e onde tem colonos ingleses, que, infelizmente, são protestantes. Ele é nascido em Londres e morou muito tempo na Corte! fala bem o português, embora com a acentuação inglesa.

Piúma já floresceu, mais decaiu e ainda está decadente, como se vê em casas velhas e arruinadas. É um pequeno arraial com esperanças de reerguer-se; fica entre o rio e mar, ou na ponta da barra do Rio Piúma. Já teve gásômetro e gás, mas hoje nada disso mais. Vi o gásômetro estragado. Fomos acompanhados por algumas pessoas até o trapiche onde embarcamos e partimos às 2 horas da tarde menos uns cinco minutos.

Saimos por entre a terra firme e a ilha mais próxima. A costa daí por diante é de rocha denegrada pelo bater das ondas, e tínhamos correndo para nossa direita muito mar, para a ponta chamada dos Castelhanos. Passamos a praia do Iriri, nome também de um pequeno riacho que aí desaguá como ouvi e vi no mapa; e a Ponta Grossa e depois a de D. Luiza.

Copiado do original em 13 de setembro de 1964.

Cabocla: um problema de Geografia Literária

Renato Pacheco

Cabocla, o famoso romance de Ribeiro Couto, é ambientado no Espírito Santo: a personagem principal, carioca da gema, atacado de tuberculose, em busca de um bom clima veio para nossa terra, mais precisamente para a fazenda de um parente rico, proprietário do Córrego Fundo, perto da Vila da Mata, longe como diabo (p.20).

Viagem de trem: "o comboio, escalando agora a serra, já se aproximava de Pau D'Alho (p. 201), a quatro léguas da Vila da Mata (p.71) e "apenas a estação, a casa do chefe, o sobradinho do hotel, em que dormira, e umas dez casas meio esboroadas (p.22). Num **forde** (p.40) por uma estrada cheia de sulcos (p.54) chegam à Vila da Mata que se compunha de "uma rua única, comprida e tortuosa, a velha estrada do tempo colonial, ao longo de cujo barro as casas se foram erguendo, até formarem a Cabeça da Comarca, já no tempo do Império" e onde havia a praça, rodeada de sobrados. Ao fundo era a Igreja, chata, sólida, pintada de cor-de-rosa (p.43). Repete-se a descrição de Pau D'Alho à página 93.

Na Praça, chamada Largo da Matriz, esquina com a rua Direita, a casa (apenas andar térreo com uma longa fila de janelas que os largos beirais de telha vã protegiam) do rico primo Boanerges, doido por doce de goiaba, Presidente da Câmara, prestigioso chefe político, proprietário de engenho de cana, cafezal e plantação de fumo (pp. 109 e 206). As figuras humanas descritas, a alimentação, o vocabulário são mineiros, embora o herói e a heroína, para irem a Santa Rita do Alto, na Serra do Caparaó, têm de tomar o trem para Vjtória. (p.225).

Pode perguntar-se: é um romance capixaba ou mineiro?

Trata-se de uma despistamento bem feito para encobrir cidade

mineira?

Esta a opinião do saudoso acadêmico e magistrado Homero Mafra, em carta que me escreveu já lá se vão quase 30 anos!

"Ribeiro Couto, o autor, escreve Mafra, foi promotor público em Pouso Alto, cidade bem velha. É a mais antiga Comarca da região e aí pela década de 20 era grande o movimento do foro, estendendo-se sua jurisdição por muitos municípios vizinhos: Itanhandu, Virgínia, São Lourenço, Passa-Quatro, Itamonte, Alagoa e São Sebastião do Rio Verde, e, no século passado ia ainda mais longe. O ambiente de **Cabocla** é típico da região. As alturas são da majestosa Serra da Mantiqueira. Quem conhece Pouso Alto não tem qualquer dúvida que a cidade ali descrita é a mesma".

Já o primoroso cronista Rubem Braga, em carta de 9 de junho de 1968, traz os seguintes subsídios para a questão aqui proposta:

"Ribeiro Couto passou, efetivamente, uma pequena temporada em uma estaçãozinha do Espírito Santo, na linha Cachoeiro-Vitória: Virgínia, ou Matilde, ou Guiomar. Ele mesmo me disse isso uma vez, mas me esqueci do lugar. De qualquer maneira, se v. tiver o livro "O Homem da Multidão" verá que ele fez um poema sobre Cachoeiro de Itapemirim. Ou melhor, sobre a estação da Leopoldina; o poema é escrito pelo poeta em trânsito, falando de moças na estação e achando longo e bonito o nome da cidade. Não tenho mais o livro nem o poema.

O provável, conclui o velho Braga, é que no romance ele tenha misturado personagens e casos acontecidos em vários lugares do interior, como Pouso Alto, Cunha (velha cidade paulista onde também morou). E com certeza aproveitou melhor tipos e coisas de Pouso Alto.

Aí está: são duas opiniões ponderáveis. Afinal **Cabocla**, de Ribeiro Couto, se passa no Espírito Santo porque o autor assim quis. Mas, ao pesquisador compete fazer certas verificações que possam, afinal, esclarecer o leitor. Assim **Cabocla** também se passa em Pouso Alto, Minas Gerais. Ou em muitos lugares como quer Rubem Braga. O leitor escolha a sua solução para este pequenino problema de geografia literária.

Por favor, respeitem o velho senador

Rogério Medeiros *

É revoltante a forma como estão tratando o ex-senador Dirceu Cardoso por causa dos instrumentos de torturas de escravos em seu poder. Acusam Dirceu de haver se apropriado indevidamente de peças históricas do Estado. Tratam-no como se fosse um desses habituais ladrões de obras de arte.

As agressões ao ex-senador vêm de Itapemirim, partindo de um vereador da região. Este, certamente, nunca ouviu falar da vida pública do velho senador. Se a conhecesse não estaria apedrejando a figura imaculada de um político que honrou, como poucos, os mandatos que exerceu. Foi prefeito de Muqui, deputado estadual, deputado federal e senador.

Sem medo de incorrer em erro, Dirceu é o melhor símbolo de honradez de caráter deste Estado. Pode-se discordar dele politicamente em vários pontos de sua trajetória, mas jamais no campo da dignidade. Neste, ninguém a dignificou tanto como ele.

Além de haver também desempenhado muito bem seus mandatos parlamentares, ficou conhecido no País pela campanha que fez para impedir, no Senado, o endividamento externo.

Dirceu é para ser celebrado, e não atacado. E para ser usado como exemplo de honradez para todos os políticos deste Estado. Convenhamos que é até muito a propósito, valendo-se deste momento em que a classe política vive na corda bamba, por causa de atos desprezíveis de muitos de seus integrantes.

** Rogério Medeiros é jornalista, chefe da Casa Civil do governo do Estado e curador do Centro de Memória do Instituto Histórico e Geográfico.*

Já dizia Nelson Rodrigues que "cada geração transmite à seguinte todas as suas frustrações e misérias". Ao que parece, ocorreu também com a geração do velho senador. Esqueceram de legar para as gerações seguintes os seus feitos. Preferiram o habitual, que é transmitir os escândalos. Como neles jamais figurou o velho Dirceu, acabou ocasionando, como agora, ataques incoseqüentes e irresponsáveis a ele. Por desconhecê-lo totalmente.

Pois dizer que ele se apropriou de peças de escravos para si, é - desculpem os jovens que atiram pedras na figura do velho senador -, uma leviandade. Ao contrário do que eles dizem, o que ele fez foi salvar um pouco do que existia em matéria de peças de tortura de escravos no Estado.

Na década de 50, os maiores antiquários do Rio de Janeiro e São Paulo percorriam o Espírito Santo comprando tudo que havia de peças de escravos. Os símbolos da cultura negra estavam desaparecendo. Jam ornar mansões em São Paulo e Rio de Janeiro.

Assaltado por esta situação, Dirceu perambulou meses pelas antigas fazendas escravocratas do Estado mendigando peças para construir um acervo da cultura negra.

Pois bem, se existe hoje um acervo dessas peças, encontra-se em seu poder em Muqui. Num museu que ele próprio fez para guardar esses instrumentos preciosos da História do Espírito Santo. Pelo que o meu caro leitor acaba de ver, só um espírito com a formação do velho senador seria capaz de se dar à tarefa de salvar um pouco da história dos escravos capixabas. Ele não devia ser incoseqüentemente atacado. E sim homenageado.

Mas, infelizmente, costuma-se, neste Estado, com muita facilidade, jogar pedras na honra alheia. E soltar aplausos com muitas dificuldades. De minha parte, como velho repórter que acompanhou a trajetória do Dr. Dirceu Cardoso, peço humildemente uma reparação à honra do velho senador.

Vamos celebrá-lo, pois o velho senador é de uma raríssima espécie política, uma espécie extinta, infelizmente. Mas uma história notável de homem público.

Heitor de Paula Beiriz

Idalgizo Simão

Ele faleceu numa data muito importante, 25 de março, dia da emancipação política de Cachoeiro de Itapemirim. E no dia seguinte foi sepultado no Jardim Parque da Saudade, IBC, nesta cidade, onde estavam presentes amigos e familiares. A família deu uma demonstração de firmeza e fé: as despedidas foram muito comoventes. Não morreu, viajou, foi ao Pai.

O Prefeito José Tasso e outras autoridades compareceram ao velório na Capela Mortuária.

Iconhense e piumense de nascimento e de coração pois, no passado, Iconha e Piúma eram um só município e hoje são dois num só povo.

O Sr. Heitor era filho do Capitão Otávio Olegário de Paula Beiriz e Sra. Lucinda Bourguignon Beiriz, sendo neto do Coronel José Gonçalves da Costa Beiriz, um dos fundadores de Iconha.

Foi grande líder, articulador e estrategista político, Secretário e Tesoureiro da Prefeitura, Juiz de Paz ou distrital e Delegado de Polícia, cujas funções exerceu com muita lisura e honestidade.

Eleito vereador e bem votado, teve excelente atuação na Câmara Municipal de Iconha, onde sempre defendeu os interesses do povo. E apoiou, com muito entusiasmo, a luta pela emancipação de Piúma.

Era proprietário, com outros sócios, da firma Heitor & Cia. em Iconha, na rua Muniz Freire, sendo muito solicitado para dar informações, conselhos sobre leis e histórias, acatado e respeitado por todos. Mesmo já residindo em Cachoeiro as pessoas o procuravam.

Casado no primeiro matrimônio com a Sra. Lília Cardoso Beiriz, de saudosa memória, seus filhos: Zilá, Sely e Otávio. Com o falecimento da primeira esposa, casou-se com a Sra. Ricardina Miranda Beiriz, sendo seus

filhos: Hericésio e Heitor e mais genros, noras, netos, netas e bisnetas.

Como grande historiador conservou e guardou, com muito carinho, um acervo histórico de Piúma, Iconha, Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy (Igreja das Neves) e outros municípios.

Sem a sua colaboração, seria quase impossível a publicação do livro: História de Uma Colonização - Iconha e Piúma.

Residia aposentado na rua Alziro Viana, 107, Aquidabam, na cidade de Cachoeiro, tendo dado valiosa cooperação à Edição Histórica de Cachoeiro de Itapemirim - 1976, em cujo livro está a sua fotografia.

Sugiro às autoridades municipais que seja colocado o seu nome em uma das ruas de Cachoeiro, Piúma e Iconha, pois seria uma justa e merecida homenagem a um grande homem, que prestou inestimáveis serviços à coletividade e à cultura histórica do Sul do Estado.

Coronel Oscar Vieira de Rezende: O mineiro que revolucionou a política de Calçado no final do século passado

Luiz Borges de Mendonça

São José do Calçado, celeiro de valores com real projeção em todos os segmentos da sociedade, é dos municípios que mais se preocupam com a sua história. Ainda agora, na profícua administração que realiza o Prefeito José Raft, em que o resgate da memória foi muito bem entregue ao brilhante jornalista e escritor Pedro Teixeira, a Prefeitura Municipal vem promovendo o mais amplo levantamento da memória calçadense.

Por entender que cabe a todos nós, como filhos legítimos ou adotivos do Município, por laços familiares ou sentimentais oferecer a colaboração possível a tão importante e louvável iniciativa, ocorreu-me acrescentar e reafirmar alguns dados sobre um dos melhores nomes do passado calçadense, com relevantes serviços prestados a Calçado e a todo o Sul do Estado, que foi o Cel. Oscar Vieira de Rezende.

Nascido na Freguesia de Nossa Senhora de Queluz, hoje Concelheiro Lafaiete (MG), instalou-se, ainda jovem, na década de 1880, na Fazenda Retiro São Domingos, que desbravou e desenvolveu, à margem esquerda do rio Itabapoana, logo acima da Cachoeira do Inferno, no Município de São José do Calçado. Antes, residiu por algum tempo na Fazenda Boa Fortuna, do outro lado do rio, no atual distrito bonjesuense de Calheiros, a exemplo de seus irmãos Luiz, Pedro Nolasco, João e Minervina, todos Vieira de Rezende.

Inteligente, idealista, de ampla cultura geral e com evidente pendor para a política, estava sempre atualizado pela leitura de bons livros e revistas da época. Os jornais, que lhe chegavam com atraso e acumulados, eram colocados em ordem de data e só descartados depois de lidos em todos os detalhes.

Tornou-se, desde logo, uma das maiores lideranças do Município.

Após a Proclamação da República, com a transformação de São José do Calçado em Município, foi eleito em 1892 para o primeiro Governo Municipal (1893/95) ao lado de João Teixeira de Siqueira Magalhães, Pedro Augusto Charpinel, Theóphilo de Oliveira Campos e o Cel. Antônio Honório de Fonseca e Castro, exercendo a Presidência no ano de 1895. Reeleito para o segundo Governo Municipal (1896/99), do qual fizeram parte também Pedro Fernandes Medina, Pedro Coelho da Rocha, Alfredo Junger Vidaurre e Pedro Antônio Charpinel, foi o seu Presidente durante todo o período, de 1896 a 1899, totalizando, assim, na Presidência, nada menos de 05 (cinco) anos consecutivos. O Governo Municipal, no Espírito Santo, correspondia ao Conselho de Intendência, adotado em outros Estados, inclusive o do Rio de Janeiro.

Deputado em duas legislaturas, de 1901 a 1906, teve atuação destacada no Congresso Estadual, sem embargo do sacrifício que lhe impunham a precariedade dos meios de comunicação e de transporte e a grande distância entre a sua fazenda, onde sempre residiu, e a Capital do Estado.

Entre os diversos projetos que apresentou, individualmente ou em co-autoria com outros parlamentares, todos importantes, dois merecem registro especial. Um deles foi o que resultou na Lei nº 407, de 03.11.1903, levantando a pena de caducidade de concessão anterior e que permitiu a concretização do Estrada de Ferro Itabapoana. E o outro, transformado na Lei nº 449, de 6.10.1896, que autorizou concessão para a implantação da Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim.

Sua grande meta era a concretização da Estrada de Ferro Itabapoana, com a execução de todo o projeto, partindo de Itabapoana e que previa a sua extensão até São José do Calçado, com ramal para São Miguel do Veado, hoje Guaçuí, visando o sempre desejado desenvolvimento de todo o Vale do Itabapoana. Mas apesar do seu empenho os trilhos só chegaram até Bom Jesus do Norte, então distrito calçadense.

Especificamente em relação a Calçado, como político e cidadão sempre preocupado com o bem comum, participou ativamente das mais variadas iniciativas e realizações. E aí não tenho como esquecer-me da atual Ponte dos Vieiras, que construiu na primeira metade da década de 1930, em parceria com seu irmão, Cel. Luiz Vieira de Rezende, fazendeiro e político também de elevado conceito e prestígio no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Ainda me lembro da luta e do entusiasmo dos dois irmãos, já de cabeças brancas, desafiando a idade e participando ativamente dos trabalhos braçais, sem rejeitar o peso dos golpeões, dos

serrotes e das marretas. Com o auxílio de uns poucos e sem qualquer ajuda do poder público, prometida e não cumprida, construíram a Ponte sobre pedras, na parte encachoeirada do rio, com pilastras de cimento armado, ainda hoje desafiando o tempo e clamando pela sua melhor conservação pelo poder público. Com vigas e pranchões de madeira de lei das proximidades, a obra ostentava até um belo guarda-mão, destruído pelo tempo e nunca reconstruído pelas administrações dos municípios limítrofes.

Não foi apenas na política e na administração pública o destaque do Cel. Oscar Vieira de Rezende. Como agricultor e pecuarista, ainda que de pequeno porte, exercia a atividade com muita dedicação e eficiência, merecendo referência especial o seu extenso e variado pomar, sempre muito bem cuidado por suas próprias mãos.

A sede da Fazenda era realmente acolhedora e agradável. De cômodos amplos e confortavelmente mobiliados, hospedava os amigos e parentes, muitos vindo de longe, que sempre visitavam o Coronel. Ali se realizavam festas memoráveis de datas importantes, como dos dias de São João ou São Pedro à luz dos lampiões ou com as tradicionais fogueiras e presença numerosa da parentada e de pessoas vizinhas.

Descendente de tradicional família mineira, o Cel. Oscar Vieira de Rezende era filho do Major Luiz Vieira Silva Pinto e de Carlota Carolina de Rezende, ele do arraial de Santa Rita do Meia Pataca, que deu origem a Cataguases, e ela de Lagoa Dourada, em Minas Gerais.

Casou-se em primeiras núpcias com Augusta Dias Lopes e, em segundo matrimônio, com Josina Vieira de Mendonça. Com a primeira teve os filhos Nelson, Oscar, Edgard, Maria José, Augusto e Alzira. E do segundo casamento nasceram Sebastião, Ernani (meu pai) Josina e Luiz.

Gostava de ver todos juntos e mantinha a família sempre unida. Respeitado por filhos, netos e por quantos com ele se relacionavam, era ponderado, afável, aberto, simpático, liberal e sempre muito solidário com parentes e amigos. Era um homem bom.

Com a segunda esposa, Josina Vieira de Mendonça, sua sobrinha, viveu mais de 50 anos casado. Sempre no seu "Retiro São Domingos". Eram meus avós. Meus padrinhos de batismo. Meus amigos.

Discursos de Posse

Discurso de Posse

Antônio José Miguel Feu Rosa *

Autoridades, Senhoras, Senhores,

Que sejam minhas primeiras palavras de agradecimento ao querido amigo e conceituado esculápio, Dr. Windsor Eisenhower Tristão Calmon Fernandes, autor da proposta de meu ingresso neste respeitável e venerável Instituto, de tantas e tão gloriosas tradições.

Da mesma forma, em meu nome pessoal e dos ilustres companheiros que ora damos o primeiro passo nos umbrais desta tradicional instituição, dirigimos nossos agradecimentos e nossas saudações ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. Ormando Moraes, seus colegas de Diretoria e demais membros do Instituto, assegurando-lhes que tudo faremos para, como irmãos em ideal, caminhar a seu lado, em busca dos mesmos objetivos.

Aos doze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e dezesseis, em uma das salas do edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, cedida para a fundação e a sede provisória de uma associação destinada ao estudo da história nacional e da geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo, reuniram-se, além dos promotores da idéia, Drs. Antônio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto, Archimino Martins de Mattos e diversas outras personalidades não menos ilustres.

Estava fundado, naquele glorioso dia, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, associação científico-literária que tem por objetivo proceder a estudos e investigações concernentes à história e à

* *Presidente do Tribunal de Justiça.*

geografia em seus diversos ramos, aplicando-se principalmente ao que se refere ao estado do Espírito Santo.

Desde então vem este Instituto contribuindo de forma notável para a valorização e preservação da história e da geografia do nosso Estado.

Incansáveis na coleta de informações, na realização de estudos, na apresentação de trabalhos, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo vêm prestando, há quase oitenta anos, relevantíssimo serviço público.

A definição dos limites do Estado do Espírito Santo foi, por exemplo, matéria tratada com excelência por este Instituto.

Servindo-se de elementos científicos, de pesquisas profundas e de estudos sérios feitos por seus sócios, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo elucidou tais questões, colaborando para a manutenção do espaço territorial do nosso Estado.

A importância desse serviço é de tal monta que se revela ociosa qualquer palavra neste sentido.

Não nos esqueçamos, ainda, dos valiosíssimos levantamentos das biografias dos mais ilustres capixabas, que tiveram, graças a este Instituto, resgatada a memória, com conseqüente preservação de valores.

Além de impedir que nossos vultos fossem relegados ao olvido, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo apresentou aos jovens exemplos a serem seguidos: lições de humanidade, de grandeza de espírito e de sabedoria foram dadas aos estudantes, àqueles que construirão um Brasil novo.

"Se queres prover o futuro, estuda o passado", já disse Confúcio.

Talvez por acolher tal idéia é que este Instituto vem, há quase oitenta anos, repito, se dedicando à preservação da história e da geografia, em especial do Espírito Santo.

Isto nos leva a reconhecer o estágio avançado do pensamento dos fundadores deste Instituto, que, já em 1916, se preocupavam com tais valores.

Efetivamente, enquanto hoje acompanhamos na televisão mensagens no sentido de que "o país que não tem memória não tem passado, não tem futuro", há quase oitenta anos atrás os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo já punham em prática tal ordem de idéias.

Deparamo-nos, aqui, com a peça fundamental para o sucesso deste Instituto: a qualidade de seus sócios.

Se o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo teve como

sócios fundadores as figuras mais exponenciais da época, seus quadros não perderam, durante toda a sua história, nem um pouco do seu brilhantismo.

Encontrando, hoje, sócios do quilate de Ormando de Moraes, Miguel Depes Tallon, Léa Brígida de Alvarenga Rosa, José Hígino de Oliveira, José Garajau da Silva, Victor Biasutti, João Bonino Moreira, Paulo Stuck Moraes, Aylton Rocha Bermudes, Neida Lúcia de Moraes, José Tristão Fernandes, Francisco Aurélio Ribeiro, Adelpho Poli Monjardim, Carlos Teixeira de Campos e Renato José Costa Pacheco, Jó Pimentel, José Moisés, Cristiano Dias Lopes Filho, Cristiano Worffel Fraga, Rômulo Salles de Sá, vejo a estrela deste Instituto brilhar tão forte como há oitenta anos atrás.

Com certeza os saudosos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo têm, hoje, do que se orgulhar.

A preocupação com a qualidade dos sócios é tão grande ao ponto de os Estatutos deste Instituto estabelecerem um verdadeiro processo de seleção para ingresso nos seus quadros, com avaliação da idoneidade e conveniência da admissão do candidato apresentado por nada menos que três componentes dessa associação.

Nestas condições, os hoje empossados só têm do que se orgulhar, pois passam a pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, título por poucos ostentado, e que dignifica qualquer homem.

Registro, pois, em meu nome e dos demais empossados, sinceros agradecimentos por esta honraria com a qual fomos distinguidos.

Os sócios deste Instituto enxergaram em nossas vidas valores e trabalhos cultivados ao longo dos anos.

Esperam estes valorosos homens, bem como toda a sociedade, que ajudemos a estudar e a investigar a história e a geografia em seus diversos ramos, principalmente do Espírito Santo, honrando e dignificando o Instituto Histórico e Geográfico deste Estado.

Esta tarefa não pode em hipótese alguma ser considerada fácil.

Eu mesmo, na condição de magistrado posso afirmar as dificuldades em se levantar, com fidelidade, fatos passados.

Com efeito, em cada processo as partes, os Serventuários da Justiça, os policiais civis, os delegados, o próprio Juiz, enfim, toda a máquina Judiciária se destina a apurar, com precisão, eventos pretéritos.

Somente de posse de provas cabais acerca de um fato ocorrido há dez, quinze anos, é que poderá o Juiz condenar uma pessoa a passar outros dez, quinze anos numa cadeia superlotada e imprópria para qualquer ser humano.

Cada processo é, portanto, um levantamento histórico.

E no decorrer deste processo há dificuldades várias a serem superadas.

As testemunhas, por exemplo, são um exemplo clássico. Há as recalcitrantes, as orientadas, as imprecisas, as que deturpam os fatos, as que aumentam ou diminuem a proporção dos acontecimentos; enfim, extrair-se duma testemunha um depoimento preciso, confiável, esclarecedor, é uma coisa extremamente difícil.

Igualmente árdua é a descoberta de um documento autêntico e válido, que ponha fim a dúvidas porventura existentes sobre algum fato.

Infelizmente o historiador tem que trabalhar com estes elementos de difícil obtenção.

O que mais entristece, entretanto, é a constatação de que não há muita disposição, por parte da sociedade em geral, em colaborar com o historiador, cujo trabalho ainda é considerado, por alguns, como "perda de tempo".

Não se pode esquecer o abandono a que bibliotecas e arquivos estão condenados.

Poucos são os órgãos públicos que se preocupam em manter um arquivo bem cuidado, bem conservado, com preservação de todos os documentos importantes para a história da cidade, do Estado, ou mesmo do País.

Inculir no cidadão comum a importância da história é, também, algo importantíssimo, e que não tem sido objeto da merecida atenção.

Por não saberem dar a devida importância histórica a determinados fatos, pessoas menos esclarecidas causam perdas lastimáveis de elementos valiosíssimos para o historiador.

Com relação especificamente ao Poder Judiciário, que, como foi dito, trabalha diuturnamente com levantamentos históricos, a situação é ainda mais crítica.

Leis antiquadas e ultrapassadas prendem o juiz a formalidades hoje inconcebíveis, fazendo com que as provas e os elementos de convicção se percam no tempo.

Falta de recursos humanos, técnicos e, principalmente, financeiros, praticamente inviabilizam um bom funcionamento da máquina Judiciária.

Não bastassem todas estas questões materiais, há ainda os ataques políticos contra o Poder Judiciário, que, talvez por atingir interesses vários, é alvo de campanha difamatória surpreendentemente agressiva.

Ninguém ignora, por exemplo, a destruição de documentos e até mesmo de vidas humanas, durante o regime de exceção vivido neste País, a fim de que nenhuma prova das atrocidades cometidas restasse.

Fala-se ainda, agora, de controle externo do Judiciário, o que deixará o juiz ainda mais exposto à ira daqueles que tiverem seus interesses violados pelo Judiciário.

Parece prevalecer, em nosso País, o primeiro mandamento de Maquiavel:

"Zelai apenas pelos vossos interesses".

Se o próprio Judiciário tem que transpor tantos obstáculos a fim de obter provas, imagine-se a situação do cidadão comum que deseje fazer alguma investigação histórica ou geográfica.

Há, como se vê, empecilhos ao desenvolvimento da ciência, da cultura deste País.

Qualquer um que se debruchar sobre os últimos acontecimentos mundiais, ficará logo impressionado com as transformações verdadeiramente caleidoscópicas que se verificaram.

São fatos marcantes e de excepcional relevância: a dissolução do Império soviético, o fim da bipolaridade política, social e econômica, o fracasso da OPEP, e, por conseguinte, da influência do Oriente Médio nos centros de decisão - e, finalmente, o crescimento vertiginoso do Japão e a expansão de sua área de influência.

No meio de todo esse alvoroço, a Europa, cansada de guerras seculares, une forças, e, num passo absolutamente inimaginável há algum tempo, prepara-se para romper com o passado, deixa de lado antigas rivalidades, concentra energias e talentos, sob um clima de pacificação e concórdia, compreendendo que são estes os únicos meios capazes de oferecer bem-estar e felicidade a seus povos.

E, exatamente nessa encruzilhada histórica, é que cabe a nós questionar, examinar e verificar, cuidadosamente, a posição em que haveremos de colocar nosso País nesse imenso quadro de fenômenos vertiginosos e engolfantes.

Se, no dizer de Heidegger, "a língua é o solo comum da cultura", é incontestável que a língua portuguesa não pode deixar de ser uma das condicionantes do nosso pensamento. Neste solo comum continuaremos a plantar árvores diversas, colhendo diferentes flores e frutos, havendo necessidade de uma investigação constante sobre as meditações realizadas de um e de outro lado do Atlântico, visando sempre a uma comunhão de esforços.

À beira de um novo milênio, essa consciência transnacional de experiências culturais somente será propícia à melhor compreensão entre

os povos.

Muito embora não chegue a afirmar, como dizem alguns, que "felizmente a Espanha separa Portugal da Europa, preservando-lhe sua vocação atlântica", é inegável que há perspectivas do mais alto alcance no contexto do mundo lusofônico, que se estende por quatro continentes.

Se é diminuto o papel das comunidades luso-asiáticas, o mesmo não se poderá dizer do mundo luso-africano, cujas relações com Portugal e o Brasil não podem permanecer no plano puramente econômico.

Repercutem no Brasil as elaborações culturais de pensadores portugueses, como Francisco da Gama Caeiro, Antônio Quadros, Antônio Braz Teixeira, Alexandre Fradique Morujão, Eduardo Abranches de Soveral, Paulo Borges, Pedro Calafate, Manuel Cândido, Manuel Ferreira Patrício.

No campo do direito, já nos acostumamos a manusear os importantes trabalhos de Manuel Cavaleiro de Ferreira, Jorge de Figueiredo Dias, Jorge Miranda, José Antônio Barreiras, Eduardo Correia e tantos outros.

Em Portugal, assim como no Brasil, outros nomes virão ampliar nossos horizontes, ajustando-nos à palpitante realidade, de tal modo que o sentido da "Descoberta", palavra portuguesa tão rica de significado, nos abra campo para novos e insuspeitados planos de pensamento, da evolução e do progresso - científico e tecnológico - sem condenável ruptura com as raízes representadas por uma fascinante herança que nos foi legada por nossos antepassados, base permanente de nosso ser existencial no mundo.

Para tanto é indispensável que vençamos, de vez, certa alienação que ainda subsiste em alguns centros universitários, que pouca ou nenhuma atenção dispensam ao pensamento luso-brasileiro, cujo estudo é considerado secundário, para darem apenas atenção às contribuições inegavelmente fundamentais da cultura européia ou norte-americana.

O culto do marxismo, tido e havido como a filosofia de nosso tempo, muito contribuiu para essa perda de contato com fontes do pensamento nacional, a qual veio aos poucos se revelando e afirmando, mesmo porque na forma de sermos influenciados pelo pensado alhures já se escondia algo de próprio, quer no que se refere à propriedade conferida a determinados temas, quer pela inserção das idéias universais no contexto específico de nossas conjunturas histórico-sociais, logrando aplicações e conseqüências bem diversas das verificadas nos países de origem.

Se a melhoria de suas condições de vida é condição essencial à autoconsciência de um povo, uma compreensão mais profunda de nosso passado mental muito poderá contribuir para nos auxiliar na tão almejada busca de um "projeto nacional", que nos permitirá atualizar, em consonân-

cia unitária, todos os valores que se nos impõem na esfera religiosa, ética, científica, política, artística, literária ou econômica, sem nos perdermos em experiências setorizadas que, enganadoramente, somente nos oferecem parcelas da realidade.

"Fugit irreparabile tempus" - lastimava-se o poeta latino Virgílio: "Foge, irrecuperável, o tempo".

Só que o tempo é a única coisa insubstituível - advertia Napoleão, em cujo dilargado império conquistado o sol não se punha. E as palavras de um gênio dizem muito mais que a materialidade do vocábulo de imediato aparenta expressar. Porque somente o tempo nos dá a exata dimensão das pessoas, das coisas e dos fatos, somente o tempo reproduz, com veracidade e imparcialidade, a História.

Se não, vejamos.

"Declarou-se Rui Barbosa autor da Constituição republicana em várias ocasiões e oportunidades: sem modéstia hipócrita, antes com provocante sinceridade" (p. XI).

E, falando sobre a escolha de rumo a seguir, na composição da Carta de 1891, diz o Professor Calmon: "Foi sua a inicial escolha de rumos. Fixou-se na índole americana do federalismo. Apoiou-se na história desse governo-paradigma. Embebeu-se de suas lições. Ambicionou seu equilíbrio, a balança dos poderes, a separação de esferas, a divisão de funções, o conteúdo popular e o esquema constitucional de seu regime centenário.

Encerrara-se o ciclo do parlamentarismo do estilo europeu e cepa romântica. Inaugurava-se - e o inaugurou Rui - o presidencialismo rasgadamente americano (A Const. de 1891 - Rui)". O próprio Rui Barbosa, da tribuna do Congresso Nacional, em sessão de 16.11.1890 defendendo, como Ministro da fazenda, a Organização das Finanças Republicanas, afirmou sobre a Constituição Federal dos EE.UU. após um século de sua existência:

"A Constituição americana não é uma construção em decadência, corroída pela vetustez secular. É um organismo renascente, um organismo juvenil nos seus cem anos de adolescência robusta, um organismo que ainda não cessou de crescer e agigantar-se, um organismo cuja força medra continuamente com o passar dos tempos".

E acrescentava: "...A constituição americana é, hoje, como em 1797, um modelo de atualidade, um tesouro de experiência, um transunto completo das reivindicações políticas do século dezenove; e grande manancial da democracia federativa" (Obras Completas de Rui Barbosa - A Constituição de 1891 - p. 151/152).

O saudoso deputado Raul Pilla, líder do movimento parlamentarista por muitos anos, no Brasil, escreveu, dentre outros, um livro que convenção chamar "Parlamentarismo ao alcance de todos". Tem ele um prefácio que vale ser lido como marca de sua posição. Nele, reportando-se à malograda experiência do regime parlamentar, em 1961, está dito:

"Serenados os ânimos, instaurado o governo parlamentarista sob a chefia de Tancredo Neves, logo começou a conspiração contra o novo sistema de governo. O plebiscito, previsto para nove meses antes do termo do período presidencial, art. 25 da Emenda Constitucional nº 4, foi marcado para logo, mediante lei ordinária. Os candidatos potenciais à Presidência da República se uniram em vasta campanha publicitária contra o sistema de governo recém-instituído.

Havia seca no Nordeste? A culpa era do parlamentarismo. Existia mortalidade infantil? Era do parlamentarismo a responsabilidade. O Presidente da República por sua vez, sentia-se diminuído em ser 'como a rainha da Inglaterra'. Em janeiro de 63, ou seja, 15 meses depois, o presidencialismo foi restaurado para viver, logo após, a mais grave dessas crises, que levou tudo de roldão. O deputado Raul Pilla assistiu ao descalabro e previu o que aconteceria. Acertou em cheio. Chegou 64 como decorrência do dismantelo político-administrativo. A partir de então, começou a sua última e amarga decepção. A autocracia ocupando o lugar de tudo. Mais de uma vez ele chegou a dizer 'ter saudades do presidencialismo de 1891'. Quando seu Partido - ao qual ele dera tanto de sua vida - foi condenado à morte decidiu encerrar sua atividade parlamentar. Não tinha mais idade para esperar que a onda passasse. Ainda proferiu alguns discursos.

O de despedida comoveu a nação. Depois voltou à sua terra, onde continuou a escrever os seus 'microscópios'. A partir do AI-5, não mais escreveu na imprensa, porque não admitia a censura. Só uma vez voltou a escrever, quando da morte de seu velho amigo e companheiro de muitas lutas, Júlio de Mesquita Filho. Depois voltou ao silêncio. Continuou cercado de alguns amigos fiéis. Mas era infinita a sua tristeza. Como Silveira Martins, que morreu no exílio, como Assis Brasil, que morreu quando o Estado Novo destruíra tudo quanto ele pregara, Raul Pilla fechou os olhos, em julho de 1973, imerso no naufrágio das instituições democráticas, por cujo aperfeiçoamento tanto se empenhara.

Finalmente, desejo registrar minhas palavras de saudade e minhas homenagens a um ilustre membro deste Instituto, recentemente falecido. Refiro-me a meu querido amigo, Sr. Francisco Schwarz. Fomos colegas na Assembléia Legislativa. Desde aquela época chamava-me a atenção pela grande preocupação para com os fatos históricos. Pesquisou com

profundidade e dedicação sobre a população de origem pomerana, residente em Santa Maria do Jetibá, legando-nos trabalho extraordinário e de valor excepcional.

Aquele querido amigo nasceu a 25.2.1916 e morreu a 19.1.95. Sua obra como pintor e, sobretudo como historiador, entretanto, jamais será esquecida. Representou contribuição importantíssima e participação relevante deste Instituto ao estudo das coisas do nosso Estado. Era homem integrado aos pomeranos, falava fluentemente sua língua e foi o único, até hoje, que se dedicou ao estudo de sua origem, seu folclore, seus hábitos, sua cultura, enfim.

Prezados colegas, diante do exemplo edificante de Francisco Schwarz, vemos que, mesmo diante de todas as dificuldades não esmorecem historiadores e geógrafos, que, mais do que nunca, precisam se unir, precisam se associar.

Os ora empossados, portanto, se unem aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo nesta caminhada em prol da preservação de valores indispensáveis à preservação do nosso passado, e, por conseguinte, à evolução humana.

E seguem orgulhosos e agradecidos.

Muito obrigado.

Discurso de Posse

Carlos Nejar *

A história não é apenas o relato de aventuras, fatos e feitos. É o conhecimento de nossa identidade como povo, ao aprofundar a dimensão do passado.

Não lemos a história por erudição. Lêmo-la por destino. E a fuga da história, a incapacidade para percorrer os eitos vividos, vislumbrar o real rosto de nossa gente através dos antepassados, pode tornar-se miopia em relação ao futuro. Porque na existência dos homens e nações, está perfeito o registro do verso de Rilke, o insigne poeta alemão: **"Não andaré a vida toda resumida na infância?"**

Nós somos a infância de nosso povo, na medida em que se insere em nós, irremediavelmente. E caberá a cada narrador ou poeta, a saudade da infância do futuro.

Fidelino Figueiredo nos adverte que **a épica se solidifica na infância da humanidade.**

Mas nossa épica, hoje, é a da infância do futuro. Pois, ao nos adentrarmos no passado, já alcançamos as lindes do futuro. Somos o futuro.

Se a geografia se defronta com a beleza, o relevo das montanhas, a extensão dos rios, a fisionomia do mar, ou o estado de graça da terra com sua exuberância física, a história se defronta com nós mesmos. E com as perguntas de onde viemos e para onde teceremos o fio, com Penélope, deste tapete de dias e ondas. E Penélope nos leva a Homero. E Homero é memória, como somos, cada um a maré montante de lembranças conflagradas.

* Poeta, membro da Academia Brasileira de Letras.

Se o mar siciliano revelou a Goethe, a verdade da **Odisséia**, de Homero. Para mim - confesso-vos - mantidas as distâncias, essa revelação me adveio através do viçoso mar da Praia da Costa e do Pontal de Santa Mônica, em Guarapari, onde já vi Odisseu chegando com sua nau coberta de silêncio.

Não importa se não estou em Ítaca, ou não sou Ulisses. Importa que Ítaca e Ulisses estejam em mim. E a palavra os nomeie. Importa que possamos amar o universo e o universo nos ame.

Homero foi cego. Mas a memória vê com nossos olhos. E escuta com nossos sonhos. E não necessitamos vedar os ouvidos com cera, presos no mastro, como o herói grego.

E basta que Odisseu se transforme em tempo. E Argos que o farejou e reconheceu primeiro, há de reconhecer-nos junto. Porque Argos é a memória. E Ulisses não terá outra sina, senão de ir também buscando a identidade, a história, os matizes da manhã ou da tarde no reino de sua fábula.

Não queremos ver o massacre dos pretendentes, mas ele existe, sendo a luta do herói contra os que desejaram arrebatá-lo o passado. Mas recuperará Penélope, o filho Telêmaco, a casa, a ilha de suas mais diletas imaginações. E mendigo, como nós, sempre na estranheza do sonho, fará o juízo.

No entanto, para a amada Penélope reconhecê-lo, não são suficientes as palavras. Será indispensável que o guerreiro, ausente tantos anos, lembre a feitura do leito comum, que só ambos sabiam. Sim, o leito do tronco de árvores, ou a natureza dos que se amam. Porque a corrente do rio de seus corpos, apenas os que amam, entretecem.

Mas Argos, o cão, nos lambe a mão. Esperou que voltássemos com Ulisses na **Odisséia** e estava constantemente esperando, esperando esperando então morrer.

Euricléia, a ama, precisou rever, na terma do banho, a cicatriz de Odisseu, fruto do feroz e cortante javali, para reconhecê-lo. E não seria cicatriz a palavra? Ou Euricléia, novamente a memória?

Entretanto, a criação é também façanha do esquecimento. Como no amor as gerações se escondem, os vocábulos obscuros se cruzam. E a criação da linguagem, sendo arte do amor, é arte da memória.

Jorge Luiz Borges o vislumbrou, cego como Homero. E tateando o futuro, observou: **"O que se chama invenção literária é realmente um trabalho da memória (...). Os sonhos são um trabalho da memória, a imaginação é um ato da memória, um ato criador da memória"**.

E nós que não somos Borges, continuamos a contar o que a

linguagem nos sussurrou ao ouvido, até a palavra final, conselheira e guia, na entrada frondosa do paraíso.

Todavia, também foi o autor de **El Aleph**, que anotou: "**O dever de todas as coisas é ser uma felicidade; se não são uma felicidade são inúteis ou prejudiciais**". E vos digo que é uma felicidade estar convosco e falar em meu nome e dos escritores que, nesta data, tomam posse neste Instituto Histórico e Geográfico, que cito, agora Antonieta Ramos, Davi Alberto Loss, Hilária Ratto Zanandréa, Dep. Estélio Dias, Victor Biasutti, Maria Helena Teixeira de Siqueira, José Carlos Monjardin Cavalcante e este escriba. E todos - aceitamos a vossa convocação. E aceitamos, honrados, prontos à verdade da história e ao convívio fraterno. Sabemos conciliar a esperança, com a liberdade. E nos identificamos com a vossa e a nossa memória. Porque somos de longe e de perto. Somos do dia. E não estamos entre os que se arredam do sonho. Não somos máscaras ou efígies, somos o fogo vivente da linguagem. Não somos soltos no espaço como sombras em torno de árvores. Estamos numa terra que nos acolheu como filhos, ou de onde nascemos. Porque dela nos iluminamos. E nela nos adivinhamos, cada dia. **Até tocar com a mão e a alma - a conquistada, inevitável Idade da aurora.**

Em 10/11/93

Carlos Nejar

Relatório

Relatório da Diretoria

Em obediência ao que dispõe o artigo 21, item 2, de nossos Estatutos, vimos apresentar-lhes, para sua apreciação, o Relatório da Diretoria, relativo ao período de junho de 1994 a maio de 1995.

Foi mais um período de atividades bem intensas, que creditamos ao interesse e à colaboração de grande parte dos senhores sócios, traduzidos em trabalhos e apoio às iniciativas e programações culturais desta Diretoria.

As reuniões semanais nas quartas-feiras, para discutir e decidir sobre problemas administrativos, continuam despertando muito interesse de numerosos associados, aos quais são abertas, e terminam sempre com um breve mas ilustrativo período de abordagens sobre vários assuntos culturais, em especial sobre geografia e história do Espírito Santo.

Programação de 1994

A partir de junho foram os seguintes os eventos mais importantes:

Nesse primeiro mês a que se refere este Relatório, dia 1º, foi realizado o Seminário com professores da Rede Municipal de Ensino, - "Metodologia do Ensino da História do Espírito Santo" - sob o comando da professora Léa Brígida de Alvarenga Rosa e com participação de Renato Pacheco e Ricardo Brunow. No dia 8 do mesmo mês o professor Mário Bonzano proferiu palestra sobre o historiador Edward Gibbon e finalmente dia 15 realizou-se a solenidade de posse de novos sócios e entrega do prêmio "Almeida Cousin".

Em 10 de agosto, o saudoso consócio Francisco Schwarz fez um interessante relato a respeito do "Dia do Colono", com destaque para os colonizadores de sua região de influência, compreendendo os municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria do Jetibá.

No dia 24 do mesmo mês, realizou-se mesa redonda coordenada pelo professor Miguel Depes Tallon, sobre Getúlio Vargas, o homem e o mito.

Em continuação ao nosso programa de interiorização, no dia 29 de agosto instalamos no late Club de Colatina, o Núcleo Regional deste Instituto naquele município.

O mês de setembro foi marcado pelo lançamento, dia 14, de nossa Revista anual, em edição dedicada ao município de Vitória, como parte do programa de festejos comemorativos do aniversário da cidade, dia 21, pela palestra do professor Ivandir Borgo sobre os 40 anos da UFES e dia 16 por nossa participação, juntamente com a Academia Espírito Santense de Letras, na sessão solene em comemoração do centenário de nascimento dos intelectuais capixabas João Dias Colares Júnior, Aurino Quintais, Elpídio Pimentel e Heráclito Amâncio Pereira.

Ainda em setembro, tivemos concluída a reforma de nosso auditório, com a colocação de cadeiras mais adequadas e mais confortáveis, que deram aspecto bem atraente ao principal salão de nossa Sede. A reforma, muito bem recebida pelos associados, foi feita pela firma Madeirense Móveis do Brasil Ltda. e custou a importância de R\$ 10.508,88 (dez mil, quinhentos e oito reais e oitenta e oito centavos), paga à vista, conforme documentos em nosso poder.

Em outubro registramos apenas a palestra do consócio Irysson Soares da Silva, sob o título "Caboclo Bernardo, um herói esquecido", e, em novembro, a do professor Mário Bonzano sobre "Roma e o cristianismo".

Dia 7 de dezembro tivemos o concorrido coquetel de lançamento dos livros "História da Literatura Mundial", de Almeida Cousin, "La vita de Victório", de Douglas Puppim, "Famílias de Santa Leopoldina", de Francisco Schwarz e "Estudos Capixabas", de Renato Pacheco, tendo este último escritor sido homenageado com a colocação de sua fotografia no quadro de ex-presidentes da Casa.

Para encerrar as atividades de 1994, realizou-se, dia 14 de dezembro, o almoço de confraternização, após o qual, a escritora Neida Lúcia de Moraes fez interessante relato sobre suas pesquisas em Portugal.

Grandes perdas

Antes mesmo de iniciarmos nossas atividades do corrente ano de 1995, o que ocorre normalmente em março, nosso Instituto foi atingido por grandes perdas em seu quadro social: referimo-nos ao falecimento do historiador Francisco Schwarz, nosso dedicadíssimo 1º vice-presidente, de Halza Fraga Ramalhete, de Manoel Moreira Camargo e de José Luiz Holzmeister, aos quais rendemos nossa mais sentida homenagem póstuma.

Casa Elmo Elton

Outro acontecimento lamentável, ocorrido no final de dezembro do ano passado, foi o rompimento da tubulação de água no 3º andar deste edifício, que inutilizou todo o teto rebaixado da Casa Elton Elton e ocasionou outros prejuízos. Graças à rápida ajuda dos diretores João Bonino Moreira, José Garajau da Silva, Maria José Salles de Sá e da secretária Tânia Zanotti, os problemas iniciais de invasão das águas foram contornados. Nesses serviços, gastamos a importância de R\$ 399,17 (trezentos e noventa e nove reais e dezessete centavos), e já comunicamos ao Condomínio do Edifício o custo da restauração da sala e dos móveis e utensílios e estamos aguardando seu pronunciamento.

Programação do 1º semestre de 1995

Com um quadro social formado por pessoas altamente qualificadas, no qual figuram professores universitários, historiadores, geógrafos, escritores e pesquisadores, não é difícil programar palestras sobre temas de nossa especialidade, sempre muito proveitosas.

Assim, neste primeiro semestre, já ouvimos as seguintes palestras: dia 19 de abril a do professor Fernando Achiamé, sobre "Arquivos particulares"; dia 26 do mesmo mês, a do geógrafo Ricardo Brunow Costa "A propósito do Mestre Álvaro" e, no último dia 10, a do professor Mário

Bonzano, sob o título "50 anos do término da II Guerra".

Enquanto isto, já está programada para 23 de maio em Vila Velha, conjuntamente com a Prefeitura daquele município, uma sessão solene comemorativa do aniversário do início da colonização do solo espírito santense, na qual falará em nome do Instituto, a professora Neida Lúcia de Moraes.

Convênio com a Prefeitura de Vitória

A Prefeitura de Vitória continua cumprindo o Convênio celebrado com este Instituto, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal nº 3748, de 26 de setembro de 1991. Já recebemos toda a verba prevista para 1994, no total de R\$ 23.634,34 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e requeremos recentemente o pagamento das contribuições relativas aos meses de janeiro a maio deste ano.

De nossa parte, temos oferecido à Prefeitura de Vitória, por intermédio de sua Secretaria da Cultura, toda nossa colaboração a seus programas culturais, desde que dentro de nossa especialidade. Entretanto, entendemos que nossa colaboração necessita ser ampliada, especialmente à rede municipal de ensino e, nesse sentido, temos solicitado idéias e sugestões de todo o quadro social.

Boletim trimestral

Por decisão da Diretoria em reunião de 12 de abril último e com o objetivo de divulgar com maior freqüência, entre os sócios, os acontecimentos relativos a este Instituto, vamos editar um boletim trimestral, devendo o primeiro número circular em agosto ou setembro próximos.

Bibliotecas

Nossas bibliotecas Augusto Lins e Elmo Elton continuam abertas ao

público todas as quartas-feiras, das 13 às 17 horas, sob a responsabilidade da bibliotecária Ana Maria Mariani e supervisão da Diretora Léa Brígida de Alvarenga Rosa.

Secretaria

Cedida pela Secretaria de Produção e Difusão Cultural da UFES, e sob a direção de nosso Secretário Geral, professor José Garajau da Silva, continua realizando excelente trabalho em nossa Secretaria a funcionária executiva Tânia Zanotti, atendendo com presteza as solicitações que lhe são feitas e mantendo rigorosamente em dia todos os seus serviços.

Tesouraria

Mais uma vez, nossa Tesouraria, sob a responsabilidade dos diretores João Bonino Moreira e Paulo Stuck Moraes e com a colaboração do contador Adilson Neves Dias, dá uma demonstração de eficiência, entregando, para apreciação e julgamento desta Assembléia Geral e já submetidos ao Conselho Fiscal, nosso balanço geral de 31 de dezembro de 1994 e os balancetes relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril deste ano e, por este último, se vê que temos no Banestes uma aplicação de curto prazo de R\$ 1.909,17 (hum mil, novecentos e nove reais e dezessete centavos), em RDB R\$ 8.928,43 (oito mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos) e um saldo em conta corrente de R\$ 100,00 (cem reais), enquanto no Banco do Brasil nosso saldo é de R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais), com destinação específica de publicação da obra de Almeida Cousin.

Como a tendência de nossas despesas é crescer, visto o próximo lançamento do boletim trimestral e a necessidade de rápida recuperação do Museu Elmo Elton, e nossos recursos financeiros se limitam ao auxílio da Prefeitura de Vitória e à anuidade dos associados, fazemos um apelo a estes no sentido de que ponham em dia sua contribuição, caso ainda não o tenham feito.

Conclusão

Eis aqui, senhores sócios e membros desta Assembléia Geral Ordinária, o relatório de nossas atividades relativas ao período de junho de 1994 a maio de 1995, que exprime a realidade de um trabalho de equipe, feito com zelo e exaçação, e esperamos mereça sua aprovação.

*Pela Diretoria do Instituto Histórico
e Geográfico do Espírito Santo*

*Ormando de Moraes
Presidente*

A Poesia é necessária

Sob o título acima, muito usado pelo cronista Rubem Braga na década de 50, passamos a destinar a partir do nº 44, algumas páginas desta Revista à divulgação de poesias de autores capixabas, de preferência já falecidos.

Neste número, oferecemos aos nossos leitores poemas de autoria de Maria Antonieta Tatagiba e José Paulino Alves Junior, cujos centenários de nascimento se registram este ano, respectivamente em 17 de setembro e 23 de agosto.

Coração

José Paulino Alves Junior

Quem tange o sino, assim descompassado?
- É o vento-sul, demoniado!

À arremetida do vento,
cada vez mais violento,
vibra o sino da igrejinha
- Pobrezinha! -

O seu lúgubre cantochão:
- Dlen! Dlen! Dlão! Dlão!

No silêncio espectral da noite fria,
escuto o sino a badalar,
na pobre ermida, à beira-mar.

Nesta noite de agonia,
nesta hora de treva e de horror,
até parece
que essa voz é prece,
que essa voz é de repouso ou de clamor,
para as almas dos defuntos sufragar!

Ao palor da lua,
o vento pelo espaço tumultua...

De-profundis do mar, grito de abismos,
nos paroxismos
de dor;
voz dos temporais;
clamor;
gemido eólico das alturas,
feito de amarguras;
alucinados de ais;
esse vento é litania,
nesta noite de agonia!

Vibra o sino da igrejinha
- Pobrezinha! -
o seu lúgubre cantochão:
- Dlen! Dlen! Dlão! Dlão!

Sê como aquele sino, Coração!
Bate, vibra sem parar,
- descompassado embora -,
nas tristezas desta hora
ou nas alegrias
dos teus grandes dias,
sem par!

Seja o teu brado,
(que importa?) a rolar pela amplidão,
ressonância de amor, ou de pecado,
revoadas de sonho, ou maldição!

Levanta o teu grito,
ascende o teu clamor
de amor
à glória das estrelas, no infinito!

Sê como aquele sino, Coração!
A todo instante,
brunze clamante
de Ideal e Fé, de Sonho e Exaltação!

Tocadora de Frauta

Maria Antonieta Tatagiba

Tocadora de frauta, em meu caminho,
das cidades fugi, fugi do borborinho
onde viça a miséria e a orgia tumultua...
E a vaidade que goza, sem pensar,
não vê, pisando o negro pó da rua,
que nele há-de-acabar...

Busquei a solidão, onde o céu ledo
e garço me sorri, através do arvoredado...
E canta em meu ouvido um regato cor de ouro.
O lírio nasce à-toa da deveza,
e a passarada, livre, canta, em coro,
o amor à natureza...

Toquei suavemente as minhas árias
nestas plagas de sol, silentes, solitárias,
para o bailado leve, alado, pastoril,
que dança a ronda alegre das abelhas
na placidez destas manhãs de abril,
entre as dalias vermelhas...

Cantei com voz repleta de ternura
as alegrias sãs de uma existência pura,
a enxada, o beijo, a paz - trindade sacrossanta -
que enche de luz o pobre lar discreto
que, meio torto, entre árvores, levanta
o hospitaleiro teto...

Cantei o sol, o luar branco de prata,
as montanhas azuis, a seara, a flórea mata,
o despertar da aldeia ao soar das fanfarras
dos sinos, na luz rósea das manhãs...
- Para Deus, para mim, para as cigarras,
que são minhas irmãs...

E a terra deu-me frutos, deu-me flores...
E deu-me a solidão o vinho de mil cores
do Sonho - eucaristia e vida dos poetas -
e um zagalzinho de olhos de safira
- o ramo agreste, as rosas prediletas
que enfeitam minha lira...

